

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS-PPGL
ESTUDOS DA LINGUAGEM

Gleycia Leticia Rodrigues dos Santos

**DISCURSO, CORPO E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO NA UNIDADE PRISIONAL
FEMININO DO REGIME SEMIABERTO E ABERTO EM MANAUS**

MANAUS
2019

GLEYCIA LETICIA RODRIGUES DOS SANTOS

**DISCURSO, CORPO E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO NA UNIDADE PRISIONAL
FEMININO DO REGIME SEMIABERTO E ABERTO EM MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos da linguagem, Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza.

MANAUS
2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S237d Santos, Gleycia Leticia Rodrigues dos
Discurso, corpo e resistência: Um estudo de caso na unidade prisional feminino do regime semiaberto e aberto em Manaus / Gleycia Leticia Rodrigues dos Santos. 2019
114 f.: 31 cm.

Orientador: Sérgio Augusto Freire de Souza
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Discurso. 2. Corpo. 3. Resistência. 4. Gênero. 5. Prisão. I. Souza, Sérgio Augusto Freire de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

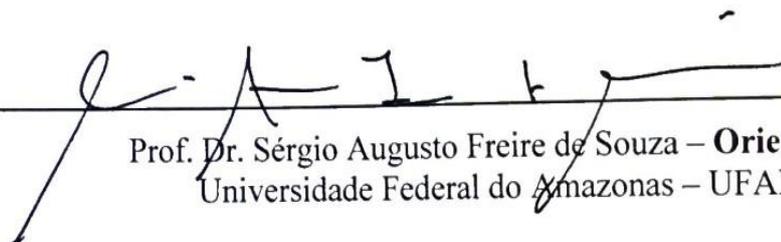
Gleycia Leticia Rodrigues dos Santos

“DISCURSO, CORPO E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO NA UNIDADE PRISIONAL FEMININO DO REGIME SEMIABERTO E ABERTO EM MANAUS”

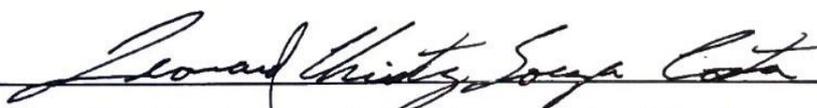
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras na área de Estudos da Linguagem.

Aprovada em 07 de agosto de 2019

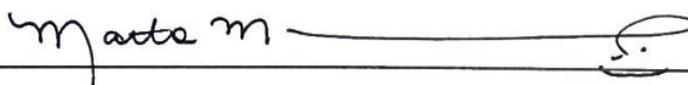
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza – **Orientador**
Universidade Federal do Amazonas – UFAM



Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa – **Membro**
Universidade Federal do Amazonas – UFAM



Prof. Dra. Marta de Faria e Cunha Monteiro – **Membro**
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dra. Fernanda Dias de Los Rios Mendonça – **Suplente**
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Prof. Dra. Raynice Geraldine Pereira da Silva – **Suplente**
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a Deus pela concretização de mais esse sonho, pela força e saúde na superação dos muitos obstáculos que enfrentei.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas pelo auxílio financeiro na realização desta pesquisa.

Ao meu orientador, Sérgio Augusto Freire de Souza, pelo auxílio e disponibilidade durante todo o processo de construção deste estudo, por compartilhar seus conhecimentos em suas aulas antes e durante o mestrado.

Aos professores que durante toda a minha caminhada escolar e acadêmica contribuíram para a minha aprendizagem, em especial ao professor Leonard Christy Costa, por me apresentar o universo da Análise do Discurso com o seu olhar intelectual e suas múltiplas construções de possíveis sentidos; minha gratidão por seus ensinamentos, altruísmo, pela participação e pelas ricas sugestões na qualificação.

À professora Marta de Faria e Cunha Monteiro pelas preciosas sugestões metodológicas na qualificação, tão essenciais para o melhor aperfeiçoamento da pesquisa.

À Secretaria de Administração Penitenciária do Amazonas – SEAP, por proporcionar as tramitações documentais para a realização da pesquisa.

A Arildo José de Castro Alves, técnico em educação da SEAP, um profissional dedicado e comprometido com a educação prisional. Agradeço pelo apoio, paciência e esclarecimentos nos momentos de dúvidas.

À Suely Borges Oliveira, diretora da Unidade Prisional Feminino Semiaberto e Aberto – UPFSA, pela recepção sempre carinhosa e acolhedora com todos.

À Glaisy, assistente social da Unidade Prisional Feminino Semiaberto e Aberto, pelo apoio e esclarecimento referente ao funcionamento da unidade; estendo também meus agradecimentos à Laís Maria Carneiro Pereira, estagiária de Serviço Social da UPFSA, pela atenção durante as coletas de dados com as detentas e por convidar-me a compor a segunda banca avaliadora de 2018 do Projeto de Remição de Pena pela Leitura das reeducandas que cumprem penas nos regimes semiaberto e aberto nas dependências da Unidade Prisional Feminina Semiaberto e Aberto – UPFSA

Aos funcionários da secretaria do PPGL, em especial à Angélica Gonçalves pelo atendimento sempre cordial prestado à comunidade acadêmica.

Às mulheres que colaboraram diretamente com o presente estudo; a todas as mulheres que cumprem pena na UPFSA que foram a inspiração para esta pesquisa, contribuindo ao contar partes de suas histórias de vida, transformando o meu olhar mais sensível em um campo que outrora era desconhecido, o universo prisional feminino.

Aos meus colegas de turma, pelas conversas, descobertas, amizades, pelas generosidades ao compartilhar conhecimentos.

Aos amigos especiais que o mestrado me presenteou, Josana Pereira, Elaine Sousa, Luana Araújo e Thays Araújo, que diretamente me auxiliaram em vários momentos durante a pesquisa.

Aos meus irmãos Glaúbia Patricia e Gleydson Forlan por fazerem parte da minha história e por me incentivar, compartilhando os momentos especiais durante toda a vida.

DEDICATÓRIA

Dedico à minha mãe Ângela Maria Rodrigues por ser minha âncora durante minha existência terrena, pelo apoio e amor incondicional, por toda dedicação a mim e aos meus irmãos, por sempre me encorajar a buscar os meus sonhos e por ser minha principal incentivadora e exemplo de mulher desbravadora e independente.

Ao meu esposo amado Alessandro Nascimento Ferreira pelo companheirismo e apoio em todos os momentos, pelas palavras de incentivo e por tornar mais leve os momentos difíceis.

“Para o Estado e a sociedade, parece que existem somente 440 mil homens e nenhuma mulher nas prisões do país. Só que uma vez por mês, aproximadamente 28 mil desses presos menstruam”.

Heidi A. Cerneka, coordenadora da Pastoral Carcerária Nacional

in Queiroz (2015)

LISTAS DE SIGLAS
(ORDEM ALFABÉTICA)

AD - Análise do Discurso

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CDPF – Centro de Detenção Provisória Feminino

FD - Formação Discursiva

FI - Formação Ideológica

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

UPFSA - Unidade Prisional Feminina Semiaberto e Aberto

SEAP – Secretaria de Administração Penitenciária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - CONCEITOS OPERACIONAIS.....	16
1.1 Prisão na ótica de Foucault	16
1.1.1 Conceitos de Resistência	24
1.1.2 História da criação das Prisões femininas no Brasil	28
1.1.3 Penitenciária unicamente para mulheres	30
1.1.4 O controle sobre o corpo da mulher presa	36
CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PERÍODO HISTÓRICO DA AD	41
2.1. Sujeito e a ideologia	43
2.2 Língua e sentido	47
2.3 Condições de Produção.....	48
2.4 Formação discursiva.....	50
CAPÍTULO 3 - PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	52
3.1 O paradigma qualitativo	52
3.2 O estudo de caso como procedimento de pesquisa.....	54
3.3 O cenário da pesquisa	56
3.4 Os sujeitos da pesquisa	56
3.5 Os instrumentos que conceberam os dados.....	58
3.6 Processo da coleta de dados no campo.....	59
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS DADOS	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICES	108

RESUMO

A presente dissertação é composta por uma análise discursiva que externa os resultados de um estudo de caso que se ocupou da temática do universo prisional feminino na Unidade Prisional Feminino Semiaberto e Aberto – UPFSA, em Manaus /AM. Desse modo, o presente estudo teve por finalidade investigar os discursos das mulheres apenas referente sua posição de sujeito enquanto mulher presa, e os sentidos que podem ser atribuídos ao sujeito que vivencia a segregação e a interdição em um sistema prisional, sendo observado como essas posições determinam a constituição do sujeito discursivo da resistência. O corpus da pesquisa foi constituído por excertos enunciadores de 10 mulheres, sendo que 05 cumprem pena em regime Semiaberto e 05 no Aberto na Unidade Prisional Feminina – UPFSA em Manaus/AM. Os subsídios teórico-metodológicos se deram a partir da mobilização dos conceitos da análise do discurso francesa materialista, como também da mobilização dos estudos de Foucault (2016) Pêcheux (2009) e Althusser (1998). A abordagem da metodologia utilizada foi qualitativa. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram o questionário de perfil e uma entrevista norteada por roteiro semiestruturado. A compreensão produzida pela análise dos dados permitiu afirmar que a posição da mulher presa é filiada ao discurso da mulher tradicional que passam por um processo de dessubjetivação na prisão adotando, uma nova conduta, que seja aceitável e aprovada socialmente, a fim de mostrar que por meio do trabalho e do estudo ocorre uma modificação de comportamento, de mulher infratora à trabalhadora e, portanto, utilizam-se de discursos transversos para descrever as suas formas de resistências. Por serem privadas de liberdade ficam deslocadas enquanto sujeitas presas e o lugar em que encontram acolhimento e amparo é no discurso religioso, um modo de retornar ao seu lugar anterior de sujeito livres, sendo o resgate possível por meio da cidadania.

Palavras-chave: Discurso. Corpo. Resistência. Gênero. Prisão.

ABSTRACT

This dissertation is composed of a discursive analysis that outlines the results of a case study that deals with the subject of the female prison universe in the Prison Open Seminary Open University - UPFSA, in Manaus / AM. Thus, the present study has as its purpose. To investigate the discourses of the distressed women regarding their subject position as a woman arrested and the senses that can be attributed to the subject that experiences the segregation and the interdiction in prison system, being observed how these positions determine the constitution of the discursive subject of the resistance. The corpus of the research is constituted by excerpts from 10 women, of whom 05 are serving sentences in the Semiaberto regime and 05 in the Open in the Prison Women's Unit - UPFSA in Manaus / AM. The theoretical-methodological subsidies were based on the mobilization of the concepts of French materialist discourse analysis, as well as on the mobilization of Foucault's (2016) Pêcheux (2009) and Althusser (1998) studies. The methodology used was qualitative. The instruments used to collect data were the profile questionnaire and an interview guided by a semi-structured script. The understanding produced by the analysis of the data allowed to affirm that the position of the arrested woman is affiliated to the discourse of the traditional woman who undergoes a process of desubjetivation in the prison adopting a new conduct, that is acceptable and approved socially, in order to show that through means work and study, there is a change in behavior, from a woman who is an offender to the worker and, therefore, she uses transversal discourses to describe her forms of resistance. Because they are deprived of their liberty, they are displaced while subjected to prey and the place where they find shelter and shelter is in religious discourse, a way of returning to their previous place of free subjects, being the rescue possible through citizenship.

Keywords: Speech. Body. Resistance. Genre. Prison.

INTRODUÇÃO

Desde muito cedo em mim foi despertado o interesse pelas questões de gênero e todo o universo que o compõe. A situação se amplificou no meu olhar sempre aguçado sobre questões sociais, principalmente às desigualdades de gênero¹, algo tão marcante em nossa sociedade e no tocante de tantos contrastes e discrepâncias entre os gêneros, as mulheres encarceradas são um reflexo de todo o sistema de distinção que alimenta o crescimento das injustiças sociais que historicamente nunca foram igualitárias. Durante minha vida, não tive nenhuma experiência com o universo prisional antes, a não ser agora como pesquisadora. Porém o interesse desde o primeiro momento que planejei adentrar no campo da pesquisa era trabalhar com algum tema ligado à linguagem e gênero. Cogitei até uma personagem específica de um livro muito conhecido. No entanto, não imaginava que no lugar de uma personagem, seriam dez mulheres reais, número que equivale às sujeitas² entrevistadas neste estudo. O interesse de conhecer mais profundamente sobre o universo prisional feminino surgiu depois de ler parte do material de pesquisa de doutorado de Silva (2014), realizado na Universidade Federal de Alagoas, em que identifiquei imediatamente uma terra fértil para pesquisar, o material intitulado: *A escrita que duplica, retorna, mulher? As filhas, da mãe!*

No âmbito específico do universo prisional feminino no Brasil existem estudos localizados, sobretudo, em áreas como ciências sociais, antropologia, história, direito, serviço social, psicologia. No campo dos estudos da linguagem no PPGL, há a dissertação *Remição penal pela leitura e letramento: subjetivação e dessubjetivação do sujeito preso* (ARAÚJO, 2018), que muito contribuiu para a presente pesquisa. Nesses estudos, de modo geral, as pesquisadoras têm se debruçado nas temáticas referentes à situação das mulheres presas quanto à maternidade, a negação de uma natureza criminosa ou violenta, a mulher presa no contexto do poder punitivo e mulheres vítimas da violência como seres socialmente invisíveis, entre outros.

Os resultados dessas pesquisas têm levantado a construção de um amplo saber com vários olhares sobre o assunto. Porém, sentir falta de um tratamento mais abrangente sobre a questão em pesquisas linguísticas e discursivas, abordando a constituição dos sentidos desse

¹ Na década de 1970 do século passado, um novo vocábulo foi posto na mesa de discussão: o gênero, que “[...] seria a construção cultural e social sobre um corpo sexuado” (ESPINOZA, 2004, p. 15).

² Nota da pesquisadora: apesar de não ser gramaticalmente padrão e ser um neologismo, escolhi o termo *sujeitas* por uma questão estilística e política.

discurso, suas filiações a outros discursos e suas influências em outros dizeres, por meio da análise minuciosa da linguagem. É a lacuna que este trabalho se propõe a preencher.

O corpus da pesquisa foi constituído por excertos discursivos enunciadores de dez mulheres, sendo que cinco cumprem pena em regime semiaberto e cinco em regime aberto na Unidade Prisional Feminina Semiaberto e Aberto - UPFSA, em Manaus - AM. Segundo a Secretaria de Estado de Administração penitenciária do Amazonas – SEAP/AM (2016-2017) tal unidade tem por missão “[...] reconstruir valores que dignificam a mulher. Nossa maior missão é resgatar a dignidade do ser humano para devolvê-lo a sociedade” (p. 62). A UPFSA teve sua inauguração em 15 de outubro de 2012, abrigando 169 mulheres. O sistema prisional possui cinco regimes, nos quais os presos são submetidos por etapas: provisório, condenado, semiaberto, aberto e medida de segurança. A grande parcela da população carcerária do Amazonas é composta por presos do regime provisório, que aguardam a sentença para cumprirem suas penas. As presas da UPFSA/Manaus são destinadas às penas que podem ser cumpridas em regime semiaberto ou aberto. No primeiro caso, elas podem sair para visitar cônjuges, amigos e parentes nos fins de semana, com retorno às segundas-feiras; no segundo tipo de regime aberto, elas podem estudar e trabalhar fora da unidade, desde que retornem ao fim do dia. É necessário sinalizar que a liberação e a quantidade de saídas da unidade são designadas pela Vara de Execuções Penais do Amazonas, que analisa as particularidades de cada interna.

Outra questão que também me despertou um enorme interesse pelo universo prisional foi conhecer a realidade de como as mulheres encarceradas resistem, como sujeitos de uma determinada forma, à contingência histórica para sobreviverem, resistindo na Unidade Prisional do Semiaberto e Aberto Feminino em Manaus. Tive interesse em investigar: como são construídos os seus discursos referentes, como era a convivência familiar antes do crime e o que é ser mulher presa na UPFSA. Me debrucei sobre a resistência, já que existem questões instigantes concernentes ao que o confinamento e a exclusão produzem no caso das presas.

Diante das motivações apresentadas, este estudo teve por objetivo geral:

- Investigar, a partir da mobilização dos conceitos da análise do discurso francesa materialista, os discursos das mulheres apenas em sistema prisional (UPFSA).

E como objetivos específicos:

- Descrever os discursos proferidos pelas mulheres apenas;
- Identificar as marcas ou pistas nos discursos enunciativos;

- Analisar o funcionamento discursivo identificado pela materialidade a partir da análise da linguagem usada pelas mulheres em seus discursos.

A fim de viabilizar a execução desta pesquisa, as perguntas que a nortearam foram:

- O poder reprime, mas a repressão produz resistência. De que modo?
- De que maneira essas posições determinam a constituição do sujeito discursivo da resistência?

Pretendeu-se, com esta pesquisa, contribuir, por meio do campo da Análise do Discurso, para a compreensão das vozes dessas mulheres que buscam incessantemente por uma existência a partir de suas próprias experiências, em que os traços femininos possam existir para além do cárcere. Ouvir as vozes do ‘sujeito’ é essencial para tecer a memória dessas mulheres, pois é uma maneira de resgatá-las do silêncio e conhecer as suas importantes histórias, uma vez que “[...] a linguagem é sempre um lugar para o sujeito ser no mundo” (SOUZA, 2006, p. 5).

Sabe-se que no Brasil há um sistema prisional no qual o maior número de detentos é de homens. Apesar de o número de mulheres ter crescido significativamente nos últimos anos, segundo os dados do levantamento de Informações Nacional de Penitenciárias – INFOPEN - mulheres (2018), ainda nos dias de hoje o predomínio masculino implica na relação de orientação das dinâmicas prisionais e modela o confinamento das mulheres nas penitenciárias brasileiras. Foi observada, também, a relação de poder e resistência vivenciada do lado de dentro das paredes do confinamento, buscando compreender como essas mulheres, que já vivenciaram a segregação e interdição pelas leis que regem o sistema prisional, construíram e constroem seus discursos.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, serão apresentados ao leitor os conceitos operacionais da pesquisa, como os conceitos sobre instituição prisional na ótica de Michel Foucault e as contribuições de outros autores. Na segunda seção, revisamos os conceitos fundantes da literatura que tratam e alicerçam as definições e nuances da resistência. Explicitamos os aspectos históricos da criação do sistema prisional feminino brasileiro, a articulação teórica que embasa a pesquisa com o percurso histórico da AD no segundo capítulo. Para isso, a primeira seção do terceiro capítulo trata do conjunto de procedimentos e métodos utilizados para a coleta dos dados. No quarto capítulo, apresentamos a análise dos dados.

A pesquisa seguiu os critérios da Análise do Discurso Francesa materialista de Michel Pêcheux, com aporte do trabalho de Eni Orlandi. Além desses autores, utilizamos construtos de

Michel Foucault. Ressalte-se que a Análise do Discurso trabalha com a linguagem não apenas concebida como um sistema de regras formais, mas como processo de produção e constituição de sentidos. A linguagem é pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política de sentidos, visto que o sentido é movente e instável. O sujeito específico da AD é o sujeito do inconsciente, da linguagem, interpelado pela ideologia. Um sujeito descentralizado, constituído e atravessado pela linguagem. Um dos objetivos do estudo é contribuir para o campo discursivo e conhecer mais profundamente o funcionamento do controle social, as relações de poder e, como o Estado, por meio de suas leis e regras, exerce esse poder para punir e docilizar o corpo do indivíduo.

Como iremos tratar mais estritamente do âmbito das mulheres apenadas e abordamos questões sobre o corpo da mulher presa é necessário explicitar que a mulher é silenciada desde seu nascimento pela condição biológica que a natureza lhe impôs. Como descreve Perrot (2007, p. 10):

[...] que o silêncio foi reiterado através dos tempos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento: “aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se”. Este mesmo silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da fala, mas também o da expressão, gestual ou escriturária.

No entanto, isso não quer dizer que as mulheres respeitaram passivamente tais injunções. É a construção cultural e social sobre um corpo sexuado atuando desde a tenra infância; já é silenciada pelo pai, irmão e pela sociedade. A questão da política do corpo é tão latente pelo jogo da linguagem que se dá na luta política e no discurso, o que nos faz entender ainda de modo mais nítido a distinção existente entre os gêneros.

CAPÍTULO 1 - CONCEITOS OPERACIONAIS

Este capítulo tem por objetivo apresentar os conceitos operacionais que foram indispensáveis na pesquisa Prisão e poder na ótica de Foucault e o conceito de Resistência.

1.1 Prisão na ótica de Foucault

Trato nesta seção dos pressupostos de Michel Foucault, de sua percepção dos novos sentidos dos discursos que constituíram e constituem a instituição prisional como vemos até os dias de hoje. Em vista disso, esta pesquisa buscou evidenciar as questões da prisão enquanto instituição disciplinar sob uma ótica nomeada pelo autor de arqueologia e genealogia. Dessa forma, foi possível abordar e explicitar o poder-saber e o poder-disciplinar como decifração para abrirem os portões das prisões em uma dimensão total, pois de acordo com Foucault (2014b):

[...] no caso das prisões, não haveria sentido em limitarmo-nos aos discursos formulados sobre a prisão. Há igualmente aqueles que vêm da prisão: as decisões, os regulamentos que são elementos constituintes da prisão, o funcionamento mesmo da prisão, que possui as estratégias, seus discursos não formulados, suas astúcias que finalmente não são de ninguém, mas que são, no entanto, vividas, assegurando o funcionamento e a permanência da instituição[...] (FOUCAULT, 2014b, p. 214).

De certo modo, o assunto referente à prisão sempre foi uma questão para o autor, pois, como participante do grupo de informações sobre prisões, nos anos 1970, seus estudos mostraram que a linha divisória que separa a sociedade livre e a cadeia é tênue: de um lado condena e, do outro, inocenta os sujeitos. A prisão é um sistema de controle, mas também de um saber do conhecimento. Essa separação revela que os muros e as grades da prisão não foram construídos com finalidades bem definidas, tendo sua base no discurso jurídico-penal, dotado de saber-poder que se propõe, sobretudo, ao controle social.

Com a publicação de *Vigiar e Punir*, em 1975, Foucault (2014b) aponta as modificações ocorridas nos sistemas prisionais, questionando fortemente a maneira de pensar a justiça penal ocidental, mostrando a alteração no modo de punir supliciante medieval para um modelo prisional moderno. Além disso, Foucault contribui ao historiografar as prisões, evidenciando sua formação, como também a manifestação de um poder que incide não somente sobre a sociedade carcerária, mas sobre todo um corpo social.

O surgimento da prisão é tão antigo que é arriscado se datar. Se a prisão fosse analisada como um mecanismo que controla tanto o tempo como espaço, não somente dos apenados, mas de toda a sociedade, do ponto de vista histórico, já indicaria o nascimento de uma instituição fundadora de uma filosofia prisional. Foucault descreve que:

[...] a prisão é menos recente do que se diz quando se faz datar seu nascimento dos novos códigos. A forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constitui fora do aparelho judiciário, quando se elaboram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formarem em torno deles um aparelho completo de observação, registro e anotações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, por meio de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou-se a instituição-prisão, antes que a lei a definisse como pena por excelência (FOUCAULT, 2014b, p. 223).

Na passagem do século XVIII para o século XIX, com a detenção penal, houve uma intensificação da pena, trazendo, também, um princípio de humanizar a justiça penal. É o período de Renascença, mudança do Suplício para a reforma do judiciário moderno. Assim, a pena se mostra mais justificável que a multa, que não subtrai somente o dinheiro, mas além de tudo, a liberdade: “[...] ao fazer da pena por excelência, ela introduz processos de dominação característicos de um tipo particular de poder” (FOUCAULT, 2014b, p. 223). Portanto, desde sua origem, a prisão foi considerada a pena que não satisfazia apenas a vítima, porém uma sociedade inteira.

O autor foi e é um dos mais influentes críticos que relataram a pena de detenção. De modo que já mostrava sua ruína em menos de um século. Dessa forma, levantou possíveis reflexões, mesmo teoricamente sendo vista não somente sob a percepção da criminalização e ruína. É necessário destacar que a prisão antes de qualquer coisa é um ambiente discursivo que possibilita teorizações sobre o sujeito, o poder, a sociedade, a disciplina, a resistência e seus efeitos.

O autor problematizou em partes de seus escritos o aperfeiçoamento e o crescimento dos mecanismos punitivos como um problema, sendo esta uma questão para a qual não se deparou com respostas prontas. Nesse ponto de vista, a problematização³ levantada por Foucault escapa e não se iguala a uma reflexão marxista tradicional, já que não pretende trazer

³ *Problematização* é um termo definido por Foucault em sua pesquisa como um modo de observar objetos ou situações comuns com um distanciamento necessário para que haja uma desnaturalização das noções de verdadeiro/falso/, certo/errado, bonito /feio, etc.

conclusões exatas e sim levantar questões mais profundas sobre os mecanismos de poder que se instauraram ao se constituir a prisão e o campo penal.

Em *Verdade e as Formas Jurídicas*, obra que agrega cinco conferências pronunciadas por Michel Foucault na PUC-Rio, de 21 a 25 de maio de 1973, sua reflexão mostra evolução de um determinado número de formas de verdade, apresentando alguns esboços a partir das práticas judiciais de onde nasceram os modelos de verdade que circulam ainda em nossa sociedade. Nessa análise, o autor se refere às constituições e extrações das verdades nas práticas jurídicas medievais, sendo:

[...] as práticas judiciárias – a maneira pelo qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quiserem, todas essas práticas regulares, é claro, mas também modificados sem cessar através da história [...] (FOUCAULT, 2005, p. 11).

Foucault (2005, p. 30) declara que não faz análise de estrutura e sim pesquisa de estrutura, assim “[...] jogando com as palavras gregas que procuramos fazer aparecer o que na história de nossa cultura permanece até agora escondido, mais oculto mais profundamente investido; as relações de poder”. Um de seus objetos de análise é a tragédia *Édipo Rei*, de Sófocles, no qual ele mostra claramente, por meio do discurso religioso e político, que não é somente uma narrativa clássica, mas também uma abordagem arque genealógica. Segundo ele “[...] a história de Édipo, tal como é representada na tragédia de Sófocles obedece a este: não é a forma retórica, mas religiosa, política, quase mágica do exercício de poder” (FOUCAULT, 2005, p. 38). Esse mecanismo concebe a verdade por partes, sendo atribuído muito valor às enunciações das divindades, que, ainda que suas enunciações fossem incompletas, deveriam ser respeitadas - ouviam-se os deuses e em segundo plano os humanos.

O autor mostra como a Tragédia de Édipo, a que se pode ler em Sófocles, deixando de lado o problema do fundo mítico a que ele se liga, é representada e, de certa maneira, instauradora de um determinado tipo de relação entre poder e saber, entre poder político e conhecimento, de que nossa civilização ainda não se libertou. A tragédia de Édipo é fundamentalmente o primeiro testemunho que temos das práticas judiciárias gregas, na qual “[...] podemos notar a importância da temática do poder no decorrer de toda a peça” (FOUCAULT, 2005, p. 41).

Na segunda conferência, é feita menção às formas ou regulamento judiciário, de litígio, de constatação ou de disputa presente na civilização grega. Assim, desenvolveu-se o problema

de contestação, um litígio criminal para quem matou o rei Laio. Surge o personagem novo em relação ao velho procedimento que Homero, o pastor, descrito como um homem sem importância, um escravo, mas que traz em seu discurso o testemunho de quem assistiu e é o único que assim pode contestar o Rei Laio. Muitas das peças de Sófocles, como Antígona e Electra, são uma espécie de ritualização da história do direito.

Surge na Idade Média o inquérito, do juiz, do procurador, como também do advogado, o defensor do acusado que obrigatoriamente teria que ser possuidor de uma retórica potente. Desta forma,

[...] o inquérito na Europa Medieval é sobretudo um processo de governo, uma técnica de administração, uma modalidade de gestão; em outras palavras, o inquérito é uma determinada maneira do poder se exercer...nenhuma referência a um sujeito de conhecimento e de sua história interna daria conta deste fenômeno. Somente a análise dos jogos de força política, das relações de poder, pode explicar o surgimento do inquérito (FOUCAULT, 2005, p. 73).

O discurso jurídico-penal abordado aqui é o de que o direito é substancial, colocado como ambiente do conflito, que se desenrola de forma institucionalizada e mediante alguns procedimentos comuns às partes em litígio. O autor relata que podemos compreender que “[...] entrar no domínio do direito significa matar o assassino, mas matá-lo segundo certas regras, certas formas” (FOUCAULT, 2005, p. 57). Desse modo, o direito é visualizado como uma expressão institucionalizada da guerra, mas não de uma guerra que produza prejuízos físicos, porém, de uma guerra de procedimentos, de argumentos, de fatos, de direitos, na qual o vencedor não é nitidamente percebido por sobreviver à luta. Logo, da discussão entre duas partes não é possível extrair o vencedor, não obstante, é preciso chamar um terceiro não interessado para mediar o conflito e esse é quem proferirá um parecer sobre qual direito prevalece.

Foucault mostra com clareza que o poder não é um capital exclusivo da classe dominante. É um exercício de posições exercidas de várias formas pelos sujeitos, o que faz redirecionar a percepção de prisão não unicamente para um ambiente de segregação entre classe dominante, Estado, que estabelece suas regras e leis; e o detento como classe dominada, que se submete sem resistir. Dessa forma, a prisão enquanto instituição exterioriza seus vários níveis de segregação na subalternidade e na marginalização dos sujeitos que se elevam de modo sequencial.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2014b) apresenta um estudo abordando a legislação penal e os métodos adotados pelos poderes públicos para punir os que praticam alguma modalidade

de crime. O autor faz referência à compreensão da criminalidade e da delinquência em confronto com a repressão e a punição, abominação do suplício uma reforma representativa e simbólica nos mecanismos de punição no Ocidente, período que vai do século XVIII ao século XIX, ilustrando a alma moderna de um poder de julgar, uma genealogia do atual e complexo cirúrgico judiciário, uma rede de poder de punir e de impor e dispor sua justificativa e regras estendendo seus efeitos mais orbitantes nas singularidades. Portanto, Foucault (2014b, p. 21) afirma:

[...] o poder sobre o corpo, por outro lado, tampouco deixou de existir totalmente até meados do século XIX. Sem dúvidas, a pena não mais se centralizava no suplício como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito. Porém, castigos como trabalhos forçados ou prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra. Consequência não tencionadas, mas inevitáveis da própria prisão? Na realidade, a prisão, nos seus dispositivos mais explícitos, sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico. A crítica ao sistema penitenciário, na primeira metade do século XIX (a prisão não é bastante punitiva: em suma, os detentos têm menos fome, menos frio e privações que muitos pobres ou operários), indica um postulado que jamais foi efetivamente levantado: É justo que o condenado sofra mais que os outros homens? A pena se dissocia totalmente de um complemento de dor físico. Que seria então um incorporal? Permanece, por conseguinte, um fundo “suplicante” nos modernos mecanismos da justiça criminal – fundo que não está inteiramente sob controle, mas envolvido, cada vez mais amplamente, por uma penalidade do incorporal.

O poder de punir se apoia nessa forma punitiva da alma moderna, produzindo, conseqüentemente, outros efeitos, tornando a punição um formato mais complexo, colocando a tecnologia do poder no princípio tanto da humanização da penalidade, quanto do acontecimento do homem, e o sujeito como parte da punição enquanto objeto que sofre com as forças coercivas do poder punitivo. A suavização nas penas eleva o princípio de mudança às sensibilidades das pessoas, houve uma mudança do suplício, o que alterou o modo de se ver as penas, uma mudança no processo humanístico na sociedade da época.

Foi mediante a punição que Foucault habilita o cumprimento das obrigações, como trabalho, as formas de emergência das realizações das habilidades. A pena pela disciplina obrigando o sujeito a adotar outra conduta, a que a sociedade deseja, uma conduta de produção útil socialmente, uma vez que “[...] o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 2014b, p. 29). É essencial assinalar que as relações de poder sempre estiveram presentes nas sociedades. Contudo, nem sempre existiam locais específicos de controle e administração da liberdade dos indivíduos. O autor mostra que foram institucionalizados os gestos, restringindo-se a territórios característicos como: quartéis,

prisões, escolas, fábricas etc. Além disso, fica evidente que as instituições, sejam quartéis ou cadeias, fábricas ou colégios, são semelhantes nas suas funções de aprisionar e controlar os indivíduos pela disciplina, cuja finalidade é adestrar e docilizar os corpos de seus membros.

Em *Eu Pierre Riviere, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, publicado em 1977, Foucault (1977) apresenta os indícios da relação existente entre justiça penal e saber médico, um discurso que se constituiu por meio de vários outros discursos:

Creio que o que nos fixou neste trabalho, nós que tínhamos uns e outros métodos e interesses diversos, é que se tratava de um "dossiê", isto é, de um caso, de um acontecimento em torno do qual e a propósito do qual vieram se cruzar discursos de origem, forma, organização e função diferentes: o do juiz de paz do procurador, do presidente do tribunal do júri, do ministro da Justiça; do médico de província e o de Esquirol; o dos aldeões com seu prefeito e seu cura. Por fim o do assassino. Todos falam ou parecem falar da mesma coisa: pelo menos é ao acontecimento do dia 3 de junho que se referem todos, esses discursos. Mas todos eles, e em sua heterogeneidade, não formam nem uma obra nem um texto. Mas uma luta singular, um confronto, uma relação de poder, uma batalha de discursos e através de outros discursos [...] (FOUCAULT, 197, p. 12).

Criou-se uma competição por uma juridicidade, a busca por uma razoabilidade entre os discursos que podem ou não culpabilizar ou absolver o infrator. Esse período sela o discurso médico no qual a psiquiatria passa a adquirir um poder de abrandar ou não a pena, determinando o local em que o criminoso cumpriria a sentença, se na prisão, asilo ou cadafalso. Segundo Foucault (1977, p. 8),

[...] documentos como estes do caso Riviere devem permitir analisar a formação e o jogo de um saber (como o da medicina, da psiquiatria, da psicopatologia) em suas relações com instituições e os papéis que são aí prescritos (como a instituição judiciária com o perito, o acusado, o louco-criminoso etc.).

Portanto, nesse embate do discurso médico com o penal, o que se pode perceber é a busca pelo controle dos infratores que foram tratados pelo discurso médico como sujeito patológico e pelo discurso penal aferido como criminoso. Por mais que houvesse essa oposição entre os discursos, isso não permitia ao louco escapar de sua sanção penal, não havia tantas diferenças entre os asilos, manicômios e prisão.

O que Foucault alude no específico Caso Riviere é a objeção em torno da categorização do sujeito que transita entre a posição doente ou a posição de réu. Portanto, assinalando uma busca por campos profissionais e controle social.

A medicina psiquiátrica teve essa característica intervencionista, que colaborou diretamente com a justiça, visto que podia diagnosticar de antemão o indivíduo com tendência

às práticas delituosas, podendo de algum modo resguardá-lo, época que estabeleceu o modo de pensar o sujeito infrator em meados dos anos 1838. O caso Riviere se torna marcante por mostrar a divergência existente em relação à culpabilidade ou loucura, o que fica claramente exposto no excerto: “[...] pode-se enfim captar aí o poder de perturbação próprio de um discurso como o de Riviere [como um] conjunto de táticas pelas quais se tenta recobri-lo, inseri-lo e classificá-lo como discurso de um louco ou de um criminoso” (FOUCAULT, 1977, p. 8). Riviere transitou entre louco ou criminoso. Em suma, o Estado enfrentou um obstáculo junto à psiquiatria em discernir a autoria de uma infração.

Evidencia-se, “[...] a facilidade de manobra que a medicina mental alcança nesta época fica firmemente circunscrita no quadro de um mandato social preciso. É uma delegação de poder que recebe para administrar, em compatibilidade total com as normas dominantes[...].” (p. 275). A medicina não se ocupa somente de medicar e cuidar da saúde da sociedade. Vai além, controlar por meio da disciplina como uma categorização pluralizada (FOUCAULT, 1977).

Já em *Microfísica do poder* (FOUCAULT, 2016) são abordadas as questões da identificação entre poder e o aparelho de Estado, dando importância à rede de poderes moleculares que se expande por toda a sociedade. O poder passa a ser visto não somente como repressivo, porém como disciplinar, normalizador; um dispositivo político que ao mesmo tempo se intensifica e se auto alimenta, pois “[...] o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (FOUCAULT, 2016, p. 12). Por isso, as análises genealógicas do poder produziram um feito importante no que refere às ciências políticas, no enfoque aos estudos e formações históricas, inclusive nas minuciosas pesquisas sobre o nascimento da instituição carcerária e a constituição do dispositivo de sexualidade. Segundo Foucault (2016, p. 14):

[...] ela visa distinguir as grandes transformações do sistema estatal, as mudanças de regime político no nível dos mecanismos gerais e dos efeitos de conjunto e a mecânica de poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Poder esse que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa no nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana, e por isso pode ser caracterizado como micropoder ou subpoder [...].

Baseando-se nas afirmações iniciais de micropoder, o autor apresenta essa definição de que o poder está em todos os lugares e pode ser efetivado por qualquer sujeito social em qualquer esfera. Assim, Foucault (2016, p. 14) descreve que:

[...] microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço da análise quando do nível em que está se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, à medida que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos.

Uma questão abordada na obra é a de que, na história da repressão, um momento central é a passagem da punição à vigilância. Esse período mostra o modo mais eficaz e de economia do poder, exteriorizando que é mais rentável vigiar que punir, período equivalente à formação que se deu de modo rápido e lento de um novo exercício de poder no século XVIII e início de século XIX. Podemos relacionar esse novo método de vigiar melhor que punir ao Panoptismo, método disciplinar, sutil, velado, que resulta em poucos efeitos segregadores, estando presentes nas funções mais cotidianas da sociedade, demonstrando que “[...] o panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens” (FOUCAULT, 2014, p. 198). Constituindo assim a sociedade disciplinar, regulando a sociedade na organização por meio sincrônico de seus horários, estabelecendo as horas para dormir, acordar, trabalhar etc. Essa disciplinarização argumentada por Foucault não é apenas negativa em sua teorização também atribui a disciplina como um conjunto de instrumentos do próprio poder. Em virtude disso, notamos que “[...] o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é esse aspecto que explica o fato de que ele tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo” (FOUCAULT, 2016, p. 20). Essa eficácia se dá nessa estratégia que atravessa toda sociedade, mais ainda o corpo do criminoso ou delinquente quando se trata de punir cada vez melhor.

Foucault (2014) aborda, portanto, que a utilização dessa técnica para o adestramento do corpo do preso resulta na disseminação de um discurso de economia do poder que precede a existência da industrialização da prisão, centrado no poder, na política da disciplina para tornar o corpo do condenado o mais adestrado possível.

A avaliação feita pelo autor sobre a instituição prisão na modernidade, logo após se debruçar nos estudos dos séculos XVIII, XIX e XX, propõe problematizações e levanta questões que ainda hoje permanecem: a prisão como a solução para o crime. Ele argumentou que, desde o início, a prisão já demonstrou seu insucesso e não houve mudanças para a modificação na justiça penal que prossegue após séculos, mesmo mostrando desde o começo o fracasso em seu sistema.

Se há uma tentativa de controle, há a emergência da resistência. Na próxima seção apresento o conceito operacional de resistência na perspectiva de alguns autores e sua manifestação na subjetividade do sujeito.

1.1.1 Conceitos de Resistência

Um conceito operacional caro a este trabalho é o de *resistência*. Neste primeiro momento, trazemos o conceito de Ferreira (2008, p. 701) para embasar os possíveis sentidos atribuídos à palavra:

Resistência – 1. Ato ou efeito de resistir. 2 Qualidade ou condição do que é resistir. 3. Força que se opõe a outra. 4. Capacidade de um organismo sobreviver e recuperar-se de desgaste de doença, cansaço, etc. 5. Obstáculo, empecilho. 6. Eletr. Propriedade que toda substância de se opor à passagem de corrente elétrica. 7. Impr. Resistor 8. Organização clandestina que combate um governo, esp. em um país ou ocupado por inimigo.

Como podemos notar, são atribuídos vários conceitos à palavra *resistência* de modo geral. Já no Novíssimo Dicionário Latino Português (SARAIVA, 1993), é apresentada a etimologia da palavra: oriunda do verbo *resistir*, do latim *resistere*, cuja raiz também está presente nas palavras: desistência, insistência, persistência e existência. O sentido abordado neste estudo é o que parte da concepção de poder em Foucault e da relação estratégica que provoca a resistência em contrapartida ao poder. Uma boa definição trazida por Ferreira (2008) consegue aproximar-se do sentido que pretendemos atribuir à palavra resistência enquanto “*força que se opõe a outra*”, baseada em algumas noções fundamentais levantadas pelo autor que coloca as questões que devem ser analisadas. Como por exemplo, a questão de que o poder não é algo que se detém, mas que se exerce, e o sujeito é sempre historicamente constituído, sendo que o poder se manifesta de várias maneiras nas relações sociais, por meio dos sujeitos. Portanto, “[...] o poder não é objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (FOUCAULT, 2016, p. 12).

Além disso, Foucault coloca às sujeições a que o poder submete seus indivíduos, e a interação desses indivíduos na dimensão que intentam constituir a si mesmo. Surgem desse modo, práticas a serem compreendidas como resistências ao poder e a constituição do sujeito preso.

Uma abordagem levantada por Foucault, muito coerente dentro da episteme saber-poder e a da problematização, é uma temática que carrega em sua base a noção de subjetividade em

sua capacidade de resistir às formas existentes de subjetivação. A resistência emerge nos interstícios do poder - “onde tem poder há resistência”. Na percepção de Foucault, o poder não apenas obriga, mas também produz em sua base o sujeito. Que posição de enunciação são ocupadas nesse discurso e como essas posições determinam a constituição do sujeito discursivo da resistência?

Posto que a resistência é uma constante na sua multiplicidade de relações de força, Foucault (2016) descreve que

[...] qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força. E como onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social. (FOUCAULT, 2016, p. 18).

A resistência é uma rede que se manifesta de várias formas e maneiras por toda a sociedade.

Em *A ordem do Discurso*, Foucault (2014a) explica

[...] a relação entre as práticas discursivas e os poderes que a permeiam, ao descrever os diversos procedimentos que cerceiam e controlam os discursos na sociedade, um exemplo seriam que não se pode dizer tudo que se quer em qualquer situação, há um poder que nos impede, que cerceia o sujeito, o autor chegou à conclusão que não é somente ou simplesmente por esse impedimento existente, mas também por aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação. Mas aquilo pelo qual se luta, o poder de que queremos nos apoderar (FOUCAULT, 2014a, n. p).

A doutrina realiza essa dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo e, Foucault (2014a, p. 40-41) esclarece que

[...] a doutrina questiona os enunciados a partir dos sujeitos que falam, na medida em que a doutrina vale sempre como sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia – pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou aceitação. A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros [...].

Foucault (2014a) explana que o controle discursivo e a pertença doutrinária não tratam apenas do conteúdo do enunciado, mas do sujeito que fala, que questiona o sujeito por meio de enunciado, que prova os procedimentos de exclusão e os mecanismos de rejeição, tendo a junção do discurso com a posição do sujeito. Por isso “[...] o discurso é o espaço em que saber e poder se unem, se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que

lhe é reconhecido” (BRANDÃO, 2004, p. 6). Ao analisar a posição-sujeito da mulher presa que fala de um determinado lugar, seus enunciados produzem sentidos variados, e são atravessados de instrumento de pertença, no caso da segregação que ultrapassa o lugar físico como simbólico, que carrega consigo o sentido político e moral construído historicamente nas relações sociais.

Os efeitos repressivos da pena de reclusão e seus aspectos produtivos visam garantir uma arte da gestão com a finalidade de assegurar tanto a obediência quanto a submissão ao governo, participando assim de um pacto social. O autor descreve historicamente o ordenamento jurídico europeu e inglês, expressando o desenvolvimento das técnicas de punição, o que caracterizou um marco nas ciências humanas, espaço em que o poder se intensificou a partir da enunciação da humanização da pena enquanto sanção aplicada como punição.

Vê-se, pois, que o sujeito foucaultiano transita entre dispositivos de dominação e dispositivos de si. Uma vez que se trata de pensar a liberdade para além dos diversos inúmeros níveis de sujeições em que é exposto, o que não exclui o jogo do poder, a liberdade humana nunca é total ou plena. Sua prática se dá pela própria aplicação do meio cultural, em um contexto social de dominação, seja ele institucional (caso dos sujeitos presos), político, econômico, social, advindo, assim, a problemática da formação da resistência que se manifesta em oposição ao sistema que regula toda a sociedade.

A regulação na qual os sujeitos são submetidos pelo poder disciplinar provoca uma conjectura vigilante permanente que atua nos comportamentos. Essas formas de individualização do sujeito em relação ao Estado com suas instituições movimentam uma relação aos processos identitários e de subjetivação pela formação social, estabelecendo múltiplos efeitos nos processos de identificação na produção dos sentidos, que também podemos considerar uma maneira de manifestação da resistência. Como Onofre e Julião (2013) apontam o que Teixeira (1990) descreve como comportamentos dos sujeitos presos

[...] a autora procura mostrar o que chama de “identidade de camaleão” do homem, que “não pode ser vista como sinal de fraqueza ou de frouxidão, mas de sua força, pois é por meio da camuflagem, da máscara, que ele consegue resistir e sobreviver” (Teixeira, 1990, p. 148). Assim, os indivíduos punidos preservam-se como sujeitos e buscam, na resistência, mostrarem-se plenamente subjugados aos valores da instituição. Conseguem, a despeito das longas condenações e dos rigorosos meios de controle utilizados pela instituição penitenciária, manter a identidade, os valores de origem, a perspectiva de vida e de liberdade. Sua sobrevivência depende de sua capacidade de dissimular, mentir e conter-se. Por isso são comuns, em suas falas, avaliações positivas do trabalho, das atividades de que participam e da própria escola (ONOFRE; JULIÃO, 2013, p. 58).

Ressalta-se, então, o papel desempenhado pelo sujeito, que ora sofre pela sujeição, ora finge submeter-se a ela e ao poder das instituições. A resistência se manifesta nessa contraposição, ainda que de maneira camuflada.

Para Orlandi (2010), há a interpelação a que o sujeito é submetido pela ideologia em um processo simbólico. O indivíduo, agora como sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual concreta. No caso do sujeito preso, não livre das coerções e responsável por ser atravessado por esses mecanismos da sujeição, que deve responder ao poder jurídico (sujeitos de direitos e deveres) diante do Estado e de outros homens. Essa forma de assujeitamento, em qualquer época, mesmo que modulada de formas diversas, é o passo para que o indivíduo, afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito e subjetive e, assim, usa-se da camuflagem para não se adequar às regras, visto que “[...] na perspectiva da análise de discurso, entretanto, tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflito, reconhecimento, relações de poder, constituição de identidade etc.” (ORLANDI, 2012, p. 22). Faz-se necessário compreender que a resistência é uma ação ou força exercida em variadas vertentes e posicionamentos. O ato de tomar a palavra é um ato de resistência, podendo ser denominado como um poder que se exerce; poder esse que se chama relação de forças no discurso.

De acordo com Longo (2006, p. 59), “[...] para a Psicanálise, ser falante é estar submetido ao jogo significante até que a morte nos cale”, ou seja, compreender a profundidade do que é ser falante, de que as palavras nos descrevem e de que nos descrevemos nas palavras, faz lembrar da afirmação de Freud, de que somos sujeitos do inconsciente, somos pulsão e desejo. A linguagem é movimento e, também, é sentido, o que faz significar a realidade dando sentidos simbólicos às coisas. Assim, a psicanálise trabalha com o singular, com cada indivíduo, com sua subjetivação na qual são levadas em consideração as pulsões e a libido, aquilo com que não se consegue lidar, a luta que acontece entre *instinto* versus *resistência*. Ainda segundo Longo (2006, p. 52)

[...] é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; a subjetividade e a consciência de si só podem ser atingidas por contraste, ou seja, o *eu* diante do *tu*, falando de um terceiro elemento, *ele* (pessoa ou assunto). Linguagem é a única possibilidade de subjetividade (grifos da autora).

Com efeito, a autora realça que todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação, e o espaço de representações sociais é constitutivo das significações.

No discurso como linguagem, é necessário abordar o silêncio, como resistência, já que “[...] em face dessa dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido, da resistência” (ORLANDI, 2007, p. 29). Não somente a oralidade é a única manifestação da resistência, mas também o silêncio. Assim, é necessário entender o silêncio não como é posto por nossa sociedade, como algo negativo e vazio. Para Orlandi (2007) são vários e possíveis os sentidos atribuídos ao silêncio para além de sua dimensão política, sem esquecer do poder político como um ato de posicionamento. Sendo assim, a autora descreve

[...] o silêncio como fundador” o que vem primeiro antes da palavra que rompe esse estado, quebra o silêncio para significar a existência, paralelamente, aprofundamos “a análise dos modos de apagar sentidos, de silenciar e de produzir não-sentido onde ele mostra uma ameaça (ORLANDI, 2007, p. 14).

Nessa discussão, logo fica compreensível entender o silêncio que predomina no sistema carcerário feminino brasileiro. Assim, quando se diz que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio “fala” por elas; elas silenciam. O fato de estar em silêncio também tem um motivo para significar e dar sentido nesse movimento das palavras que são atravessadas por múltiplos sentidos, seja pelo poder da articulação posta em movimento, seja por formas de resistências.

Para que melhor mobilizar os conceitos até aqui apresentados, se faz necessária uma contextualização histórica sobre as prisões.

A seguir, apresento uma breve histórico do surgimento das primeiras prisões femininas no país e as modificações no decorrer de sua criação na Colonização Portuguesa.

1.1.2 História da criação das prisões femininas no Brasil

“O começo da minha pesquisa para este livro foi uma coleção de silêncios.
As prateleiras das bibliotecas se calavam sobre as prisões femininas brasileiras”
(Nana Queiroz)

O nascimento da prisão no Brasil, obrigatoriamente, lança às origens históricas da nossa colonização portuguesa. Do início do século XVI a meados do século XVIII, vigoraram no país as Ordenações Filipinas (SOARES; ILGENFRITZ, 2002) que foram, por mais de duzentos anos, a legislação responsável pelas práticas punitivas adotadas na Colônia.

Além de sua rígida lei, os fidalgos portugueses trouxeram, como parte do carregamento das naus, uma população indesejada para a Coroa, constituída de degredados, pessoas expulsas de Portugal e que eram deixadas nos novos territórios conquistados, conseqüentemente “[...] e os que houverem de ser degredados para o Brazil, o não por menos tempo que cinco anos”⁴. Assim o degredo também era forma de punição para as mulheres, segundo a gravidade de suas culpas. O texto português revela diversas situações de degredo para o Brasil, compreendido como

[...] uma forma de punição para as mulheres, conforme a gravidade das suas culpas. A leitura do texto português revela diversas situações de degredo para o Brasil. As circunstâncias mais extremas de “degredadas para sempre, dependendo do grau”, eram a das “barregãs” (amantes) de clérigos ou de qualquer outra pessoa religiosa; das “alcoviteiras” e das que se “fingissem de prenhas[grávidas]ou atribuissem parto alheio como seu” (grifos das autoras). (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 51).

Como forma de contribuir com o histórico das primeiras prisões no Brasil, Angotti (2018) aborda algumas datas de períodos históricos dos primeiros presídios femininos no Brasil, com alguns detalhes fazendo compreender mais precisamente as razões que conduziram à criação da prisão feminina. Assim, vemos que data de 1928 o relatório intitulado “As Mulheres Criminosas no Centro mais Populoso do Brasil”, do então presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, Cândido Mendes de Almeida Filho, no qual o autor detalha dados de mulheres encarceradas entre julho de 1926 e outubro de 1927 nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e no Distrito Federal. Publicado no Diário Oficial de 4 de março de 1928, o relatório foi feito porque a situação das mulheres condenadas e processadas muito preocupava o Conselho Penitenciário, dado o abandono em que se encontravam, o que denunciava a precariedade do sistema prisional nacional (ANGOTTI, 2018). Os dados que se têm da época eram de mulheres presas em vários estados do Brasil, misturadas com os homens, demonstrado por Angotti (2018), a saber:

[...] segundo os dados publicados nesse relatório, no ano de 1926 havia oito mulheres presas no Distrito Federal, duas em Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro, 18 no Estado de São Paulo e 15 no Estado de Minas Gerais – a contagem reúne aquelas que ainda respondiam processo e as já condenadas. Em 1927 eram 16 as presas processadas no Espírito Santo e uma condenada. Naquele ano, somando todas as condenadas desses estados e do Distrito Federal, havia um total aproximado de 39 condenadas por crimes cumprindo pena em diferentes estabelecimentos. Dentre as razões para a condenação estavam as práticas de homicídio, infanticídio, ferimento, roubo e uso de tóxicos. Além destas condenadas, havia ainda aquelas mulheres

⁴ Livro V das Ordenações Filipinas, título CXL, item 9.

⁵ Idem, Total XXX, introdução, título XXXII, item 06 e título LV, introdução: “situação de degredo feminino para o Brasil”.

consideradas contraventoras, que não se enquadravam legalmente como criminosas, mas eram recolhidas às casas de correção, em geral por “vadiagem” (ANGOTTI, 2018, p. 18)

Angotti (2018) aferiu principalmente nos textos dos Arquivos Penitenciários do Brasil que a década de 1940 foi significativa para a criminologia e a prática penitenciária brasileira. Data do primeiro ano dessa década a promulgação do Código Penal de 1941, e do Código de Processo Penal e o decreto de criação do Presídio de Mulheres de São Paulo; de 1942 a inauguração do Instituto de Biotipologia na Penitenciária do Estado de São Paulo e a inauguração da Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal. correram, ainda, ao longo da década, a reforma e construção de diversas penitenciárias nos estados brasileiros e um aprofundado debate sobre reforma prisional e humanização penitenciária. A efervescência do debate penitenciário marca esse período. Dentre eles, o Guia das Internas da Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal; inúmeras obras de Lemos Britto, como *A Questão Sexual nas Prisões*, de 1934, *Adultério*, de 1933 e *Os Systemas Penitenciários do Brasil*, de 1924, além de palestras e discursos do jurista; doutrinas jurídicas do período, como *Novo Direito Penal* de Roberto Lyra; a obra *A Educação da Mulher*, do higienista Afrânio Peixoto; duas obras sobre a Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d’Angers, escritas, respectivamente, por uma Irmã e uma simpatizante da Congregação; Diários Oficiais; e obras do antropólogo criminal Cesare Lombroso, em especial *La Donna Delinquente, la Prostituta e la Donna Normale* (ANGOTTI, 2018). São esses o registro de material e histórias sobre os estabelecimentos prisionais.

Uma questão que não posso deixar de frisar é que apesar do debate sobre os presídios femininos no país ser pauta da discussão carcerária desde as últimas décadas do século XIX, foi somente na década de 1940 que os estabelecimentos prisionais só para mulheres foram criados em alguns estados brasileiros, tentativas anteriores de estabelecimento de presídios femininos no país foram feitas.

Na próxima seção, exponho o percurso até a criação de uma penitenciária exclusivamente para mulheres e os discursos sustentados na época sobre as mulheres que cometiam os mais variados tipos de delitos e seus destinos.

1.1.3 Penitenciária unicamente para mulheres

Na obra de Soares e Ilgenfritz (2002) referente ao sistema prisional, já no século XIX, uma das primeiras indicações sobre mulheres presas encontra-se no *Relatório do Conselho Penitenciário do Calabouço*: a prisão para escravos, que nessa época funcionava junto com a Casa de Correção da Corte. No início do século seguinte, em 1905, um Relatório da Casa de Correção da Capital Federal faz menção a melhoramentos realizados para alojar as presas, indicando adaptação das cinco células do antigo manicômio à prisão de mulheres, enquanto não se edificava um pavilhão especial para elas. As mulheres em cumprimento de sentença eram pessimamente instaladas na antiga prisão dos galés, velho barracão ao rés do chão, sem condição alguma de higiene, construído há muitos anos com caráter provisório, junto à muralha, exatamente na parte onde devia ser o pórtico da Casa de Correção. Essas cinco células foram convenientemente assoalhadas com tábuas de peroba sobre barrotes de maçaranduba, previamente empedrados e cimentados ao solo. Um dos autores especialistas no assunto sobre “As prisões no Brasil”, sendo o principal ideólogo das prisões femininas no Brasil, sem dúvida, Lemos Brito⁶, que descreveu as primeiras prisões brasileiras, construídas à moda da Europa, criticavam as prisões-navio, denominando-as de “galés infectadas” (SOARES; ILGENFRITZ, 2002), onde os prisioneiros eram recolhidos.

O autor aponta que as mulheres não tinham melhor destino, pois como ficavam “[...] misturadas em geral com os criminosos de outro sexo e com os próprios escravos, não demoravam a ser reduzidas à mais lamentável miséria física e moral” (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 53).

Lemos Brito teve um papel extremamente importante. Foi encarregado, no ano de 1923, pelo então ministro da justiça, João Alves, a elaborar um projeto de reforma penitenciária. Para tanto, percorreu o país visitando todas as prisões e ofereceu um plano geral, em 1924, no qual aconselhou a União a construir um reformatório especial (em pavilhão completamente isolado) não somente para mulheres condenadas há mais de três anos do Distrito Federal, mas para as que fossem remetidas pelos estados (SOARES; ILGENFRITZ, 2002). Portanto, ficava evidente que Lemos Brito não sugeriu a construção de uma prisão nos moldes tradicionais da época que tinha a prisão masculina como modelo. O que foi proposto em vez disso foi a construção de um reformatório especial, indicando a necessidade de um tratamento específico para as mulheres no Sistema Penitenciário.

⁶ José Gabriel de Lemos de Brito foi professor, penitenciariasta, legislador, deputado, membro do Instituto dos Advogados do Brasil e do Chile, Presidente do Conselho Penitenciário do DF, autor de uma extensa bibliografia sobre questão prisional e de prolixos estudos sobre a questão sexual nas prisões (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 73).

Outro autor de projeção no mundo jurídico nacional, que difundiu suas ideias sobre a questão da penitenciária feminina, tendo sido membro e diretor do Conselho Penitenciário do DF, foi Cândido Mendes de Almeida Filho. Ele, com as histórias das prisões femininas no nosso país, a construção de gênero no discurso penal, classificou sob um eixo argumentativo de uma possível “natureza da mulher criminosa”. Atribuindo, assim, um sistema de significações, como a de transgressora tanto no aspecto jurídico como no social.

As primeiras indicações sobre mulheres cumprindo pena de prisão encontra-se no Relatório do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, de 1870. Concomitante às prisões de escravos que funcionavam junto à casa de Correção da Corte (SOARES; ILGENFRITZ, 2002). O encarceramento feminino desde sua origem foi tratado como um problema moral. Penitenciária deriva da palavra *penitência*, remetendo sua relação com ideia de “pecado”. As primeiras penitenciárias destinadas às mulheres no Brasil foram administradas por religiosas, que projetavam para as internas uma possível conversão. Ao observamos os fatos históricos, fica nítido que a prisão se reveste de mecanismos morais. De acordo com Soares e Ilgenfritz, (2002) havia a separação da população encarcerada

[...] por sexo, fazia-se necessário montar as normas pedagógicas que vigorariam daí por diante nas prisões de mulheres. Como transformar essas “ninfomaníacas”, com odor *di femina*, portadoras de um fluido “pecaminoso” em mulheres dóceis, obedientes às regras da prisão, assexuadas e trabalhadeiras? Como educá-las para reintegração social e convertê-las em caridosas beatas, voltadas às prendas do lar, aos cuidados com os filhos, à sexualidade educada para a procriação e a satisfação do marido? Nada melhor que invocar os ensinamentos religiosos para auxiliar nessa tarefa, e entregar a missão às profissionais do setor (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 57).

Soares e Ilgenfritz (2002) apresentam, ainda, o Relatório do Conselho Penitenciário do DF de 1929, no item das prisões, em que pode ser lido o seguinte comentário “[...] as mulheres condenadas continuam em compartimento separado na Casa de Detenção, mas em promiscuidade com as processadas e as vagabundas e as ébrias habituais enviadas pela polícia” (p. 54). Havia um juízo moral subjacente no discurso dos que elaboravam esses relatórios, que os levava a discriminar e proteger as presas comuns condenadas por infanticídio, aborto, furto etc., diferenciando-as daquelas detidas pela polícia e enquadradas nas contravenções de vadiagem ou embriaguez⁷. Ocorre que a maioria das mulheres que a polícia de costume prendia e enviava à prisão era de prostitutas, detidas sob o qualificativo de vadias ou desocupadas (“sem

⁷ O código Penal republicano de 1890, que vigorou até 1942, em seu livro III, estabeleceu como contravenções – mendigar (arts. 391 a 395), embriagar-se (arts. 396 a 398) e vadar ou vagabundear (Arts. 399 a 401) -, passíveis de deportação, caso o “vadio” ou “vagabundo” fosse estrangeiro.

officio”), ou que proviam “[...] a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes” (vide art. 399 do código Penal republicano) (ANGOTTI, 2018, p. 54).

As autoras afirmam que essa forma de criminalizar a prostituição seria explicada futuramente, em 1994, nos Boletins Internos da Penitenciária de Mulheres do DF, nos quais o eufemismo é substituído pela clareza objetiva: “*profissão; presa por: vadiagem*”. Isso explica, provavelmente, a grande quantidade de mulheres encarceradas, que muitas vezes ultrapassava as condições físicas da unidade prisional, tal como descreviam alguns Relatórios do Conselho Penitenciário da época. Tratava-se de meretrizes que inchavam a população carcerária, num movimento constante de entrada e saída, uma vez que as punições variavam de oito dias até, no máximo, três meses. Infelizmente, as fontes consultadas não esclarecem se essas “contraventoras” eram processadas, julgadas e condenadas, ou se apenas recolhidas por algum tempo, para serem, em seguida, libertadas.

O patronato das presas era uma instituição benemérita, criada em 1924 para servir de auxiliar ao Conselho Penitenciário na vigilância das mulheres em liberdade condicional, seguindo o modelo do *Carcel de Mujeres* das repúblicas Argentina e Uruguai. No patronato, as mulheres que operavam “como carcereiras, (eram) distintas senhorinhas de importantes famílias brasileiras, e religiosas da congregação” [do Bom Pastor], que “prontificaram-se a auxiliar eficazmente com a iniciativa “[...] revelando não só papel assistencialista e filantrópico que cabia às elites da época, como também a importância das congregações religiosas na condução da casa das mulheres desviadas das lei (patronatos, reformatórios, etc.)” (SOARES; ILGENFRITZ 2002, p. 55).

O período da revolução do Estado Novo de 1930 se consolida com o surgimento de várias modificações que alteram a estrutura administrativa e política brasileira. Os estudos para a reforma do Código Penal, do Código Processual Penal e da lei de Contravenções se intensificam, e a ideia de um programa de concentração carcerária se inicia com a reforma penal de 1940. Período das demais reformas penais e criação da Penitenciária Agroindustrial, da penitenciária de Mulheres e do Sanatório Penal, elaborado por uma comissão de notáveis presidida por Lemos Brito, Heitor Carrilho e Roberto Lira. Esse projeto, que se transformou em lei, sofreu a influência do contexto político de repressão e autoritarismo: uma vez que foi elaborado, discutido e aprovado por homens, tendo à frente a figura de Lemos de Brito, que dedicou longo tempo de sua vida a tecer uma rede de proteção e repressão ao redor das mulheres presas, o que pode se notar no discurso conservador da época na fala de Lemos de Brito ao Ministro da Justiça, defendendo a criação da penitenciária feminina, a saber:

[...] o que existe nesta capital como prisão de Mulheres é alguma coisa de improbiioso e que faria corar um burgo podre da velha Inglaterra. Trata-se, como Vossa Excelência sabe, de um pequeno barracão de cimento dos fundos da Casa de Detenção, gradeado à maneira de um xadrez das cadeias públicas, onde se acomodam as mulheres processadas e condenadas no DF. A promiscuidade aí é de arrepiar. Ao lado da mulher honesta e de boa família, condenada por crime passional ou culposo, ou a que aguarda julgamento, seja por um aborto provocado por motivos de honra, seja por um infanticídio determinado muitas vezes por uma crise psíquica de fundo puerperal, estão as prostituídas mais sórdidas, vindas como homicidas da zona do baixo meretrício, as ladras reincidentes, as mulheres portadoras de tuberculose, sífilis, moléstias venéreas, ou hostis à higiene. Quando não atacadas pela satíriase, tipos acabados de ninfômanas, que submetem ou procuram submeter, pela força, as primeiras aos repugnantes atos de homossexualismo, como o próprio Conselho Penitenciário teve oportunidade de constatar (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 56).

Em *As mulheres criminosas e seu tratamento penitenciário*, publicado na Imprensa Oficial do Estado, 1943, Lemos de Brito fundamenta seus argumentos apontando “o poder deletério da presença feminina”, a necessidade de separar as mulheres dos homens e de colocá-las longe dos presídios masculinos, como um maneira de se evitar a “influência perniciosas” que elas poderiam causar. Ele justifica seus pontos de vistas mencionando que deveria haver separação entre os homens e as mulheres presas para maior conforto dos homens, como pode ser observado e não para garantir em primeiro lugar a dignidade das mulheres. Além disso,

[...] a ciência penitenciária tem sustentado sempre que as prisões de mulheres devem ser inteiramente separadas das destinadas a homens. É que a presença das mulheres exacerba o sentimento genésico dos sentenciados, aumentando-lhes o martírio da forçada abstinência” (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 57).

Podemos perceber que a criação de presídios só para mulheres tinha por finalidade antes de tudo, garantir a paz e a tranquilidade desejadas nas prisões masculinas, do que dar mais dignidade às acomodações carcerária, até então compartilhada por homens e mulheres.

A história mostra que sempre, desde o surgimento das primeiras prisões, os homens decidiam os destinos das mulheres presas e faziam uso de um discurso repressor para disciplinar e as prisões eram, e como ainda são, revestidas de mecanismos morais e sociais.

No dia 9 de novembro de 1942, foi construída pelo então Ministro da Justiça especialmente pelo Decreto nº 3971 a primeira penitenciária feminina do antigo Distrito Federal.

Elça Mendonça Lima (1983), em *Origens da prisão Feminina no Rio de Janeiro*, é referência fundamental quando se trata de abordar esse período que nomeou “período das freiras”, referindo-se ao modelo de “internato religioso”, implantado originalmente na

penitenciária. Às religiosas cabia cuidar da moral e dos bons costumes, além de exercer um trabalho de domesticação das presas e uma vigilância constante de sua sexualidade.

O regulamento interno da prisão, formulado e aplicado pelas religiosas, nomeado *Guia das internas*, continha para as presas apenas dois caminhos para remirem as suas culpas, e ambos supunham que elas se transformassem nas perfeitas mulheres piedosas, recatadas, discretas, dóceis e pacíficas vislumbradas por Lemos de Brito. Dedicadas às prendas domésticas de todo tipo (bordado, costura, cozinha, cuidado da casa e dos filhos e marido), elas estariam aptas a retornar ao convívio social e da família, ou, caso fossem solteiras, idosas ou sem vocação para o casamento, estariam preparadas para a vida religiosa. Segundo a expectativa das freiras, quando as portas da penitenciária se abrissem, a egressa estaria definitivamente transformada em um novo ser.

O *Guia das internas*, descrito por Lima (1983), em alguns parágrafos do Guia são descritos as instruções cultural e moral que as presas deveriam seguir, que revelam as técnicas de controle a que as presas eram submetidas, cujo espírito era reconduzir a mulher ao seu destino doméstico e reprimir sua sexualidade e,

[...] as instruções me ajudarão a aprofundar as verdades aprendidas no catecismo, a corrigir-me de meus defeitos, a adquirir luzes, conhecimentos gerais, em questão de civilidade, moral, economia doméstica, higiene, educação de todas as potências de meu corpo e de minha alma [...]" (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 59).

O Guia também trazia as instruções sobre a moda e modos aos quais as presas deveriam se adequar, como se vê abaixo:

[...] toda pessoa bem-educada deve ter um cuidado extremo de compor o seu porte exterior;
Na negligência há um fundo de preguiça, uma falta de senso e de gosto;
Também é preciso evitar a excessiva preocupação com o “toilette”, que denota espírito leviano e falta de valor pessoal;
Arranjar-se com capricho, estar sempre em estado de apresentar-se convenientemente, limpa, bem penteada, graciosa, gentil em seu porte e maneiras, eis uma arte em que toda mulher deveria especializar-se (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 59).

Ao se observar as instruções do *Guia das internas*, podemos constatar que os métodos utilizados eram intensivos e rígidos e, também, perceber como a penitenciária de mulheres e o Sanatório Penal foram as primeiras unidades descentralizadas da Penitenciária Central do Distrito Federal, construídas em Bangu. A construção da capela foi introduzida no projeto por ser administrado pelas freiras, assim como as celas de castigo que passou a ser apelidada de “surdas”, que não constava no projeto original, sendo reivindicada pelas freiras e a justificativa era: “[...] carecemos de duas ou três células especiais separadas dos dormitórios, pois só o

isolamento completo fará sentir as rebeldes e enfermas o seu desatino” (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 60). Assim, foram construídas dez “surdas” (celas para castigos) e depois uma creche para os filhos menores de três anos das detentas. No projeto inicial, foi pensada a construção de celas individuais, uma vez que o projeto era considerado inovador e repudiava o isolamento, o que foi visto como um “grave erro” e logo corrigido. Os relatórios da época apontavam a dificuldade que as religiosas enfrentavam para exercer a rigorosa vigilância individual sobre o corpo das presas, principalmente à noite.

De acordo com Lima (1942-1955), em uma visita feita por um repórter, W.B.S., prisioneiro de uma unidade masculina, relatou detalhes das instalações da penitenciária de mulheres. No seu texto há comentários que espelham a ‘ideologia dessa prisão-internato’. Mesmo com um projeto de ‘purificação’ das mulheres infratoras, idealizado pelas religiosas do Bom Pastor, brevemente mostraria sua fragilidade e seus limites, e sairia das mãos das religiosas do Bom Pastor diretamente para a direção da PCDF (Penitenciária da Capital Distrito Federal), em 1955, período esse marcado por violência, de acordo com o excerto a seguir:

[...] foi reconhecidamente um período conturbado por uma violência interna difusa, [...] relatórios do período se referem a “depredações”, falta de “disciplina” e a retirada voluntária das irmãs do Bom Pastor, devido à “indisciplina violenta”. Sugere-se, pois, o inverso do desejado: longe da beatitude e domesticidade do lar, gera-se violência e resistência generalizada (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 62).

Apesar de todo o esforço das religiosas em produzir uma reforma moral, “no interior da penitenciária tinha como pano de fundo as concepções sobre os papéis de gênero”, que se expressavam, no campo médico e jurídico, levantando reflexões e debates sobre “natureza da mulher criminosa” (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 63). A autora faz uma breve “[...] incursão nas ideias dos principais pensadores” que se dedicaram a refletir “o porquê de mulheres cometerem crimes e sobre as razões” pelas quais elas sempre representam uma parcela muito reduzida de contingente de presos. Um dado interessante mostra que de fato, o mundo inteiro revela uma sub-representação das mulheres nas populações prisionais, em comparação com o contingente masculino.

Na seção segue, exponho a concepção de corpo na visão de Foucault ao longo da história e a manifestação do poder especificadamente sobre o corpo social, físico, biológico da mulher presa.

1.1.4 O controle sobre o corpo da mulher presa

Primeiramente é importante frisar que o corpo é história. A concepção de corpo, seu lugar na sociedade, sua presença no imaginário, na vida cotidiana e nos momentos excepcionais, sofreu modificações em todas as sociedades durante toda a história. O corpo é atravessado por uma tensão, por uma oscilação entre repressão e exaltação, humilhação e a veneração o passado e o presente, por ser o construto biológico, histórico, social e cultural, produzindo múltiplas formas em tempos e lugares diferentes.

Historicamente a posição da mulher na sociedade patriarcal de feição hierárquico, vertical, repressivo, com base em diferenças puramente biológicas produz várias formas de discriminação. Aponta Espinoza (2004, p. 13) que:

[...] a mulher foi ostensivamente discriminada e tal discriminação tornou-se a mais significativa e abrangente de todas na medida em que correspondia, do ponto de vista quantitativo, à metade da própria humanidade. A mulher estava submetida a controles sociais rígidos entre os quais se incluíam o controle doméstico exercido, primeiro, pelos pais e, depois, pelo marido; controle médico; o controle no mercado de trabalho; e o controle de acesso aos espaços públicos. A discriminação biológica sacralizou-se com o aparecimento do poder punitivo e o saber, “quanto o objeto é outro ser humano”, estabeleceu “uma hierarquia: o ser humano-objeto será sempre um ser inferior ao ser humano-sujeito”. “A discriminação hierarquizante entre seres humanos é um pressuposto e uma consequência necessária desta forma de saber do *dominu* (ESPINOZA, 2004, p. 13).

O corpo da mulher é visto historicamente como algo negado pela simples condição inferior que decorre de sua própria natureza, como uma condição “feminina” associada ao fraco, frágil em oposição ao forte, viril masculino. Esse discurso é visto de forma naturalizada, conseqüentemente outro motivo é a construção de um ideal feminino ligado a um conceito de corpo na cultura ocidental, das representações que refletem o dualismo ontológico da moral cristã. Ao observar por essa perspectiva o corpo feminino, especificadamente, das mulheres presas, influenciadas pela cultura ocidental, constatamos que as primeiras prisões no Brasil eram coordenadas e dirigidas por religiosas cujo objetivo era reverter o comportamento das presas para o que a moral tradicional cristã alimentou: um modelo de feminilidade, doce, passiva e casta possuindo, portanto suas representações em padrões sociais rígidos.

Tratarei mais estritamente do corpo feminino posto em questão de análise. Como certifica Foucault (1987, p. 29):

[...] em nossas sociedades, os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa “economia política” do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo que utilizam métodos “suaves” de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata - do corpo e de suas forças, e da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão. É certamente legítimo fazer uma história dos castigos com bases nas ideias morais ou nas estruturas jurídicas.

As técnicas de punição passaram do suplício do corpo do criminoso como espetáculo ao suavizado no novo conceito construído pelo sistema jurídico e penal. A menção feita ao homem máquina citado por Foucault (1987), é a junção da redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento do corpo que precisa ser manipulável, problematizado.

A noção de corpo para o autor é fator central para se explicar a expansão e a determinação da relação de poder nas sociedades modernas, pois “[...] o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1987, p. 29). Por isso é possível atestar que o corpo, como delineia e estabelece Foucault, é visto como um elaborado de forças sendo objeto e alvo de poder. O corpo é analisado para além, não se limita às concepções orgânica ou natural, sobretudo se apresenta como um escopo sendo operado por diferentes dispositivos. Como se pode perceber “[...] o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigação e de interdições [...]” (FOUCAULT, 1987, p. 15). Uma vez que o sistema prisional brasileiro foi criado para os homens e depois adaptados para as mulheres. Portanto, um sistema hostil, no qual a resistência é a única maneira de sobreviver a todas as formas de violências físicas e simbólicas vivenciadas. Rompendo assim, com uma ótica que se refere ao corpo somente como algo fisiológica, demográfica, microbiana como abordada pelos historiadores há muito tempo, posto que o corpo das mulheres aprisionadas seja um dos que mais sofrem com os dispositivos impostos pelo sistema punitivo desde o início da história. Declara Foucault (1987, p. 134) que:

[...] houve, durante a Época Clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada ao corpo – ao corpo que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam [...].

O corpo que foi consolidado a partir do século XVIII foi um tipo específico, a saber, um corpo dócil. Por ser um corpo mais sujeitado, as ideias morais perpassam todas as condutas dos corpos das mulheres, inclusive o das apenadas, que ao longo da história puderam ser alvo de várias formas e técnicas de punição como modo de docilização e negação da natureza delituosa. Essa natureza violenta é atribuída somente à natureza masculina. Logo, se verificam as desigualdades de gênero impostas nas condutas das mulheres, tanto do controle moral quanto da sexualidade das presas. Porquanto, “[...] a sociedade é capaz de encarar com alguma complacência a prisão de um parente homem, mas a da mulher envergonha a família inteira” (VARELLA, 2017, p. 20). Os corpos das mulheres que estão em privação de liberdade são tão

investidos por esses dispositivos moduladores, que estende suas regras e efeitos nas singularidades, por isto “[...] quase por instinto de sobrevivência, a mulher é mais avessa à submissão aos superiores; desde criança aprende a subverter a ordem, de forma a moldá-la aos ensejos pessoais sem dar a impressão de rebelde, se possível” (VARELLA, 2017, p. 20).

Certamente, é um modo de resistir por meio de uma conduta modulada utilizadas pelas mulheres para não parecerem “rebeldes”, uma atitude não adequada socialmente para o gênero feminino. Por ser o oposto das representações e imagens femininas idealizadas e padronizadas, o corpo da mulher presa sofre totalmente com o adestramento que tem por propósito a docilização, seja nos gestos ou nos comportamentos, buscando sempre condutas de adequação social externa, com condutas de mulheres, controladas, passivas, mães, boas donas de casa, não violentas (PRIORI, 2016).

O corpo é o alvo principal da repressão penal e seu controle social. Portanto o corpo feminino sempre foi um local interdito que deve ser coberto por vestimenta apropriada. Para não chamar a atenção ou causar escândalos. Assim, as presas estão sujeitas a cumprir “[...] um código de conduta que as proíbe de tirar a camiseta ou a calça para expor o corpo ao sol” (VARELLA, 2017, p. 25). Inegavelmente esse código de conduta evidencia o controle exercido sobre o corpo feminino e seu controle social. Assim, descreve Foucault (1987, p. 136):

[...] técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova “microfísica” do poder; e porque não cessam, desde o século XVII, de ganhar campos cada vez mais vastos, como se tendessem a cobrir o corpo social inteiro[...].

Consequentemente, o mecanismo de controle é tão intenso que as apenadas produzem em seus comportamentos a negação de seus crimes e delitos no que se refere à conduta de comportamento no espaço carcerário. De acordo com Varella (2017, p. 30):

[...] negar a autoria dos crimes cometidos também é frequente em cadeias masculinas, mas entre eles não são poucos os que se declaram bandido, traficantes, ladrões e até matadores com uma ponta de orgulho, especialmente quando estão entre seus pares ou diante de uma figura como a do médico em quem confiam. Salvo exceções, as mulheres fazem de tudo para esconder a autoria das contravenções e dos crimes praticados.

Quando lhes pergunto por que motivo foram presas, não entram em detalhes, respondem com o número do artigo do Código Penal em que foram enquadradas: 33 (tráfico), 35 (associação ao tráfico), 155 (furto), 157 (assalto à mão armada), 121 (assassinato), 159 (sequestro), 171 (estelionato) são os mais praticados populares.

Em vista disso, fica claro que as mulheres omitem a autoria do crime por uma questão de vergonha moral. Visto que não há uma aceitação por parte da sociedade de uma conduta

inadequada praticada por mulheres, o que nos embates das problematizações mostra que, por mais que o lugar de fala das encarceradas seja um lugar reconhecido como marginal, transgressor e negativo, é o corpo social que as técnicas moduladoras almejam como finalidade. As presas modulam seus comportamentos, ainda que inconscientemente, para não se enxergarem nesse lugar transgressor. Para complementar incluo mais um exemplo dos castigos que incide sobre o corpo de quem vive o cárcere e o adestramento aqui pode ser compreendido como uma manifestação da resistência em oposição ao poder imposto sobre o corpo. Como acrescenta Mendes (2012, p. 17):

[...] não esquenta cabeça, maninho, estou condenado a mais de cinco anos só de cela forte e estou aqui firmão. Você sai logo, não fez nada... – Carlão tentava me conformar. Acabou me assustando mais ainda. Cinco anos ali dentro, sem sair? Melhor morrer logo de uma vez.
Orientou-me para que, quando o Lauro (o faxina) me trouxesse o papel higiênico, enrolasse pelo corpo, qual fosse uma múmia. O segredo era fazer ginástica o tempo todo, me manter aquecido e cansar para conseguir dormir um pouco. Caso contrário iria sofrer muito e havia risco de enlouquecer. Muitos enlouqueceram naquela cela forte, diziam-me (MENDES, 2012, p. 17).

Certamente sobreviver à cela forte é resistir para não morrer, o que é reforçado por Mendes que viveu durante praticamente toda sua vida entre reformatório e a cadeia dos 18 anos até seus mais de 50 anos. A manifestação de uma erupção de resistência dentro cárcere é constante sobre o corpo seja do preso ou da presa, a maior luta é pela vida.

É nesse cenário traçado histórico e culturalmente que vimos até agora, que a análise se dará, recorrendo ao aporte teórico da Análise de Discurso que trataremos no próximo capítulo apresento os pressupostos teóricos que fundamentam o arcabouço desta pesquisa.

CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PERÍODO HISTÓRICO DA AD

Para melhor entendimento da Análise de Discurso (AD), é necessário primeiramente compreender os construtos teóricos que propiciaram sua origem.

A Análise do Discurso surgiu na França, no final da década de 1960, nomeadamente em 1968, a partir dos trabalhos do linguista Z. S. Harris, que teve um impacto fundante na primeira fase da AD francesa. Harris argumentava que a pesquisa linguística se limitava aos elementos de uma frase e para ele, o discurso seria uma sequência de frases. No entanto, o escopo da análise de discurso exigia muito mais do que o aparelho teórico da época poderia fornecer. Essa foi uma constatação vigente durante os anos 50 e boa parte dos anos 60. A França, país que tinha forte tradição escolar no estudo do texto literário, foi uma terra fértil que gerou as condições que facilitaram o surgimento da Análise do Discurso, com a contribuição na fundação teórica de Jean Dubois e Michel Pêcheux. Dubois, um linguista, lexicólogo envolvido com os empreendimentos da linguística de sua época; Pêcheux, um filósofo envolvido com debates em torno do marxismo, da psicanálise e da epistemologia. O que há de comum nos trabalhos desses dois pesquisadores com preocupação distintas é que ambos foram tomados pelo espaço do marxismo e da política, partilhando convicções sobre a luta de classes, a história e o movimento social (MUSSALIM, 2012, p. 114), período bastante agitado do ponto de vista político e cultural tanto na França como no Brasil. Como mostra Mussalim (2012, p. 117):

[...] é nesse contexto que nasce o projeto da AD. Michel Pêcheux, apoiado numa formação filosófica, desenvolve um questionamento crítico sobre a Linguística e, diferentemente de Dubois, não pensa a instituição da AD como um progresso natural permitido pela Linguística, ou seja, não concebe que o estudo do discurso seja uma passagem natural da Lexicologia (estudo das palavras) para a Análise do Discurso. A instituição da AD, para Pêcheux, exige uma ruptura epistemológica, que coloca o estudo do discurso num outro terreno em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito. Assim é que, como afirma Maldidier (1994), o objeto discurso de que ocupa Pêcheux em seu empreendimento não é uma simples 'superação da Linguística Saussuriana.

Para melhor compreender a gênese dessa disciplina, dizer que o discurso não é a *langue* não significa dizer que ele seja a *parole*. Ao abandonar, grosso modo, o conceito de língua (social) da linguística saussuriana, a AD também abandonou o conceito de fala (individual). Isso significa afirmar que o estudo do discurso não se preocupa apenas com questões estruturais do sistema linguístico, nem com a fala particularizada dos falantes. Por isso, “Quando Saussure opõe língua e fala, ele opõe uma forma contratualizada em sociedade, coletiva, a língua a uma

forma individualizada, a fala. O discurso propriamente não é individual” (MAZIÈRE, 2007, p. 13).

Nos anos 1960, o discurso se constitui no espaço que se encontram questões disciplinares que são uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Conforme apresentado por Orlandi (2010, p. 19):

[...] a Linguística constitui-se pela afirmação da não-transparência da linguagem: ela tem seu objeto próprio, a língua, e esta sua ordem própria. Esta afirmação é fundamental para Análise de Discurso, que procura, mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é uma relação direta que se faz termo-a-termo, isto é, não passa diretamente de um a outro. Cada um tem sua especificidade. Por outro lado, a Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas está também não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que chamam de forma material (não abstrata como a da Linguística), que é forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é, portanto, linguístico-histórica.

Para a AD, a linguagem deve ser estudada não somente em relação ao seu aspecto gramatical e linguístico, mas também aos aspectos ideológicos, sociais, que se manifestam por meio de um saber socioideológico. Para AD, o estudo da língua está sempre aliado ao aspecto social e histórico. Aponta Orlandi (2010, p. 19):

[...] nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procurar-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. Aí entra a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história.

A análise de discurso, trabalhando na confluência desses campos do conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso que, procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do social geral, constitutivo do homem e da sua história. Menciona Orlandi (2010, p. 15) que:

[...] a Análise de Discurso, como o seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

O que de modo nenhum podemos negar é que o homem pode com sua capacidade de significar e conceber a linguagem que na Análise do Discurso como mediação indispensável a relação entre ele e a sua realidade natural e social. O que torna possível tanto a permanência e continuidade quanto o modo de deslocamentos baseado na sua percepção na linguagem, o trabalhando com o simbólico do discurso que está na base da existência humana.

Para Michel Pêcheux, a língua é forma de materialização, como o discurso uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrentes do modo de organização e também de produção social com a fundação histórica das inquietações no âmbito da linguística, alguns conceitos começam a ser fundamentais para a formação da AD.

Na próxima seção será exposto as noções de sujeito e ideologia e suas terminologias e suas interligações no discurso.

2.1. Sujeito e ideologia

O termo ideologia tem noções muito diferentes a partir dos moldes de sentido determinados, portanto, abordaremos o sentido compreendido na AD nesse primeiro momento.

Os termos sujeito e ideologia em Análise do Discurso estão interligados, conforme Mazière:

[...] eis um sujeito da ideologia diretamente saído do marxismo, mais especialmente, de Althusser, cujas formulações são encontráveis em Pêcheux. Recordemos esquematicamente algumas das posições de Althusser. Em *Lire le Capital* (1965), ele mostra a materialidade e a eficácia histórica das ideologias, definidas como “relação imaginária dos indivíduos e das classes com suas condições de existência”. Em *Éléments d'autocritique* (1974), ele esboça uma teoria como “interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos” e como sistema de instituições públicas e privadas que asseguram a reprodução das relações sociais: os “aparelhos ideológicos de Estado”, que são a Igreja, a escola etc. (MAZIERE, 2007, p. 62).

Em *Aparelhos ideológicos do Estado*, Althusser (1998) retoma a teoria de Marx afirmando que a classe dominante cria, para manter-se dominando mecanismo de perpetuação e reprodução do *status quo*, na reprodução de suas condições materiais, políticas e ideológicas. Ainda segundo o autor, do mesmo modo que o papel exercido por seus repressores (ARE – Aparelho Repressivo de Estado) ou por seus aparelhos ideológicos (AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado). Entre os ARE estão o governo, ministérios, tribunais, presídios, justiça, polícia, etc. e entre os AIE, a religião, a escola, a política, o sindicato, o sistema de informação e o aparelho cultural.

A concepção de ideologia em AD é produzir evidências, colocando o homem na sua relação imaginária com suas condições materiais de existência. A ideologia faz parte sendo a condição para constituição do sujeito e dos sentidos. De fato, que “O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que possa produzir o seu dizer” (ORLANDI, 2010, p. 46). Na ótica discursiva é importante abordar a ideologia em vários vieses e uma outra definição que trazemos é a de Chauí (2008), que mostra que o termo ideologia aparece pela primeira vez em 1801 no livro de Destutt de Tracy, *Eléments d’Ideologie* (Elementos de Ideologia). Dessa forma surgiu o termo com o desígnio de capilarizar uma ciência que seria a gênese das ideias, tomando em consideração as percepções sensoriais e nos indivíduos levando a um detalhamento de como a ideologia está ligada diretamente as relações sociais de uma determinada sociedade. Alude Chauí (2008, p. 11) que

[...] essas relações entre os homens e deles com a natureza constituem as relações sociais como algo produzido pelos próprios homens, ainda que estes não tenham consciência de serem seus únicos autores. E, portanto, das relações sociais que precisamos partir para compreender o que, como e por que os homens agem e pensam de maneiras determinadas, sendo capazes de atribuir sentido a tais relações, de conservá-las ou transformá-las. Porém, novamente, não se trata de tomar essas relações como um dado ou como um fato observável, pois neste caso estaríamos em plena ideologia. Trata-se, pelo contrário, de compreender a própria origem das relações sociais (CHAUÍ, 2008, p. 11).

Outro fato necessário a ser colocado foi o sentido negativo atribuído aos termos ideologia e ideólogos que em 1812, na França, Napoleão Bonaparte discursou para o Conselho de Estado e declarou que

[...] todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas, as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação aos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e as lições da história (CHAUÍ, 2008, p. 11).

Ao assessorar Napoleão, os ideólogos cometerem o maior erro, pelo fato de acreditar que aqueles queriam ensiná-lo a governar, posto que governava a França naquele período, o que deu ao momento a conotação positiva ao termo primariamente, posteriormente muito negativo. A declaração de Napoleão causou forte impacto que atingiu até a imagem que os ideólogos faziam de si mesmos.

Brandão (2004) nos traz como síntese que a ideologia passa a ser engendrada como uma doutrina perigosa para a ordem social que a partir de Napoleão se estende a autores como Marx e seus seguidores. Logo, fica posto que na visão Marxista, a ideologia é vista como uma

ferramenta para a classe dominante, sendo as ideias dessa classe que propagam as ideias dos dominados. Consequentemente, a ideologia passa a ser vista como uma distorção da realidade.

Souza (2014) nos acrescenta ainda como a ideologia é produzida no imaginário de identificação social na visão Marxista:

[...] para Marx, é por meio da ideologia que são construídos (produzidos) imaginário e lógicas de identificação social. Esses imaginários e essas lógicas possuem a função de escamotear o conflito entre classes, de dissimular a dominação e de ocultar a presença do particular, dando-lhe a aparência de universal. Assim, podemos dizer que o conceito de ideologia para o marxismo clássico se refere a um instrumento que classe dominante usa para enganar a classe dominada e apagar sua exploração por aquela classe (SOUZA, 2014, p. 7).

O que a ideologia faz é apagar traços importante da realidade, deixando-a fortemente opaca, fazendo com que os sujeitos assumam posicionamentos gerados pela ideologia, embora nem perceba. A ideologia é parte constitutiva do sujeito, sendo representação da realidade. O que faz o indivíduo acreditar que sua vida é influenciada por determinadas entidades, como: natureza, Deus, ciência, sociedade e Estado.

Althusser (1998) menciona que a ideologia interpela (convoca) o indivíduo, ele se reconhece na ideologia e se sujeita a ela, há um assujeitamento do indivíduo à ideologia e, a partir do momento que ele é assujeitado, passa a falar de uma determinada posição.

É importante mencionar que o sujeito na AD é sujeito do inconsciente, de natureza psicanalítica, cindido, clivado, assujeitado ao coletivo, interpelado pela ideologia, condição para que o indivíduo se torne sujeito de seu discurso. Porquanto, “[...] a língua é prática social de sujeitos ideológicos que, por práticas de pensamento, querem que seus sentidos sejam os sentidos prevalentes. A realização da ideologia na língua, sua luta por poder, é o discurso” (SOUZA, 2014, p. 9).

Brandão (2014) aborda sobre a noção de sujeito nas tendências epistemológica clássica e moderna, a língua tinha como função representar o real. Para ela, um enunciado era verdadeiro, se correspondesse a um estado de coisas existentes o que mobiliza o conceito de verdade, privilegiando o lexicalismo na teorização da língua e da significação. Isso de acordo com a tendência representativa - domínio do “dire”, do nomear (PARRET, 1983) os nomes que representariam o protótipo das categorias gramaticais, atribuindo nome ao ideal de representação pura. E nesse quadro, não se colocava a questão da subjetividade.

Esse poder de representação da língua continua na episteme moderna, mas para uma vertente de linguistas, filósofos da linguagem, essa função deixa o fundamental, uma oposição ao tradicional paradigma clássico, neoplatônico, emergindo assim uma nova maneira de ver a

língua, apreendendo-a enquanto função demonstrativa, deslocando-se o lugar da função representativo do real, a língua adquire espessura própria, pois liberta-se das amarras que a prendiam a uma concepção que considerava apenas sua capacidade de exprimir representações, passando a ser desvendada na sua estrutura.

Segundo essa tendência, uma das categorias que passa a ser exemplar é a dos demonstrativos, funcionando mais como uma operação (predicação, afirmação, e outros tipos de atos de linguagem) do que como a categoria gramatical. Nessa perspectiva se inscreve também Benveniste que, através do estudo dos pronomes, coloca a questão da subjetividade na linguagem.

Nesse quadro teórico, o sujeito passa ocupar uma posição privilegiada, e a linguagem passa a ser considerada o lugar da constituição da subjetividade por constituir o sujeito, pode representar o mundo. Assim pode ser verificado que

[...] nas análises marxistas tradicionais a ideologia é uma espécie de elemento negativo através do qual se traduz o fato de relação do sujeito com a verdade ou simplesmente a relação de conhecimento é perturbada, obscurecida, velada pelas condições de existência, por relações sociais ou por formas políticas que se impõem do exterior do sujeito do conhecimento. A ideologia é a marca, o estigma destas condições políticas ou econômicas de existência sobre um sujeito de conhecimento que, de direito, deveria estar aberto à verdade (FOUCAULT, 2005, p. 27).

Para o autor a ideologia mascara a posição real do sujeito nas suas condições de existências por meio das relações sociais e política. Já para Pêcheux (2009):

[...] podemos resumir o que precede dizendo que, sob a *evidência* de que “eu sou realmente eu” (com meu nome, minha família, meus amigos, minha lembranças, minhas “ideias”, minhas intenções e meus compromissos), há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio: “aquele que..., isto é, X, o quidam que se *achará aí*; e isso sob diversas formas, impostas pelas “relações sociais jurídico-ideológico”. O futuro do subjuntivo da lei jurídico “aquele que causa um dano...” (e a lei *sempre* encontra um jeito de agarrar alguém”, uma “singularidade” à qual aplicar sua “universalidade”) produz o sujeito sob a forma do *sujeito de direito*. Quanto ao sujeito ideológico que o reduplica, ele é interpelado-constituído sob a evidência da constatação que veicula e mascara a “norma” identificadora: “um soldado francês não recua”, significa, portanto, “*se você é um verdadeiro soldado francês*, o que, de fato, você é, então você não *pode/deve* recuar”. Desse modo, é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de “desvios” linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado”, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc, evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a transparência da linguagem” aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (Grifos do autor) (PÊCHEUX, 2009, p. 145-146).

Pêcheux (2009) mostra que o domínio dos estudos da linguagem carrega várias asserções, sobre o poder, ideologia, que são as condições em que se dão os processos discursivos.

Na próxima seção trataremos da representação do conceito de língua e da constituição do sentido para a teoria da AD.

2.2 Língua e sentido

Historicamente o sentido das palavras se resolve de formas variadas na tradição linguística e filosófica. Uma delas é que se obedeça a algum critério especial. Por exemplo: a etimologia, a convenção, a distinção entre sentido e referência, extensão e intenção; sentido literal versus figurado, denotação versus conotação. Mas a AD rompe com esses estudos.

Segundo Mussalim:

[...] a AD, rompendo com esses estudos do sentido, apresenta uma versão peculiar: o sentido de uma palavra (ou expressões mais ou menos equivalente) se resolve na medida em que uma delas pode ser substituída por outra, no interior de uma certa FD. Assim, o sentido é efeito da substituíbilidade das expressões, sendo que o conjunto delas produz (pode produzir) um efeito de referência, ou seja, de identificar objetos do mundo a partir de uma visão entre outras, que pode ser tudo, menos “objetiva” [...] A posição assumida em relação às palavras e expressões é a mesma no domínio dos enunciados. Assim, o sentido de um enunciado decorre de sua substituíbilidade põe os enunciados equivalentes na mesma FD. Esta tese é exposta bem claramente em Pêcheux e Fuchs (1975, p. 169) [...] (MUSSALIM, 2011, p. 371-372)

A língua para a AD não é um instrumento que os falantes usam para certos fins comunicacionais por exemplo. Aceitar que seja um instrumento significaria tomar a língua como algo exterior ao sujeito. Ora, o sujeito na AD é sujeito do inconsciente, clivado, assujeitado ao coletivo, interpelado pela ideologia, condição para que o indivíduo se torne sujeito de seu discurso. Sendo que a Formação discursiva (FD)⁸ na qual o sujeito está inserido o sentido é efeito da substituíbilidade das expressões por ele usada.

Benviniste é o outro linguista que inaugura uma fase de extrema fertilidade para os estudos do discurso. Para ele, “[...] a língua é uma realidade que somente se estabelece no ato enunciativo, quando expressa sua relação com o mundo” (SOUZA, 2006, p. 43). Dessa forma, a realidade deixa de estar fora da linguagem para se incorporar à enunciação, passando a

⁸ FD é “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014, p. 147).

construção de sentido pela noção de sujeito que instaura um *outro* diante de si e, por isso, toda enunciação “postula um alocutário” (SOUZA, 2006, p. 43, grifo do autor).

O que Benveniste acena discursivamente é o lado de dentro da língua seu exterior como sendo constitutivo, ao trabalhar o conceito de enunciação sem dúvida algo muito importante para AD, pois “[...] a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo” (SOUZA, 2006, p. 43).

Em Semântica e Discurso, por exemplo, Pêcheux (2009) assevera que o sentido de uma palavra, de uma expressão, ou mesmo de uma proposição, não existe em si mesmo. Uma vez que “[...] as palavras, expressões, proposições [...] mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2014, p. 146).

Pêcheux (1969) explicita essa ideia afirmando que as palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que significa que tomam o seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas, nas quais essas posições se inscrevem. É, dessa forma que introduz no bojo da sua teoria, no qual ocupam um papel fundamental, os conceitos de formação ideológica e de formação discursiva.

Mazière (2007) declara no avanço da AD em acordo com a Sociolinguística que “[...] avançando paralelamente sobre a língua e sujeito, ao dissociá-los, a AD sem dúvida impôs uma constitutiva do sentido, a de um sujeito na e pela língua. E mexeu com a consistência do próprio material: palavra, embreador, subordinada, modo, coordenação, lexematização”. Dessa maneira caracterizando que o sentido pode ser forjado por algumas opções de gramática e estilos.

O interdiscurso em grande parte faz o sentido na discursivização: “[...] a língua resiste à medida que dizer de outro modo é dizer outra coisa” (MAZIÈRE, 2007, p. 88). A resistência gera possíveis sentidos dependendo da discursividade.

Na seção seguinte será exibido mais um conceito o de Condições de Produção que foi essencial na constituição da teoria da AD.

2.3 Condições de Produção

À luz da ruptura que AD teve na sua constituição sendo, crucial à passagem na qual os processos discursivos supõem duas ordens na formulação nas circunstâncias dos discursos,

Mussalim (2011) transporta uma das ordens de pesquisa quanto à definição de formação discursiva em Pêcheux:

[...] o estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso – que chamaremos daqui em diante suas condições de produção – e seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na linguística atual pelo papel dado ao contexto ou à situação, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão: é este aspecto da questão que vamos tentar esclarecer agora, através do exame crítico do conceito saussuriano de instituição (MUSSALIM, 2011, p. 366).

A autora explica que o conceito de circunstância será substituído pelo de condições de produção – a finalidade da substituição é retirar o funcionamento do discurso da cena pragmática para inseri-lo nas instâncias enunciativas institucionais, marcada por características amplamente históricas. A AD rompe, então, com o modo de considerar as “circunstâncias do discurso”, já que esta perspectiva se encarrega atualmente pelos conceitos de contexto e de situação. “Linguística atual” considera esta questão por meio de conceitos que a AD não substitui simplesmente, mas com os quais rompe”, passando a ser considerado como uma etapa anterior nas análises do texto. O que significa superar a pragmática que passa a ser substituída pela Análise do Discurso.

A AD seja por decisões filosóficas ou mesmo de *corpora* se dedicou distintivamente, aos contextos que são mais ou menos excluídos. O que a AD leva em conta argumenta, Mussalim (2011, p. 367-368):

[...] no que se refere aos participantes de um evento ou ato discursivo, não é o eventual conhecimento que tenham regras que comandam um certo intercâmbio linguístico (um exemplo o debate de um parlamentar): mas o que lhes escapa (ou pode escapar): o fato de cada um enuncia a partir de posições que são historicamente constituída (fala-se como deputado de um partido, de uma frente, de situação ou oposição, e diz-se o que se deve e se pode dizer nessa condição) O que confere ou garante o sentido ao que um enunciador diz não é contexto imediato em que está situado e ao qual se ligariam certos elementos da língua (embreadores) ou certas características do enunciado (implícitos), mas as posições ideológicas a que está submetida e as relações entre o que diz e o que já foi dito da mesma posição, considerando, eventualmente, ou em geral, que ela se opõe a uma que lhe seja contrária [...] (MUSSALIM, 2011, p. 367-368).

O detalhamento do quadro das condições de produção, no famoso esquema de Jakobson mostra que enunciar responde a perguntas implícitas como “quem sou para falar assim?”, “Quem é ele para que eu lhe fale assim?” e também revela o “ponto de vista de A sobre R”, “ponto de vista B sobre R” etc. O quadro é de fato mais complexo com os esquemas de

antecipações (p.ex. $I_A(I_B(A))$)= Isso representa a imagem que o destinatário faz do destinador). Em um exemplo descrito por Pêcheux (2011, p. 368):

Imagens que são tomadas como representações imaginárias, isto é, os lugares de destinador e de destinatário que são representados por processos discursivos em que são colocados em jogo. Dessa forma, se um diretor de prisão se dirige a presos, o diretor de prisão e os presos não devem ser concebidos como se se tratasse de uma certa pessoa (bonachona ou dura) diante de certas outras pessoas (injustiçadas ou tensas), envolvidas em uma relação de interlocução, mas como posições historicamente envolvidas em uma relação de interlocução, mas com posições historicamente constituídas em sociedade em que funções se circunscrevem a certas regras e às quais se chega através de um conjunto de procedimentos (MUSSALIM, 2011, p. 368).

As condições de produção são compostas por um elemento predominante, isso significa que há um conjunto de elementos envolvidos: destinador, destinatário, referente, eventuais antecipações de imagens, o elemento pode variar de caso a caso.

Thays (2018), ao pensar em discursos produzidos por testemunhas reais do sistema penitenciário brasileiro em suas várias dimensões, incita-nos a falar desse lugar a partir da noção de condições de produção do discurso. Nas palavras de Orlandi (2000), esse conceito autoriza analisar o discurso por meio de dois contextos: o imediato e o amplo (sócio histórico). O primeiro diz respeito à conjuntura atual, em que o enunciador está imerso, ou seja, o lugar, bem como o suporte de circulação que influem na produção horizontal do discurso. O segundo considera o discurso a partir do viés sócio histórico. Avalia-se a enunciação numa perspectiva diacrônica, considerando todos os discursos historicamente ditos nas mesmas circunstâncias. (ORLANDI, 2000).

Na próxima seção, abordo a noção de Formação Discursiva que foi basilar para compreender melhor a constituição dos sentidos no funcionamento do discurso.

2.4 Formação discursiva

A noção de Formação Discursiva é básica na Análise do Discurso, fornecendo a possibilidade de compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia possibilitando estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. Uma vez que, “A Formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio histórica dada - determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2010, p. 43). Logo, o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um

sentido e não outro. Dessa forma podemos constatar que as palavras não têm sentido nelas próprias, derivando seus sentidos das formações discursivas (FD), posto que, representam no discurso as formações ideológicas. Em vista disso, os sentidos sempre são determinados ideologicamente.

Tudo que foi mencionado aqui tem um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos e podemos notar que isso não está na essência das palavras, mas na discursividade.

É basilar abordamos também o conceito de FD oriundos de Foucault que teorizou em sua obra *Arqueologia do Saber*, no qual manifestou profundo interesse em compreender os campos do saber como a medicina, a gramática e demais ciências foram estabilizadas. Como resultado de suas indagações, Foucault (2008) explicitou seu conceito de formação discursiva.

[...] no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamento, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva [...] (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Foucault mostra o funcionamento das disposições de constituição de como se dá cada formação discursiva, na sua individualidade, apresentando o que há de regular em meio à dispersão (diferença), também os pontos de deriva dos discursos. Ao desvendar os discursos regulares, o autor na sua *Arqueologia*, esclarece os modos de como discursos submersos em uma multidão de enunciações diferentes sempre estão baseados em uma FD.

Feito o passeio pela ancoragem teórica, partimos para a análise em si.

A seguir, apresento os Procedimentos metodológicos que foram adotados para conduzir este trabalho.

CAPÍTULO 3 - PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para melhor compreensão de como se inicia o percurso teórico de uma pesquisa veremos a diferença entre Ciência e Método nas palavras de Minayo (2002, p. 17):

[...] ciência se faz com teoria e método. Teoria é uma espécie de grade ou de janela através da qual o cientista olha para a realidade que investiga. Isto quer dizer que ninguém consegue investigar um problema olhando-o diretamente, como se houvesse possibilidade de compreendê-lo e explicá-lo em si mesmo. A compressão da realidade é sempre mediada: por teorias, por crenças, por representações. Uma teoria é, pois, uma construção científica, por meio da qual o pesquisador se aproxima de um objeto, mesmo que depois refute e construa outra que considere mais adequada para compreender que ou explicar o assunto que investiga. As teorias sobre determinado assunto se apresentam como correntes de pensamento, sendo que, em cada tempo histórico, algumas têm predomínio sobre outras.

Já para Chauí, método (199, p. 157):

[...] é o caminho ordenado que o pensamento segue por meio de um conjunto de regras e procedimento racionais, com três finalidades: 1. Conduzir à descoberta de uma verdade até então desconhecida; 2. Permitir a demonstração e a prova de uma verdade já conhecida; 3. Permitir a verificação de conhecimento para averiguar se são ou não verdadeiros.

A metodologia é o ramo da lógica que se ocupa dos métodos utilizados nas diferentes ciências. Nomeadamente, sendo métodos configuram o corpo de regras e diligências estabelecidos para realização de uma pesquisa.

Gil (2008, p. 8) acrescenta que “[...] método como caminho para se chegar a um determinado fim. E método científico como conjuntos de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Assim, apresentamos o conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para a coleta de dados e análise da pesquisa. O método que nos propomos neste estudo é o qualitativo.

Na próxima seção, descrevo a classificação da pesquisa qualitativa e parte teórico-epistemológico como escolha para pesquisa.

3.1 O paradigma qualitativo da pesquisa

As definições e suas formas de classificações e as etapas de planejamento da pesquisa são parte integrante do processo teórico-epistemológico.

A princípio o paradigma é um corpo ideológico-filosófico-científico considerado válido em determinada época ou tempo e aceito por uma comunidade científica. Kuhn (1997, p. 13) explica paradigma como “[...] as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade praticante de uma ciência”. Há algumas etapas que precisam ser desenvolvidas durante uma pesquisa e para melhor detalhar é necessário distinguir os dois métodos de interpretação: o qualitativo e o quantitativo. Para Silva e Menezes (2005, p. 20):

[...] pesquisa quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.).

Nesse método, a análise dos dados se dá de forma mais estatística e numérica sendo utilizada mais na área de ciência exatas. Já quanto ao método qualitativo os autores adiciona que:

[...] pesquisa qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20).

A pesquisa qualitativa é um método específico e descritivo, o que permite ao pesquisador por meio de rigorosas observações dos dados obter resultados pelo interior de análises abstratas.

Na visão de Schwandt (2006), a utilização de epistemologias hermenêuticas, isto é, interpretativistas, servem para compreender de modo detalhado o sentido das ações humanas, argumentando que

[...] para entender uma parte (uma frase, um enunciado ou um ato específico), o investigador deve entender o todo (o complexo de intenções, crenças e desejos ou o

texto, o contexto institucional, a prática, a forma de vida, o jogo de linguagem, etc.) e vice-versa (SCHWANDT, 2006, p. 197)

É possível, também, utilizar o método misto de paradigmas em uma pesquisa como aponta Menezes (2005, p. 23) uma vez que “[...] os tipos de pesquisa apresentados nas diversas classificações não são estanques. Uma mesma pesquisa pode estar, ao mesmo tempo, enquadrada em várias classificações, desde que obedeça aos requisitos inerentes a cada tipo”.

A presente pesquisa está situada nos estudos discursivos, logo sua abordagem mais adequada está localizada cientificamente no paradigma qualitativa. Para Chizzotti (2006), a abordagem qualitativa não está vinculada a uma teoria específica, mas a uma diversidade de tendências epistemológicas e filosóficas. Para o autor, o termo qualitativo abriga “[...] os mais variados métodos de pesquisa, como entrevista, observação participante, história de vida, testemunho, análise do discurso, estudo de caso.” (CHIZZOTTI, 2006, p. 29).

Como antes mencionado, a abordagem mais apropriada para o encaminhamento desta pesquisa é a qualitativa, visto que os dados serão obtidos a partir de minuciosa observação e analisados numa perspectiva crítico-interpretativa. Porquanto firma Zanella (2006, p. 100) que a

[...] pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave. Os estudos qualitativos têm como preocupação básica o mundo empírico em seu ambiente natural. No trabalho de campo, o pesquisador é fundamental no processo de coleta de dados. Não pode ser substituído por nenhuma outra técnica: é ele que observa, seleciona, interpreta e registra os comentários e as informações do mundo natural.

Dessa forma, o pesquisador se articula entre observação e técnica para obter o máximo de qualidade nas suas interpretação e informações.

Na seção abaixo, será mostrado o procedimento de pesquisa Estudo de Caso, que adotei para nortear a presente pesquisa com o método científico específico.

3.2 O estudo de caso como procedimento de pesquisa

Entre os vários métodos científicos existentes para se fazer pesquisas, o método que utilizei foi o estudo de caso, que Ponte (2006) conceitua que

[...] um estudo de caso visa conhecer uma entidade bem definida como uma pessoa, uma instituição, um curso, uma disciplina, um sistema educativo, uma política ou qualquer outra unidade social. O seu objetivo é compreender em profundidade “como” e os “porquês” dessa entidade, evidenciando a sua identidade e características

próprias, nomeadamente nos aspectos que interessam ao pesquisador. É uma investigação que se assume como particularistas, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse (PONTE, 2006, p. 112).

Nesse caso específico me ampararei no estudo de caso como método que mais se adequa para obtenção de dados essenciais para a elaboração deste estudo.

Yin (2001, p. 10) ressalta também que

[...] deve-se utilizar essa técnica nas situações em que “se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenómenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Para o autor, a aplicabilidade do estudo de caso provém da pergunta que a pesquisa se propõe a responder e da situação contemporânea da vida real.

Logo, o estudo de caso é indicado para pesquisas que contêm em sua base palavras “como” e “por que” como indagações. A partir desse critério surgiu as perguntas que permeiam a pesquisa: *Quais sentidos podem ser atribuídos ao sujeito-mulher que vive a interdição? O que é ser mulher apenada na UPFSA? Como é ser mulher nos dias de hoje? De que maneira essas posições determinam a constituição do sujeito discursivo da resistência?*

Outro autor que apresenta sua concepção teórica sobre o estudo de caso demonstrando sua particularidade diante das outras metodologias de pesquisa é Chizzotti (2008, p. 121) que defende que o estudo de caso “[...] objetiva reunir os dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto, dissipando as dúvidas, esclarecendo questões pertinentes, e, sobretudo, instruindo ações posteriores”, exigindo uma análise acentuada e particularizada do corpus em investigação, colocando o pesquisador em situação de demanda intensa de dados anexado em contexto específico. Como Explica Yin, (2005, p. 2)

[...] fazer um estudo de caso de forma apropriada significa ter em vista cinco preocupações tradicionais sobre estudos de caso - conduzir a pesquisa de forma rigorosa, evitar confusões com casos de ensino, saber como chegar a conclusões generalizadas quando desejado, gerir cuidadosamente o nível de esforço e compreender a vantagem comparativa da pesquisa de estudo de caso. O desafio geral torna a pesquisa de estudo de caso difícil, apesar de ela ser classicamente considerada uma forma de pesquisa leve.

O deslocamento presente nesta pesquisa para responder as necessidades teóricas-metodológicas concebe um estudo de caso que terá a contribuição e aporte principalmente da teoria da Análise do Discurso pechêutiana e AD foucaultiana. Como assinala Yin (2005, p. 16):

[...] como estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados. De forma não surpreendente, o estudo de caso tem se constituído uma estratégia comum de pesquisa na psicologia, sociologia, ciência política, trabalho social (Gilgun, 1994), administração (Ghauri & Gronhaug, 2002) e planejamento social.

O estudo de caso pode ser usado em vários campos e áreas de pesquisa, como nas ciências sociais assim, utilizarei especificamente na linguagem e nos estudos discursivos por ser um ambiente muito fértil para descobertas em variados contextos.

Na seção seguinte, será descrito o cenário em que a pesquisa foi desenvolvida detalhadamente.

3.3 O Cenário da pesquisa

O local selecionado para a pesquisa foi a Unidade Prisional Feminina Semiaberto e Aberto – UPFSA em Manaus, tendo como critério de participação mulheres que cumprissem penas no regime prisional semiaberto ou Aberto. Na próxima seção, expomos os aspectos institucionais e legais da instituição, como também das participantes da pesquisa.

3.4 Os sujeitos da pesquisa

Como já exposto antecipadamente, a escolha para coleta de dados foram mulheres adultas de idades variadas, além de cumprirem pena em regime semiaberto ou aberto deveriam ter passado pela Unidade Prisional Feminino Semiaberto Aberto – UPFSA

Além de estar situadas em alas diferentes e cumprir penas em regimes diferentes, essas mulheres têm muitas questões em comum, como por exemplo o nível baixo escolar envolvimento com o crime, o cárcere, as histórias de vida marcadas pelas experiências dentro da cadeia e vulnerabilidade econômica, familiar e social.

A seguir, exponho as respostas obtidas com a aplicação do questionário de perfil.

Quadro1 - Nome fictício, idade e gênero das participantes da pesquisa

Nome	Idade	Gênero
Regime aberto		
Caroline	27 anos	Feminino
Suelem	46 anos	Feminino
Suzana	33 anos	Feminino
Olívia	49 anos	Feminino
Raquel	21 anos	Feminino
Regime Semiaberto		
Aline	52 anos	Feminino
Carla	35 anos	Feminino
Camila	30 anos	Feminino
Elisa	46 anos	Feminino
Emília	23 anos	Feminino

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

As entrevistas foram realizadas na Unidade Prisional (UPFSA).

Quadro 2 - Questionário de Perfil

Nome	Naturalidade	Nº de filhos	Estado Civil	Escolaridade	Religião	Criada pelos pais	Raça
Regime aberto							
Carolina	São Paulo de Olivença – AM	0	Solteira	E. Médio. Completo	Evangélica	Sim	Parda
Suelem	Óbidos – Pará	04	Solteira	E. Médio Incompleto	Evangélica	Não (Avós)	Parda
Suzana	Manacapuru-AM	03	Solteira	E. Médio Incompleto	Evangélica	Sim	Parda
Olívia	Manaus – AM	03	Solteira	E. Médio Incompleto	Evangélica	Sim	Parda
Raquel	Manaus-AM	02	Solteira	E. Fund. Incompleto	Nenhuma	Sim	Parda
Regime semiaberto							
Aline	Manaus- AM	03	Solteira	E. Fund. Incompleto	Católica	Sim	Branca

Carla	Bahia –BA	0	Solteira	Superior completo	Evangélica	Sim	Branca
Camila	Manaus – AM	03	Solteira	E. Médio incompleto	Católica	Sim	Parda
Elisa	Manaus-AM	03	Solteira	E. Médio Incompleto	Católica	Sim	Parda
Emília	Manaus-AM	03	Solteira	E. Médio Incompleto	Umbandista	Sim	Parda

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

3. 5 Os instrumentos que conceberam os dados

Diferentes técnicas e instrumentos são utilizados para se coletar dados em uma pesquisa qualitativa que se ocupa de conhecer significados, opiniões e percepções dos sujeitos participantes da pesquisa; é um método preocupado em conhecer a realidade, segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para a análise dos dados. O processo de pesquisa é mais flexível, permitindo a inserção de novas categorias de análise durante o processo de coleta dados.

O mais utilizado é o questionário, como também é possível trabalhar com a entrevista estruturada, a análise documental e a observação direta como técnicas e instrumentos. Nesse aspecto optei por utilizar como instrumentos de coleta dos dados o questionário de perfil⁹ e entrevista semiestruturada¹⁰.

O questionário é um instrumento muito eficaz por sua possibilidade na obtenção de dados variados e para Zanella (2006, p. 109)

[...] o questionário é constituído por uma série ordenada de perguntas que coleta informações descritivas (perfil socioeconômico, como renda, idade, escolaridade, profissão e outras), comportamentais (padrão de consumo, de comportamento social, econômico, pessoal, dentre outros) e preferenciais (opinião e avaliação de alguma condição ou circunstância).

⁹ Ver Apêndice A.

¹⁰ Ver Apêndice B.

Nesta pesquisa, foram utilizados o questionário de perfil¹¹ e entrevista norteada por roteiro semiestruturado¹². O primeiro tinha 11 (onze) perguntas fechadas e teve como finalidade delimitar o perfil dos sujeitos. O segundo pretendeu atingir os objetivos de investigação da pesquisa a partir da problemática aqui assinalada. Segundo Zanella (2006, p. 117)

[...] a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto (LAKATOS; MARCONI, 1990). É a técnica mais utilizada nas pesquisas qualitativas. No entanto, como coloca Minayo (1996), mediante essa técnica, podem ser obtidos dados de natureza quantitativa (censos, estatísticas etc.) e qualitativa (opiniões, atitudes, significados). Apresenta como vantagem a possibilidade de ser realizada com todos os segmentos da população, incluindo-se os analfabetos; permite analisar atitudes, comportamentos, reações e gestos; os dados podem ser analisados de forma quantitativa e qualitativa; e dá maior flexibilidade ao entrevistador. É importante ressaltar que essa técnica pode ser desenvolvida individualmente ou em grupo. (ZANELLA, 2006, p. 117)

A entrevista com roteiro semiestruturado com perguntas abertas proporciona comentários e explicações importantes para a interpretação e o tempo na preparação do instrumento é variado dependendo da pesquisa e dos objetivos que pretende alcançar, fizemos uso da entrevista escrita com roteiro semiestruturado com perguntas aberta e direcionada. Assim, Zanella (2006, p. 115) adiciona que

[...] as entrevistas pessoais são estruturadas com a presença do entrevistador frente ao respondente. As vantagens são a flexibilidade (mais detalhes e explicação das perguntas), maior complexidade, alto índice de respostas e garantia de que as instruções são seguidas.

Em virtude disso, a presente pesquisa e as entrevistas semiestruturadas foram realizadas com a intenção de se obter dados que se agregassem, de modo mais profundo, àqueles já obtidos por meio do questionário. As entrevistas por escrito foram realizadas e seguiram um Roteiro com 10 (dez) perguntas inseridas pessoais e relacionada ao universo prisional referente ao período antes e depois da vivência no cárcere. Portanto, foram aplicadas por escrito e pessoalmente pela pesquisadora na unidade prisional UPFSA (AM), e após a coleta as respostas foram transcritas.

3.6 Processo da Coleta de Dados no Campo

Neste item, descrevo os procedimentos ocorridos durante o período de produção dos dados da pesquisa. Para isto, explicito como os instrumentos, a saber, o questionário¹³, a

¹¹ Apêndice A

¹² Apêndice B

¹³ Apêndice A

entrevista¹⁴, que foram utilizados. Inicialmente, o primeiro passo foi solicitar junto à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária –SEAP, por meio de um ofício, o acesso ao primeiro contato com o ambiente prisional. Foi por meio do núcleo de educação da Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP-AM que obtive a resposta e as orientações dos procedimentos a serem seguidos, para o qual encaminhei a solicitação de realização da pesquisa na Unidade Prisional Semiaberto e Aberto Feminino - UPFSA. Após a liberação da SEAP-AM, fui encaminhada formalmente para a coleta de dados na UPFSA em Manaus (AM). Nesta instituição, fui recebida pelo Serviço Social e pela Direção, que disponibilizaram a sala do serviço social do presídio para a realização das entrevistas. Antes do início da aplicação do questionário e da entrevista escrita de roteiro semiestruturado, que seriam executados com as sujeitas da pesquisa, ambos apresentados ao serviço social, juntou-se ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE¹⁵. Posteriormente, fui conduzida a sala do Serviço Social da unidade prisional, e as algumas sujeitas informantes foram convidadas a comparecerem à sala para colaborar com a pesquisa. Antes de iniciarmos, apresentei-me à população carcerária, explicitarei os objetivos da pesquisa, bem como os seus impactos e solicitei alguns voluntários para contribuir com o trabalho. Após essa etapa, foi aplicado o questionário de perfil e as entrevistas ocorreram individualmente.

Nessa circunstância, o processo de geração dos dados ocorreu em duas etapas: primeiramente apliquei o Questionário de Perfil e posteriormente a Entrevista de Roteiro Semiestruturado, ambos respondidos por escrito. O Questionário de Perfil foi composto onze (11) perguntas fechadas, que tiveram como objetivo delinear o perfil das sujeitas quanto à sua escolaridade, idade, naturalidade, números de filhos, raça, religião e convivência com os pais biológicos. A entrevista com roteiro semiestruturado com dez (10) perguntas foi aplicado após o de questionário de Perfil e abrangeu os seguintes eixos temáticos: a) A experiência familiar antes da prisão, b) A percepção sobre o delito cometido, c) A percepção sobre ser mulher presa na UPFSA em Manaus, d) A experiência mais negativa que passou na UPFSA, e) A percepção sobre resistência, f) A reflexão sobre enveredar pelo crime, g) Reflexão sobre uma experiência que tenha marcado sua vida, h) A perspectiva de futuro após cumprir a pena.

A análise em si envolve a circunscrição do conceito-análise e a escolha, interpretação e análise do corpus por meio de perguntas heurísticas. Uma vez que a análise, passa-se para um momento: à escrita da análise. A escrita da análise é a formatação do relato de análise para divulgação, é a textualização do que o analisa fez e encontrou. Dessa forma, podemos dizer que

¹⁴ Apêndice B

¹⁵ Ver Apêndice C

o conceito - análise é o objeto da análise, assim queremos investigar como um texto constrói seu determinado sentido sobre determinado tema. Portanto localizando o sentido construído pelo texto dentro de algum discurso, momento em que o analista evidencia por meio das marcas discursivas e enunciadores ou mesmo modalizadores o funcionamento da ideologia na textualização.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS DADOS

Os dados gerados partiram de uma categoria de análise primária, o sujeito preso, concebido não como um indivíduo único, mas como o lugar de produção de discursos. Considerando-se o cárcere como uma instituição com práticas historicamente estabelecidas, a análise dos dados direcionou-se para discursos produzidos por esses sujeitos em situação de privação parcial de liberdade. Desse modo, investiguei como que as práticas discursivo-sociais das mulheres presas, constroem seus discursos e a imagem da mulher nos dias atuais, estando presente no contexto prisional tecem suas posições discursivas.

O processo de análise do corpus seguiu os pressupostos teórico-metodológicos fornecidos pela Análise de Discurso Materialista, proposta por Pêcheux (1995), pelas releituras metodológicas da AD sugeridas por Souza (2014) pelas concepções foucaultianas sobre o sujeito.

Para a realização da análise, seguir alguns procedimentos que auxiliaram na organização do processo. A análise teve dois momentos distintos e complementares: a análise em si e a escrita da análise. Conforme Orlandi (1987, p. 12):

[...] primeiro, porque numa realidade social e histórica como a nossa, em que se é obrigado a reconhecer que sempre se ocupam determinadas posições (e não outras) no conflito constitutivo das relações sociais, não se pode fazê-lo neutralmente, ou seja, sob a ilusão de que não se está tomando posição nenhuma. Desse modo, a AD procura problematizar continuamente as evidências (enquanto evidências) e explicar o seu caráter ideológico”.

Com efeito, refletir a partir dos usos sociais da escrita, pois tais usos não ocorrem apartados de uma contingência social e histórica mais abrangente, portanto um lugar de convocação do sujeito. Logo, “As palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra. Assim, não são somente as intenções que determinam o dizer. Há uma articulação entre intenção e convenções sociais” (ORLANDI, 1987, p. 27).

No discurso é primordial compreender que o Juiz, por exemplo, fala de lugar de defensor da lei fazendo uso do discurso jurídico, já o preso fala do lugar de acusado ou infrator, suas posições são sustentadas pelo seu lugar de fala, já sendo atribuídos os possíveis sentidos sustentados por ambos em uma determinada conjuntura que “[...] constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se reportam, mais ou menos” diretamente, às posições de *classe em conflito* umas com as outras”. (ORLANDI, 1987, p. 27). Dessa forma, a punição é uma prática relacionada a um mecanismo ligado diretamente às relações de poder na sociedade. Para isso, esta seção analítica das

entrevistas considerará cada uma das entrevistas em particular para, posteriormente, apresentar resultados gerais da análise discursiva empreendida.

A primeira entrevistada Carolina, cumpre pena no regime semiaberto, moradora da Comunidade de Santa Rita do Wuíel, 27 anos, parda, sem filhos, solteira, concluiu o Ensino Médio completo, evangélica, foi criada pelos pais, já teve seu crime julgado.

1. Como era o convívio familiar marido/filhos antes de ser presa?

“Morava com meus pais e era boa e ótima”

Carolina descreve que a convivência com os pais era “boa” e usa no segundo momento o adjetivo qualificador “ótima” para demonstrar o harmonioso convívio e com poucos conflitos, já que seu papel como membro na família era somente de filha por não ser casada nem ter filhos.

2. Foi presa por qual delito?

“Por tráfico 33 e 35”

A entrevistada responde com o número dos artigos penais, no qual foi enquadrada, uma característica feminina como já citado, o que sinaliza uma forma de silenciamento e resistência. O artigo penal 33 se refere ao tráfico de drogas e o 35, associação ao tráfico de drogas.

3. O que é ser uma mulher presa na Unidade Prisional do Semiaberto e Aberto Feminino em Manaus?

“Eu acho na minha opinião é bem maravilhoso, pois eu já estou com um pé na rua e espero sai logo daqui”.

A entrevistada responde de forma afirmativa descrevendo como “é bem maravilhoso” usando um adjetivo qualificador para caracterizar sua opinião ao fato de pertencer ao gênero feminino e também ao se referir a unidade Prisional em comparação com a outra unidade prisional que teria passado provavelmente o regime fechado muito mais rígido que o Semiaberto e justificando sua resposta com o uso da conjunção explicativa “pois” breve sairá da prisão, atenuando assim sua vontade de ficar livre.

4. Qual foi o momento mais difícil que você passou dentro da penitenciária?

“O momento foi quando passei por uma rebelião. Foi marcante só de imagina é triste”

A resposta se desloca para lembrança do momento vivenciado por uma rebelião, descrito como “marcante” e “triste” o que atribui um sentido muito negativo, ao fato de ter passado por uma experiência desse nível de violência e sentimento de medo, é tipificada pela entrevistada como o mais difícil durante os anos na penitenciária.

5. O que te faz querer cumprir a pena até o final?

“Quero ser uma pessoa livre e quero cumprir e não dever nada pra justiça”.

A resposta começa pelo uso do verbo “querer” representando uma vontade intensa por liberdade e em seguida há a repetição do verbo querer acompanhado de um verbo sinalizador “quero cumprir” o que fica subtendido cumprir a pena, o que constrói um sentido de culpa compreendido também como uma culpada - devedora da justiça e “não dever nada pra justiça” a vontade por liberdade é também por sanar a dívida com a justiça.

6. O que te faz resistir?

“Pois confio em Deus. É o que me importa”.

A resistência aqui é descrita por meio da espiritualidade e religião, na qual é atribuindo toda sua confiança e crença, visto que pode ser um observado nas palavras “Confio em Deus” a confiança como força espiritual que a ajuda resistir, o uso da conjunção “pois” no início da oração expressa uma afirmação.

7. É difícil ser mulher no mundo de hoje? Por quê?

“Não porque hoje se você luta pelos seus objetivos você consegue”.

A entrevistada diz que “não” é difícil ser mulher nos dias de hoje, e justifica sua resposta no uso da conjunção “por que se luta” ou seja fica implícito na formulação da resposta que existe uma luta (embate) para alcançar os objetivos, “você consegue” podemos compreender que mesmo havendo uma luta pelos objetivos nos dias atuais, as mulheres alcançam o que desejam, é que não acontecia no tempo passado. Contudo, caracterizando que as mulheres tinham mais dificuldades que nos dias atuais.

8. Que conselho você daria a uma mulher que pensa em enveredar pelo crime?

“Tem que mudar muito e que cumprir pelo caminho certo e direito e nunca pensa em viver o que eu vive”.

A resposta é negativa como pode ser observado em “tem que mudar” fica subentendido que precisa mudar o pensamento de enveredar pelo crime, “e cumpri pelo caminho certo” assinalando que certo faz oposição ao errado que como é visto o caminho do crime, “e nunca pensar em viver” destacando como uma ação muito negativa na qual não deve nem se pensar em hipótese alguma, “o que eu vive” descrevendo sua experiência com muita negatividade.

9. Que experiência de vida você passou e que considera que marcou sua vida?

“Logo que entrei no sistema foi difícil mas aprendi com meus erros e confiar em Deus que tudo vai dar certo e o que me importa levantar a cabeça e sempre manter de pé que o resto só Jesus”.

Ao descrever “logo que entrei no sistema foi difícil” fica nítido que viver dentro do sistema prisional é definido pelo adjetivo qualificador “difícil” atribuindo um sentido bem negativo e desafiante para quem vive a experiência, “mas aprendi com os meus erros” aqui fica sinalizado que pode estar referindo-se “com meus erros” ao ato criminal que cometeu e ocasionou em sua prisão, “e confiar em deus” uma forma de resistência e positividade, “e o que me importa levantar a cabeça” aqui podemos perceber uma forma de resistência, caracterizada pelo sentido de que manter a cabeça erguida, é não se deixar abater pelas circunstâncias, ou seja cabe baixo por exemplo, e adiciona por meio da conjunção “e” acrescentando e reafirmando “ sempre manter de pé” uma maneira de permanecer resistente as situações, “que o resto só Jesus” usa a religião a fé como uma modo de busca por força e amparo.

10. O que você pretende fazer quando sair daqui?

“Pretendo ir embora pra minha casa e jogar bola e ser feliz e fazer minha faculdade e ser alguém na vida e nunca deixar de pensar em que vive dentro do sistema”.

A entrevistada descreve sua vontade de ir para casa e o desejo por diversão como podemos observar nos marcadores “jogar bola” em seguida acrescenta “e ser feliz” uma sequência de ações consecutivas de pretensões que manifestam uma busca por liberdade, já que a reclusão a proíbe de seus desejos, tanto dos desejos físicos como os emocionais, quando expõe “e ser feliz” isso constrói um sentido de que será feliz principalmente no uso do verbo ser no

infinito que confirma que somente quando sair da prisão relatando, porquanto que não há felicidade enquanto presa.

A segunda entrevistada Suelem, cumpre pena no regime semiaberto, de Óbidos - PA, 46 anos, parda, mãe de quatros (04) filhos, solteira, cursou o Ensino Fundamental Incompleto, evangélica, foi criada pelos avós, já teve seu crime julgado.

1. Como era o convívio familiar marido/filhos antes de ser presa?

“Vivia sozinha dependente com minha Filha”.

A entrevistada enuncia que “vivia sozinha” por isso, não há nenhuma menção ao convívio com mais familiares além da filha, e usa o termo “dependente” mas o sentido era oposto que queria dizer ‘independente’ adjetivando assim seu modo de viver que pode ser também compreendido como livre ou autônomo “com minha filha” sua família era composta por ela e sua filha.

2. Foi presa por qual delito?

“Fui presa por delito por tráfico de drogas com armas”.

Descreve que foi presa “por delito” e não crime fazer uso desse substantivo em sua relação parafrástica em nível de objeto discursivo caracterizando, portanto, o reconhecimento de sua infração a lei, e em seguida completa ‘tráfico de drogas’ acrescentando “com armas”. Os crimes por tráfico só aumentam seu índice a cada ano sendo cometido cada vez mais por mulheres.

3. O que é ser uma mulher presa na Unidade Prisional do Semiaberto e Aberto Feminino em Manaus?

“Ser uma mulher na unidade prisional não é muito bom e pouco humilhante mas minha caminhada nesta unidade é eu respeitar minhas colegas de quartos, e as autoridades desta unidade”.

Para a entrevistada “ser mulher na unidade não é muito bom” ou seja uma resposta negativa, mesmo contendo *muito bom* antecedido por um *não*, e na sequência acompanhado da conjunção “e” que adiciona em seguida completando “pouco humilhante” podendo ser uma comparação com a unidade no qual o regime era fechado que esteve anteriormente, no uso da marca “mas” uma conjunção adversativa que faz uma oposição a afirmativa “minha caminhada nesta unidade é eu respeitar minhas colegas de quarto” o que nos faz compreender que é pouco humilhante se cumprir as regras imposta que é “ eu respeitar” as colegas de quarto, outro “e”

completa a declaração, “ e as autoridades” deixando nítido que a norma e a ordem deve ser mantida.

4. Qual foi o momento mais difícil que você passou dentro da penitenciária?

“O momento que eu passei dentro de uma penitenciária foi tristeza ficar longe dos meus filhos”.

O pior momento descrito pela entrevistada dentro da penitenciária “foi tristeza de ficar longe dos meus filhos” o que podemos identificar a que sua maior dificuldade foi lidar com o sentimento de tristeza causado pela distância dos filhos, provavelmente pelo longo período de cumprimento da pena. Foucault afirma que: “o isolamento assegura o encontro do detento com ele mesmo a sós com o poder que se exerce sobre ele” (2014, p. 230) do detento sozinho lidar com suas emoções mais diversas que surgem no encarceramento sem amparo algum dos entes mais queridos.

5. O que te faz querer cumprir a pena até o final?

“O que faz eu cumprir a pena é ter minha liberdade de voltar. É meu sonho e ter a liberdade que um dia eu deixei sair”.

O que faz a sujeita querer cumprir a pena até o final é descrita por “é ter minha liberdade de voltar” o desejo é por liberdade aqui pode ser concebido no sentido de soltura, libertação de volta construindo um sentido de volta ao passado quando era livre, “é meu sonho e ter a liberdade que um dia eu deixei sair” a sensação é de perda da liberdade, a marca “meu sonho” dimensiona a proporção da vontade por liberdade que o enclausuramento provoca na presa.

6. O que te faz resistir?

“ter paciência”.

A forma de resistir descrita pela entrevistada é pelo exercício de paciência, o que nos faz inferir que por meio da resignação ao tempo no cumprimento da pena.

7. É difícil ser mulher no mundo de hoje? Por quê?

“não ou sim porque ela deve ter uma atitude de mudança na vida dela”.

A resposta dada pela sujeita é negativa e seguidamente positiva, deixando uma dúvida na questão de ser mulher, do gênero na atualidade, justificando assim “porque ela (a mulher) deve ter uma atitude de mudança” a mesma atribui a ação de se ter atitude de “mudança” (mudança no sentido de modificar ações ou atos aqui provavelmente ao não retorno a cometer crimes) “na vida dela” uso dessa sequência discursiva para indicar que algo está em posse da terceira pessoa, pode usar-se a preposição de posse (de) mais o pronome reto ou seja, de + ela que resulta numa contração = dela, se excluindo da questão, como uma forma de manter uma neutralidade ou mesmo um distanciamento.

8. Que conselho você daria a uma mulher que pensa em enveredar pelo crime?

“O conselho que eu daria para meus filhos não seguir o mundo do crime”.

A entrevistada substitui o vocábulo *mulher* por filhos em sua resposta, “o conselho que eu daria para os meus filhos” se colocando em uma posição de mãe conselheira para os filhos, “não seguir o mundo do crime” sendo enfática em sua negação e recusa e desaprovação de tal atitude.

9. Que experiência de vida você passou e que considera que marcou sua vida?

“a experiência de vida que eu passei numa penitenciária foi quando eu conheci a palavra da Bíblia sagrada que me trouxe a paz. amor”.

A resposta é descrita pela experiência mais marcante dentro da penitenciária “foi eu quando conheci a Bíblia sagrada” marca temporal “quando” sinaliza o momento a ocasião marcando sua experiência provavelmente com a religião e acrescenta com “me trouxe a paz. amor” o que pode ser definido como uma experiência positiva por mais que não cabe aqui nenhuma forma de valoração e somente análise.

10. O que você pretende fazer quando sair daqui?

“trabalhar honestamente e mostrar para sociedade a minha honestidade de mundancia neste mundo da minha liberdade”.

A resposta inicia pelo verbo “trabalhar” e em seguida pelo adjetivo “honestamente” o que demonstra um traço de reforçar sua atitude de transformação de mulher apenas a trabalhadora honesta em “mostrar para a sociedade a minha honestidade de mudancia” outro traço que realça a necessidade de provar por meio do trabalho a modificação de pensamento,

“neste mundo da minha liberdade” desvendando assim sua vontade por liberdade. Há na descrição acima a necessidade de mostrar uma mudança de conduta aceita pela sociedade.

A terceira entrevistada Suzana, cumpre pena no regime semiaberto, tem 33 anos, de Manacapuru, parda, mãe três de (03) filhos, vive junto com o companheiro, evangélica, Ensino Fundamental Incompleto, foi criada pelos pais, já teve o crime julgado.

1. Como era o convívio familiar marido/filhos antes de ser presa?

“Eu vivia com meus filhos trabalhava cuidava de casa e das crianças fim de semana saía com eles todos os domingos levava eles para a ponta negra etc...”

Relata uma convivência com os filhos de uma mãe cuidadosa que se dedicava e dividia entre os cuidados com casa e dos filhos transitando nas funções de profissional que trabalha fora sem negligenciar suas outras ocupações. O lazer também fazia parte da rotina nos finais de semanas com os filhos, não cita em momento algum a presença de um companheiro ou pai dos filhos.

2. Foi presa por qual delito?

“fui presa por quê me envolvi no mundo do dinheiro fácil, me envolvi com drogas por fazer as coisas erradas tipo trafico de drogas e lavagem de dinheiro e acusada de fazer parte de facção sendo que não não e verdade”.

A segunda entrevistada descreve que foi presa por vários delitos, negando outro como não fazer parte de facção, descrevendo que foi presa por envolve-se no “mundo do dinheiro fácil” como é caracterizado a facilidade de adquirir dinheiro com o tráfico de drogas.

3. O que é ser uma mulher presa na Unidade Prisional do Semiaberto e Aberto Feminino em Manaus?

“Aqui no Semiaberto é muito melhor do que esta na CDPF (Centro de detenção provisório feminino) e no regime fechado, aqui me sinto mais protegida e somos mais livres, não somos constrangidas por ninguém e nem andamos algemadas”.

Na fala da entrevistada se observar uma comparação entre a UPFSA e CDPF e o regime fechado, ressaltando que “aqui me sinto mais protegida e somos mais livres” e justifica pelo fato de não ser constrangida por ninguém e por não usar algemas, que traz uma significação a mais no contexto prisional para as mulheres. Pois, maximiza a violência simbólica, causando

um constrangimento quando usado esse instrumento desnecessariamente, portanto ferindo a dignidade da pessoa humana.

4. Qual foi o momento mais difícil que você passou dentro da penitenciária?

“o momento mais difícil foi em 30 de outubro de 2016 fui acusada de jogar com a direção e o comando da CDPF (Centro de detenção provisório feminino). Me sequestrou e fui humilhada espancada por mais de 20 internas A pior coisa que me aconteceu foi isso 10 horas de sofrimento”.

A entrevistada descreve um momento de sofrimento, ser mulher presa significa para ela um sentimento muito negativo, lembrança de um momento descrito como “A pior coisa que me aconteceu”, a subjetividade do sujeito que vive a interdição é atravessado pelos mecanismos de controle e violências, que têm por consequências violências físicas por estar exposto ao sistema prisional. O que caracteriza-se sendo uma forma de imposição do poder por meio de atos violentos para manter a ordem e a obediência como percebido em “me sequestrou” “fui humilhada” “espancada por mais de 20 internas” e em “10 horas de sofrimento”.

5. O que te faz querer cumprir a pena até o final?

“O que me faz cumprir a pena que não quero mais passar por tudo que passei durante esses 2 anos e alguns meses e também minha família que me faz falta meus filhos quero cumpri tudo direito para não mais fazer meus filhos e minha família sofrer”

A entrevistada cita vários motivos para cumprir a pena até o final, em destaque está o sofrimento vivenciado dentro do sistema prisional, o que fica exposto em “não quero mais passar tudo que passei” o marcador discursivo “tudo” constrói um sentido de vários tipos de circunstâncias ruins que viveu nas unidades por onde passou durante o período de “2 anos e alguns meses” acrescenta também a “minha família” que “faz falta” os “meus filhos” a parte afetiva é muito característico das mulheres apenadas, em “quero cumpri tudo direito” o marcador discursivo *direito* faz oposição ao errado, já que fez tudo errado como uma mudança de atitude quer fazer direito e justifica o motivo “para não fazer meus filhos e minha família sofrer”, ou seja que mudar pela filhos e a família, portanto, se adequar as regras da sociedade para não ser mais punida tanto fisicamente como afetivamente ou emocionalmente.

6. O que te faz resistir?

“O que me fez resistir são minhas orações e também penso nos meus filhos quero muito fazer diferente. E mudar muitas coisas da tristeza de estar aqui mas logo chegara minha hora”.

A resistência é sinalizada por “são minhas orações” por meio da prece, religião e contato com o divino, em “e também penso nos meus filhos” os filhos são amparo afetivo, “quero muito fazer diferente” diferente faz oposição ao igual, desejo por transformação, acrescenta assim “e mudar muitas coisas”, necessidade de mudar sua realidade, “da tristeza de estar aqui” ao se referir ao lugar a UPFSA, “ mas logo chegara minha hora” esse traço linguístico acentuar sua espera por ficar livre “hora” momento mais esperado.

7. É difícil ser mulher no mundo de hoje? Por quê?

“Para mim sim porque tudo é difícil ainda mais quando estamos nessa minha situação. Não é fácil apoio das pessoas fazem ser melhor o meu pensar mais e difícil até com o marido que sempre reclama”.

A resposta é afirmativa de que “para mim sim” e justifica “porquê tudo e difícil ainda mais nessa minha situação não e fácil apoio” e adiciona que “das pessoas fazem ser melhor o meu pensar” ao se referi sobre o apoio a ajuda, “mais e difícil até com o marido que sempre reclama”.

8. Que conselho você daria a uma mulher que pensa em enveredar pelo crime?

“Eu aconselho para não se envolver porque é uma humilhação viver no crime ainda mais quando o marido influencia eles dizem que não mais influencia sim, ficar pedido favores a mulher como ama ele ela faz e depois já é tarde mas muitas ainda são abandonada pelo companheiro”.

A resposta é negativa “eu aconselho para não se envolver” justifica “e uma humilhação viver no crime” e adiciona “ainda mais quando o marido influencia” explicando que “eles (maridos) dizem que não influencia mais influencia sim ficar pedido favores a mulher” e descreve que “como (mulher) ama ele faz e depois já é tarde mas.” mostra o abandono sofrido por muitas mulheres presas em “muitas ainda são abandonada pelo companheiro”.

9. Que experiência de vida você passou e que considera que marcou sua vida?

“o que marcou minha vida foi essa experiencia que passei no sistema. Conheci Jesus, me sinto mais diferente tipo falo pouco. Mas o que passei não desejo mais passar. Foram muitas coisas ganhei amizades

verdadeiras e falsas. Mas eu aprendi a compreender a esperar e a pedir por favor. ser compreensiva e ter paciência”.

A entrevistada descreve que “essa experiência que passei no sistema” e completa “conheci Jesus me sinto mais diferente tipo falo pouco” apesar de ter tipo essa experiência um encontro com a espiritualidade em “mas o que passei não desejo mas passar foram muitas coisas” mostra os pontos positivos e negativos da vivência na prisão em “ganhei amizade verdadeiras e falsas” e “aprendi a compreender a esperar e a pedir por favor. ser compreensiva e ter paciência”.

10. O que você pretende fazer quando sair daqui?

“Eu pretendo voltar a trabalhar cuidar dos meus filhos me batizar numa igreja e voltar a estudar para conseguir um trabalho melhor. Pretendo fazer uma faculdade (faculdade). e fazer diferente e mostrar sim que podemos fazer diferente”.

A sequência de pretensões colocada pela discursividade em “pretendo voltar a trabalhar” no primeiro momento e continua “cuidar dos meus filhos” em seguida “me batizar numa igreja” adicionando “e voltar a estudar” declara que quer voltar a estudar “para conseguir um trabalho melhor” melhor é um qualificado que nos faz entender possivelmente como mais rentável, e continua “pretendo fazer uma faculdade” demonstrando uma mudança por meio do estudo, como pode ser visto nas marcas “fazer diferente e mostrar sim que podemos fazer diferente”. Há uma necessidade de mostrar a mudança de atitude seja por meio do trabalho e estudo.

A quarta entrevistada, Olivia, cumpre pena no regime semiaberto, é manauara, tem 49 anos, morena, mãe de 03 filhos, solteira, católica, foi criada pelos pais, já teve o seu crime julgado, possui Ensino Médio incompleto.

1. Como era o convívio familiar marido/filhos antes de ser presa?

“normal com minha família”

A palavra “normal” sinaliza um convívio familiar socialmente aceitável e comum. O adjetivo que qualifica algo que também pode representar de natureza sadia. Uma convivência sem muitos conflitos.

2. Foi presa por qual delito?

“Droga”

O substantivo Droga se refere ao tráfico de drogas umas das causas de alto índice de prisões no Brasil, o tráfico de drogas segundo o Inforpen - mulheres (2018) dados recentes sobre as prisões femininas no Brasil especifica que dados do Estado do Amazonas. A maioria dos casos de prisão por tráfico de drogas no caso das mulheres são por influência dos namorados, maridos e companheiros. Como apontam os dados do Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça e Segurança Pública (INFORPEN, 2018, p. 53):

[...] compreender a natureza dos crimes tentados ou consumados pelos quais as pessoas privadas de liberdade foram condenadas ou ainda aguardam julgamento nos ajuda a formular análises acerca dos fluxos do sistema de justiça criminal, desde sua fase policial até a fase da execução penal, e seus padrões de seletividade, evidenciados na preponderância dos crimes praticados sem violência, crimes contra o patrimônio e crimes ligados ao tráfico de drogas entre os registros das pessoas privadas de liberdade”. “[...] De modo geral, podemos afirmar que os crimes relacionados ao tráfico de drogas correspondem a 62% das incidências penais pelas quais as mulheres privadas de liberdade foram condenadas ou aguardam julgamento em 2016, o que significa dizer que 3 em cada 5 mulheres que se encontram no sistema prisional respondem por crimes ligados ao tráfico”.

Como também está ligado a questão econômica o dinheiro que é movimentado pelo tráfico de drogas seja um dos motivos para a inserção no crime.

3. O que é ser uma mulher presa na Unidade Prisional do Semiaberto e Aberto Feminino em Manaus?

“A geite tem muito vontade de (ir) para casa”

O sujeito demonstra um desejo por liberdade, de regresso à casa, na expressão “A geite” que se refere (nós) se colocando como uma voz múltipla, ao mesmo tempo que se inclui. De um desejo que é frisado pelo pronome “muito” demonstrando a intensidade do seu desejo profundo ao lado da palavra “vontade” de não estar naquele local, na prisão. Ao lembrar a prisão como instituição disciplinar para o preso, a escrita da entrevistada, mostra que a prisão é um lugar que não se deseja estar, o confinamento por mais longo que seja de cumprimento da pena não é um lugar que o sujeito preso se adapte ou acostuma-se, o que podemos acentuar como uma forma de resistência da força que se opõe a outra constantemente, da privação de liberdade em oposição à vontade de liberdade, Assim, Foucault nos levanta uma questão: “Como não

seria a prisão a pena por excelência numa sociedade em que a liberdade é um bem que pertence a todos da mesma maneira e ao qual cada um está ligado por um sentimento “universal e constante”? (2014, p. 224). Aqui há uma questão levantada pelo autor, que a perda da liberdade, portanto é melhor que multa, por isso, a prisão se torna uma pena por excelência.

4. Qual foi o momento mais difícil que você passou dentro da penitenciária?

“A rebelião no regime fechada masculino dia 01, 01, 17”

Olivia menciona a “rebelião” que ocorreu no dia 01 de Janeiro de 2017 dentro do complexo penitenciário Anísio Jobim em Manaus, uma rebelião das mais violentas com 56 mortes e vários decapitados, os presos foram mortos pelos próprios internos, em um confronto de extrema violência entre facções, durou cerca de 15 horas, informou a Secretaria de Segurança do Estado do Amazonas, caracterizado como um evento que a marcou negativamente, uma memória de difícil circunstância vivenciada enquanto esteve no “regime fechado” essa experiência de sentir a morte de perto, do medo de perder a vida e de tudo que visualizou dentro da penitenciária, o que podemos identificar como “uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos” (2016, p. 16). Sobreviver a tudo que se está exposto no enclausuramento só é possível por meio de algum modo de resistência.

5. O que te faz querer cumprir a pena até o final?

“Sim por que quero ser livre para sempre”

A necessidade por liberdade gera na sujeita à afirmativa “sim” em uma reafirmação de desejo de cumprir a pena, sendo marcado pelo uso verbo “querer”, de pagar por uma dívida na justiça, por uma culpa assumida, no anseio de sentir - se livre, o que atribui para um possível sentido de oposição a prisão. Livre é antônimo de preso, recluso. Demonstrando que a reclusão toca na subjetividade do sujeito que vive a interdição de modo muito significativo, sendo marcado por uma temporalidade na palavras “livre para sempre”.

6. O que te faz resistir?

“A minha familiar”

A manifestação da resistência colocada pelo sujeito se dá por meio da família como amparo emocional e físico, o pronome possessivo “minha” marca a resposta como se dissesse que o seu lugar é junto da família, de se reconhecer entre os seus. Já que convivência na cadeia era por pessoas estranhas e não familiares. As formas de resistência se manifestam de várias

maneiras podendo ser identificada no amparo encontrado no seio familiar como também no sentimento pelos filhos.

7. É difícil ser mulher no mundo de hoje? Por quê?

“não e difícil ser mulher de hoje por eu sou outra pessoa”

O sujeito nega a dificuldade de ser mulher no mundo de hoje, e tenta mostra-se uma outra pessoa como justificativa, ocultando a questão de gênero e mencionando ser uma “outra pessoa”, caracterizando assim uma ausência de observação referente ao gênero masculino e feminino nas diferenças impostas socialmente e políticas, usando uma neutralidade como fica nítido na marca “pessoa” nem homem nem mulher.

8. Que conselho você daria a uma mulher que pensa em enveredar pelo crime?

“não (é) faico (fácil) por isso falou para data (dada) pessoa do mundo que quer entra no crime”

A negação de que “não é fácil” se faz oposição a expressão vida fácil que as pessoas julgam ser a vida no crime, o que caracteriza a negativa como algo muito ruim. Um desqualificador, sendo destacado como um conselho de efeito enfático das consequências por quem envereda pelo crime.

9. Que experiência de vida passou e que considera que marcou sua vida?

“a minha prisão”

A experiência na prisão nunca é caracterizada de modo neutro, por mais que o sujeito não detalhe os momentos, mas remete um sentido de profunda significação para quem vivenciou o cárcere, deixando uma marca profunda. O estigma é algo que a maioria das detentas vivem por uma questão moral e social na expressão “a minha prisão” mostra claramente a profundidade marcante na interioridade do sujeito.

10. O que você pretende fazer quando sair da daqui?

“Eu pretendo fazer um curso (curso) gurineira (culinária) para mim ten um retorete (restaurante)”

O estudo em “curso gurineira” e trabalho em “retorete” representam um futuro melhor para o sujeito que coloca sua expectativa de futuro no microempendorismo. Como forma de mostrar sua mudança, demonstrando sentido negativo atribuído a experiência na cadeia. O que

nos faz pensar que o sujeito não pode somente cumprir a pena é necessário provar que mudou de conduta seja pelo estudo ou trabalho e que não irá reincidir no crime.

A quinta entrevistada Raquel, manauara, 21anos, parda, mãe de dois (02) filhos, solteira, estudou o Ensino Fundamental incompleto, sem religião, foi criada pelos pais, já teve seu crime julgado.

1. Como era o convívio familiar marido/filhos antes de ser presa?

“Ótimo tranquilo”.

A convivência familiar descrita discursivamente por dois adjetivos “ótimo tranquilo” ou seja, uma convivência que é demasiadamente boa.

2. Foi presa por qual delito?

“Fui presa por 157 33”.

A resposta vem somente mencionada pelo número do artigo 157 no Código Penal que descreve o crime de assalto a mão armada, chamado de roubo e o artigo 3 para quem importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, por este motivo, há um silenciamento por parte da apenada que dificilmente menciona a infrações usa-se somente o número do artigo.

3. O que é ser uma mulher presa na Unidade Prisional do Semiaberto e Aberto Feminino em Manaus?

“tipo não poder sair mi sinto inferio pra nada agoniação que dentro se senti presa mesmo de não ter liberdade”.

A resposta é iniciada por “tipo não poder sair me sinto inferio pra nada” o sentimento de inferioridade descrito na discursividade se dar pelo falta de liberdade pela segregação vivida pela presa, o fato de não poder sair pra nada lhe causa uma “agoniação” pela falta de “liberdade”.

4. Qual foi o momento mais difícil que você passou dentro da penitenciária?

“So As Humilhação”.

A resposta é breve e definida em uma frase descrita por “So As humilhação” ao se referir aos momentos mais difíceis dentro da penitenciária passar por muitos tipos de situações de agravo e desrespeito.

5. O que te faz querer cumprir a pena até o final?

“Pra ter minha liberdade mi senti uma mulher e conserta meus erro e mostra pra mi mesma que posso ser uma no (nova) mulher”.

Aqui nessa descrição fica explícito em “pra ter minha liberdade” o desejo por liberdade a compulsiona a querer cumprir a pena, em “e conserta(r) meus erros” nesses traços discursivos há um sentimento de culpa, o que fica confirmado nas palavras seguintes “e mostra(r) pra mi mesma que posso ser uma no (nova) Mulher”, há uma desejo por mudança, transformação de ser uma nova mulher, atribuindo essa mudança ao um comportamento não mais delituoso.

6. O que te faz resistir?

“Deus so ele mida foca de ta aque cumpri minha pena sais do que pelo meus filho também”.

O que se percebe na descrição é que a resistência é exercida por meio da religião e fé como é possível observar nas palavras “Deus so ele mida (me dar) foca (força) de ta (estar) aque (aqui)” a força é colocada como um impulso para se conseguir “cumpri minha pena” é importante frisar que a palavra pena remete um sentido sanção aplicada como punição ou como reparação por uma ação ou seja castigo, condenação, penitência lugar onde paga os pecados no contexto religioso.

7. É difícil ser mulher no mundo de hoje? Por quê?

“E dificil sim mulhe batalhadora que rera (rala) faz tudo nesse mundo faz o que faz ainda não são valorizadas”.

A resposta é negativa como pode ser notado em “E dificil sim” sendo justificada por “mulhe batalhadora que rera (rala)” ou seja por mais que mulher nos dias de hoje seja trabalhadora ainda assim, não são valorizadas, em “faz tudo nesse mundo faz o que faz não são valorizadas” demonstra uma ausência de valorização a mulher mesmo ela fazendo o que faz, podendo se atribuir as muitas responsabilidades adquirida pela a mulher na atualidade.

8. Que conselho você daria a uma mulher que pensa em enveredar pelo crime?

“Falaria que isso (isso) não e vida muita humilhação so eu sei o que passei pos não quero que vc passa poriso (por isso) vida do crime ve ta la pra mata vou bar (voltar) trafica cadeia”.

A resposta é contrária à prática do crime como em “Falaria que isso não e vida” em seguida justifica os motivos “muita humilhação so eu sei o que passei pos não quero que vc passa poriso (por isso)” acrescentando que “vida do crime ve ta la para mata vou bar (volta) trafica cadeia”, exemplificando que não tem vantagem a pratica do tráfico que resulta em cadeia.

9. Que experiência de vida você passou e que considera que marcou sua vida?

“Quando fui presa pela primeira vez passe (passei) pelo vale da sombra da morte mi batero (bateram) muito morre e viver Deus conheçri (conheci) todos meus sofrimento”.

A experiência que a marcou é descrita por “Quando fui presa pela primeira vez”. A marca de forma bem profunda como é possível ver em “passe (passei) pelo vale da sombra da morte” logo explica o motivo do sofrimento em “mi batero (bateram) muito morre e viver” sofreu violência física dentro da prisão, e em “Deus conheçri (conheci) todos meus sofrimento” nesses traços discursivos mostra que a experiência foi bem dolorosa.

10. O que você pretende fazer quando sair daqui?

“Muda (mudar) fica perto dos meos (meus) filho termina meus estudo trabalha termina minha casa”.

A resposta já é iniciada pelo verbo mudar remetendo a uma necessidade de alterar quem se é, toda a subjetividade do sujeito, e mudar para “ficar perto dos meos (meus) filho e a mudança vem por meio do estudo e trabalho cujo objetivo é para terminar a casa.

A sexta entrevistada cumpre pena no regime Aberto Aline, 52 anos, manauara, parda, mãe de três (03) filhos, solteira, estudou o Ensino Fundamental incompleto, católica, foi criada pelos pais e teve o crime julgado.

1. Como era o convívio familiar marido/filhos antes de ser presa?

“sou pai mãe de meus filhos por essa rasão ficou dificio, meus pais foram tudo na vida dos meus filhos e foi bem”.

A convivência é descrita como “Sou pai mãe de meus filhos” por ter que desempenhar o papel duplo de ser pai e mãe. Explica que “por essa razão ficou difícil” e conta que a convivência “foi bem” exteriorizando que “meus pais foram tudo na dos meus filhos” podendo ser compreendido que teve o apoio dos pais.

2. Foi presa por qual delito?

“associação de tráfego de entorpecente (entorpecente)”.

A resposta é direta “associação de tráfego de entorpecente (entorpecente)”. Não relatou o código no artigo penal.

3. O que é ser uma mulher presa na Unidade Prisional do Semiaberto e Aberto Feminino em Manaus?

“foi difícil, mais não foi como ficar no fechado, porque pode ainda (ver) meus filho essa foi a melhor coisa”.

A resposta é exposta de forma clara como pode ser lida em “foi difícil” e faz comparação entre os sistemas “mais não como no ficar no fechado” deixando explícito que ambos os sistemas são difíceis e que não é bom ser mulher presa, e justifica que no sistema semiaberto é menos difícil “porque pode ainda (ver) meus filhos” e que essa diferença entre os sistemas “essa foi a melhor coisa”. Ter a oportunidade de ver os filhos é um direito que ameniza e conforta a presa como pode ser verificado na marca acima.

4. Qual foi o momento mais difícil que você passou dentro da penitenciária?

“Quando foi pega e o sofrimento”.

O adverbio “quando” sinaliza a circunstância a ocasião em que foi pega pela polícia cometendo a infração, e logo em seguida em sua resposta mostra o resultado da ação “e o sofrimento” estar dentro da penitência é o momento descrito por ela como mais difícil.

5. O que te faz querer cumprir a pena até o final?

“andar de cabeça erquida” (erquida).

O anseio de cumprir a pena vem por meio de uma busca pelo o resgate de uma postura de “andar de cabeça erquida” (erquida) ação atribuída as pessoas de bem que não tem o receio de se mostrar publicamente.

6. O que te faz resistir?

“volta ser uma mulher livre”.

A resistência aqui é manifestada pela vontade de liberdade de “voltar a ser” da busca por lugar de pertencimento como o lugar anterior de sujeito livre, “uma mulher livre” de não mais ocupar o lugar de mulher presa.

7. É difícil ser mulher no mundo de hoje? Por quê?

“não e difício ser não, somos abençoado do Senho”.

Há uma negação a dificuldade de ser mulher nos dias de hoje, que tem por justificativa que “somo” (somos) na terceira pessoa no plural “abençoado do Senhor” abençoada é adjetivo qualificador uma marca que pode ser atribuída como dádiva, graça, “do Senhor” atributo recebido pelo ser divino. O que nos faz entender que o fato de nascer mulher é uma benção, que não é difícil ser mulher nos dias de hoje.

8. Que conselho você daria a uma mulher que pensa em enveredar pelo crime?

“eu digo que o crime não compensa faça o certo, pois nossa liberdade e muito importante”.

O conselho é direto e afirmativo, como pode ser analisado nas marcas “eu digo que o crime não compensa” sendo mais enfática nos uso dos termos “Faça o certo” e logo em seguida justifica mais uma vez “pois nossa liberdade é muito importante”, as marcas discursivas nos traz uma reflexão franca e direta que o crime não vale o preço da liberdade, por isso não compensa.

9. Que experiência de vida você passou e que considera que marcou sua vida?

“foi quando foi (fui) presa foi muito sofrimento”.

A experiência que a marca negativamente é o momento da prisão, “foi quando fui presa” ao se ver em lugar de sujeita presa sem sua liberdade, logo “foi muito sofrimento” a marca discursiva mostra por meio adverbio de intensidade muito que o foi intenso o nível de sofrimento.

10. O que você pretende fazer quando sair daqui?

“eu já estou fora pretendo trabalha (r) nunca mais cometer esse crime. So agradeço a Deus”.

Ao iniciar seu discurso com as marcas “eu já estou fora” ao referir-se por estar cumprindo pena no regime aberto, e em “pretendo trabalha(r) nunca mais cometer esse crime” demonstra uma remissão por meio trabalho na busca por melhorias de vida, em “so agradeço a Deus” podemos perceber uma sensação de alívio por estar terminando de cumprir a pena.

A sétima entrevistada cumpre pena no regime Aberto Carla, Baiana, 35 anos, branca, sem filhos, solteira, Ensino Superior Completo, evangélica foi criada pelos pais, já teve seu crime julgado.

1. Como era o convívio familiar marido/filhos antes de ser presa?

“minha família me amou bastante!”.

A resposta nos afirma que foi uma convivência muito boa como podemos notar em “minha família me amou bastante” na marca amou bastante demonstra uma característica de satisfação por meio de um convívio familiar muito prazeroso.

2. Foi presa por qual delito?

“dinheiro corrupção propina (175) art. 19. Influência”.

Aqui podemos atentar que o sujeito nomeia o crime “dinheiro corrupção propina” e também descreve o artigo em que foi enquadrada “art. 19”. Não é muito comum as presas descreverem seus crimes, assim, tão detalhadamente.

3. O que é ser uma mulher presa na Unidade Prisional do Semiaberto e Aberto Feminino em Manaus?

“Horível você se sente impotente por estar tão perto nós longe da sociedade reflexão profunda”.

Ser mulher presa é descrito como “horível”, sentimento que pode ser interpretado como detestável ou mesmo doloroso, tendo por justificativa “você se sente impotente por estar tão perto”. A impotência causa no sujeito preso um sentimento de impossibilidade de realizar o que se deseja, em “nós longe da sociedade” a impotência é somada também pela distância da sociedade o que nos faz analisar que essa busca é pelo seu lugar de mulher cidadã junto à sociedade como participante da sua cidadania foi retirada, em “reflexão profunda” (reflexão).

4. Qual foi o momento mais difícil que você passou dentro da penitenciária?

“Principio de rebelião, brigas. A vida mais passa muito na cabeça”.

Como podemos ver nas marcas discursivas em “principio de rebelião, brigas” é um momento muito tenso e preocupante, pois o perigo e medo da morte é real, assim caracterizado como o momento mais difícil, em seguida “A vida mais passa muito na cabeça” provavelmente está se referindo ao medo de perder a vida passa pela cabeça.

5. O que te faz querer cumprir a pena até o final?

“Ser limpa aprendendo a lição com á dor”.

O desejo por “ser limpa” que pode ser compreendido por ficar limpa no sistema, ter seu nome limpo por não dever nada ao sistema prisional brasileiro. Traz logo em seguida uma possível reflexão| “aprendendo com a dor” um modo de afirmar que aprendeu a lição ao se referi a sua prisão que se cometer crime é errado e ruim ela tinha aprendido a lição.

6. O que te faz resistir?

Deus, como meu caracter, provar para mim mesma”.

A resistência é atribuída a “Deus” que pode interpretada como força superior que traz conforto e amparo, e por seu “caracter” firmeza de atitude e “provar para mim mesma” como forma de reafirmação de sua capacidade de superação frente aos obstáculos como pode ser considerado a prisão e o confinamento.

7. É difícil ser mulher no mundo de hoje? Por quê?

“Somos objetos tanto do sistema como de nós mesmos”.

O posicionamento da resposta é colocada que ser mulher nos dias de hoje é ser objeto tanto do sistema, que aqui pode ser entendido como sistema prisional ou mesmo patriarcal já que não foi especificado, em “como de nós (nós) mesmos” que a mulher a si mesmo se objetifica, o que nos faz concluir que a mulher é objeto.

8. Que conselho você daria a uma mulher que pensa em enveredar pelo crime?

“Pense bem nesse lucro custa muito caro Bem Caro”.

O conselho se dá em forma de alerta como pode ser visto em “Pense bem nesse lucro” demonstração que quem pratica algum crime vê na ação alguma vantagem, em “custa muito caro” afirmando que não vale a pena “Bem Caro” escrito com inicial maiúsculo que pode compreendido como sinalizador.

9. Que experiência de vida você passou e que considera que marcou sua vida?

“Nós achamos que o mundo nunca chega á nossa porta, más chega, como o conselho dado não vale nada más vale o mais grave pra mim é a frieza”.

A resposta vem por meio de uma reflexão em “Nós achamos que o mundo nunca chegará em nossa porta”. A palavra mundo pode representar vários sentidos o que não é especificado na escrita da resposta, em “mas chega” afirmando que o mundo chegou para ela e que “como conselho dado não vale nada” aqui pode estar mencionando ao fato de muitas pessoas não darem valor ou mesmo não atentarem para um conselho, “más vale” (mas) afirmando por meio do uso de um conjunção adversativa que o conselho tem seu valor, e completa que o mais grave para mim é a frieza” o que se pode perceber essa experiência que marcou sua vida.

10. O que você pretende fazer quando sair daqui?

“Ser mais paciente, uma cidadão de mais valor, como ajudar sem julgar”.

A entrevistada se mostra mais adepta de exercitar a paciência, como hábito de vida e em “uma cidadã de mais valor”. Podemos notar um resgate de seu lugar anterior de sujeita cidadã e em seguida de mais valor, mostrando, portanto uma mudança de conduta e em “como ajudar sem julgar” um atitude de pessoa mais humana e sem julgamentos.

A Oitava entrevistada cumpre pena no regime Aberto Camila, manauara, 30 anos, parda, mãe de três (03) filhos, solteira, estudou o Ensino Médio Incompleto, católica, criada pelos pais, já teve seus crime julgado.

1. Como era o convívio familiar marido/filhos antes de ser presa?

“Meu convívio era bom, sempre com meus filhos e família alsente”.

A convivência é definida como “era bom” e demonstrando uma união com os filhos e em “família alsente” mostrando que vivia mais com os filhos sem a presença de outros familiares.

2. Foi presa por qual delito?

“Fui presa por causa do 33 (droga)”.

Descreve o crime pelo que seria o artigo 33, referente a drogas. Qualquer tipo de envolvimento com drogas, a pena de reclusão de cinco a 15 anos para quem importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas.

3. O que é ser uma mulher presa na Unidade Prisional do Semiaberto e Aberto Feminino em Manaus?

“Uma o mulher sofrida e horrível. Senti saudade da família é horrível”.

Ser mulher apenada na UPSA é definida como “uma mulher sofrida e horrível” pelo fato de “sentir saudade da família é horrível, duas vezes foi utilizado o mesmo termo para dizer o que ser mulher que vive o cárcere, atenuando assim sua significação seu sentimento.

4. Qual foi o momento mais difícil que você passou dentro da penitenciária?

“Momento da fome. Das tranca é horrível a saudade”.

A necessidade física de alimento é colocada como o momento mais difícil que tenha vivenciado dentro da penitenciária. “Momento da fome” e continua em “das tranças” ao mencionar os castigos na reclusão, “é horrível a saudade” a ausência da família mexe com a emoção e os sentimentos mais profundo da mulher presa.

5. O que te faz querer cumprir a pena até o final?

“Pagar a justiça pra poder levar a vida normal de ante”.

A resposta é iniciada por “pagar a justiça”. O dever e a necessidade de se pagar o que se deve, o sentimento de culpa que acusa a presa como pode ser visualizado em “pra poder levar uma vida normal de ante (s)” a justificativa vem pela conquista de uma vida normal, significando ser livre e voltar ao seu lugar de cidadã.

6. O que te faz resistir?

“Minha força de vontade de mudar e ter meus filhos cada vez mais perto (perto)”.

A sua resistência é manifestada pela “minha força de vontade de mudar”, ou seja, pela busca da transformação de conduta que vem complementada por “e ter meus filhos cada vez mais perto (perto)”, a necessidade de estar ao lado dos filhos e familiares a faz querer cumprir a pena.

7. É difícil ser mulher no mundo de hoje? Por quê?

“Difícil é pq mulher sempre é discriminada”.

Ser mulher no mundo de hoje é enunciado como “difícil” e vem com a explicação “é pq mulher sempre é discriminada” ao declarar que a dificuldade de ser mulher no mundo de hoje é por causa da discriminação a entrevistada toca em uma questão histórica da nossa sociedade da distinção entre homens e mulheres e ser mulher presa é sofrer muitos tipos de tratamentos inferiorizados por pertencerem ao gênero feminino.

8. Que conselho você daria a uma mulher que pensa em enveredar pelo crime?

“Não caia na leseira só ilusão”.

O conselho dito de modo claro “não caia na leseira”, ou seja, não caia na bobeira, pois “só ilusão” não tem vantagem alguma, um engano.

9. Que experiência de vida você passou e que considera que marcou sua vida?

“Na transferência da sete”

A “transferência para Sete” se refere à Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa que fica localizada à Avenida Sete de Setembro na cidade de Manaus, por isso usou o termo Sete. O que mostra também uma mudança drástica quanto a sua transferência de unidade.

10. O que você pretende fazer quando sair daqui?

“Estou com projeto na minha casa de espaço de bromze em nome de Jesus já deu certo”.

A pretensão de futuro diferente é por meio do empreendedorismo “Estou com o projeto na minha casa de espaço de bromze” de montar o próprio negócio e começar uma carreira profissional e utiliza de “em nome de Jesus já deu certo” como uma forma positiva e de boas vibrações.

A nona entrevistada Elisa cumpre pena regime Aberto, Manauara, 46 anos, branca, mãe de três (03) filhos, solteira, estudou o Ensino Fundamental incompleto, católica, criada pelos pais e teve seu crime julgado.

1. Como era o convívio familiar marido/filhos antes de ser presa?

“não muito legal. Com a pessoa que foi marido – Quanto aos meus filhos tenho e tento ser a melhor mãe do mundo”.

O convívio é enunciado como “não muito legal” ao mencionar o marido, e ao falar “quanto aos meus filhos tenho e tento ser a melhor mãe do mundo” descrevendo que tenta ter uma boa convivência com os filhos.

2. Foi presa por qual delito?

“Artigo 121”.

Não nomeia o crime utiliza somente o número do “artigo 121”.

3. O que é ser uma mulher presa na Unidade Prisional do Semiaberto e Aberto Feminino em Manaus?

“Bom o tempo que passei no sistema não me senti presa, e sim num centro de recuperação”.
(é necessário pensar que o delito é visto socialmente como algo a ser combatido...)

A enunciação é dita “Bom o tempo que passei no sistema não me senti presa” a mensagem reproduz um discurso internalizado de ressocialização e completa “e sim num centro de recuperação” e acrescentou “é necessário pensar que o delito é visto socialmente como algo a ser combatido” reforçando um pensamento aceitável socialmente nos usos dos termos o delito é visto socialmente, porquanto deve ser combatido. O poder permeia o sujeito de um modo que conceitos que antes não faziam parte de suas condutas passem a modificarem seus comportamentos.

4. Qual foi o momento mais difícil que você passou dentro da penitenciária?

“Quando eu terminava minhas atividades. Quero dizer eu trabalhava dois 04:00 da manhã até as 20:00 da noite”.

Ao descrever “Quando eu terminava minhas atividades” nos momentos em que não trabalha e ocupava sua mente e esforço físico nas atividades foi momento difícil que teve que vivenciar dentro da penitenciária.

5. O que te faz querer cumprir a pena até o final?

“Pagar pelo erro cometido, e não errar mais”.

A resposta vem em forma de sentimento de culpa: “pagar pelo meu erro cometido”. Ela utilizou do termo erro e não crime nem delito, um julgamento que faz de si mesma, um culpabilização quase religiosa que a mulher presa assumi para si, “e não errar mais” deseja cumprir a pena para sentir-se livre desse sentimento.

6. O que te faz resistir?

“Eu poder ter minha liberdade, com mais dignidade possível”.

A resistência vem pela necessidade de liberdade “eu poder ter minha liberdade” e um resgate da dignidade dentro das possibilidades “com mais dignidade possível”.

7. É difícil ser mulher no mundo de hoje? Por quê?

“não é difícil ser mulher. O difícil é não tentar ser você mesma”.

Para a entrevistada “não é difícil ser mulher” e justifica que “o difícil é não tentar ser você mesma” o que constrói um sentido de não mudar apesar das circunstâncias.

8. Que conselho você daria a uma mulher que pensa em enveredar pelo crime?

“Lembrar pelo passou dentro de uma unidade Prisional”.

O conselho vem por meio de lembrete “lembrar pelo passou dentro de uma unidade prisional” assim, possivelmente não desejaria viver outra vez a experiência.

9. Que experiência de vida você passou e que considera que marcou sua vida?

“Ter andado com pessoas erradas.
Ter ajudado pessoas que não mereciam, mas sem pensar, ou imaginar que rumo iriam levar você”.

A experiência de vida é descrita como uma reflexão “ter andado com pessoas erradas”, em seguida “ter ajudado pessoas que não mereciam,” toda essa descrição mostra que marcou

sua vida de forma negativa e que atitudes impensadas tem consequências graves como “mas sem pensar que rumo iriam levar”.

10. O que você pretende fazer quando sair daqui?

“Bom desde que sair pro trabalho externo eu sempre trabalhei. Como trabalho até hoje e amo cuidar dos meus filhos.
Tenho uma com 23 anos. Que é Síndrome Down (Down)
Tenho uma de 16 anos.
Cuidar deles me torna a mulher mais feliz (do) mundo. Graças a Deus”.

Por cumprir pena no regime aberto diz em “Bom desde que sair pro trabalho externo eu sempre trabalhei”. O trabalho é mencionado como um forma de ressocializar a presa, e descreve “como trabalho até hoje e amo cuidar dos meus filhos” atribuição de boa mãe também é um sinal de boa conduta como o papel que se espera de uma mulher, descreve as idades das filhas em “tenho uma de 23 anos. Que é Síndrome Down (Down) e tenho um de 16 anos” e continua “cuidar deles me torna a mulher mais feliz (do) mundo. Graças a Deus”, declara ser feliz por cuidar dos filhos.

A décima entrevistada que cumpre pena no regime Aberto Emília, manauara, 23 anos, parda, sem filhos, solteira, estudou o Ensino Médio Incompleto, umbandista, criada pelos pais e teve seu crime julgado.

1. Como era o convívio familiar marido/filhos antes de ser presa?

“Era estressante eu quase não parava em casa queria só tá na rua na onda curtindo bebendo roubando vendendo droga etc”.

A convivência “Era estressante” demonstra uma convivência com possíveis conflitos, “eu não parava em casa”, um dos possíveis motivos do estresse, “queria só tá rua na onda curtindo” o comportamento descrito já revela uma postura que desvio de uma conduta cidadã “bebendo roubando vendendo droga etc.”

2. Foi presa por qual delito?

“157 roubo majorado”

O delito vem descrito pelo artigo “157 e nomeado como roubo majorado” que é subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

3. O que é ser uma mulher presa na Unidade Prisional do Semiaberto e Aberto Feminino em Manaus?

“Não é bom e também não é ruim aqui você tem que saber viver pois aqui é cada um por si falta água, não pode entrar comida de casa quando a unidade manda a comida muitas vezes vem estragada”.

A resposta vem por meio uma negativa e seguidamente uma indefinição “Não é bom e também não é ruim” e justifica que “você tem que saber viver” ao referir-se a sobrevivência dentro da penitenciária “pois aqui é cada um por si” e acrescenta as dificuldade “falta água, não pode entrar comida de casa quando a unidade manda a comida muitas vezes vem estragada” denunciando as refeições entregue na unidade.

4. Qual foi o momento mais difícil que você passou dentro da penitenciária?

“Quando o meu avô entrou em depressão”.

A depressão do avô foi o momento mais difícil que toca na sua subjetividade e causa um sofrimento.

5. O que te faz querer cumprir a pena até o final?

“a minha dignidade de volta”.

O resgate de sua dignidade “a minha dignidade de volta” de volta a busca pelo sujeito cidadão de antes a faz querer cumprir a pena.

6. O que te faz resistir?

“a capacidade de que posso mostra pra todos que mudei e que Hoje sou diferente”.

A resistência vem por meio da “capacidade de que posso mostra pra todo que mudei” a transformação “e que hoje sou diferente” aqui pode ser interpretada por mudança de comportamento antes mulher apenada depois mulher livre e cidadã.

7. É difícil ser mulher no mundo de hoje? Por quê?

“Não! Pois Hoje nós Mulheres temos mais respeito e poder”.

A resposta vem por uma negação da dificuldade de ser mulher nos dias de hoje “não!”. A explicação é “pois hoje nós Mulheres temos mais respeito e poder”, a palavra Mulheres com

letra maiúscula pode ser interpretado como um sinalizador significando um destaque ao termos utilizado, a justificativa toca em na conquista alcançada pelas mulheres nas últimas décadas a conquista por mais respeito, o poder pode ser compreendido como mais autonomia alcançadas pelas mulheres. E também no universo criminal tem havido um número crescente de mulheres praticando mais delitos.

8. Que conselho você daria a uma mulher que pensa em enveredar pelo crime?

“que pense duas vezes antes de entrar pois pra sei (sair) é difícil as vezes chega ate da morte”.

O conselho é “que pense duas vezes antes de entrar”, ou seja, que pense muito bem, a explicação se dá por “pois pra sei (sair) é difícil” e acrescenta que a consequência pode ser “as vezes chega ate da morte”.

9. Que experiência de vida você passou e que considera que marcou sua vida?

“que na cadeia você tem o segunda chance (chance) de muda e uma briga dentro da unidade que se torne uma rebelião”.

A experiência de vida é “que na cadeia você tem o segunda chance (chance) de muda” que existe a possibilidade de mudar de conduta “e uma briga dentro da unidade que se torne uma rebelião” a rebelião pode ter sido uma experiência que tenha vivido dentro da penitenciária, apesar de não ficar nítido na resposta.

10. O que você pretende fazer quando sair daqui?

“terminar meu terceiro ano e ir pra faculdade!”.

A pretensão de um futuro vem por meio da conclusão do Ensino Médio e a conquista do Ensino superior, o estudo aqui é uma forma se alcançar uma profissionalização um regaste da sujeita cidadã.

Os resultados dos dados aqui gerados, caracterizado pelas principais marcas e traços discursivos elucidaram questões que afetam o sujeito preso, como resultado a cada pergunta emergiu conceito-análise como: O lugar da família, silenciamento da mulher presa, o não-lugar, sofrimento da privação, o lugar de sujeito livre, Deus, família e liberdade, o lugar da mulher, não seja sujeito do crime, pena pelo sistema e encontro com Deus, resgate do sujeito preso para o sujeito cidadão.

Na primeira pergunta sobre o convívio familiar as respostas foram predominantemente positivas remetendo ao Lugar da Família, compreendida conseqüentemente como parte emocional, construção da memória afetiva tanto do sujeito em sua formação familiar como na constituição da sua própria família, as sujeitas presas mencionam os filhos e pais em muitos momentos durante as posições enunciativas, como pode ser observado abaixo:

1. Para melhor compreensão é preciso entender as diferentes posições enunciativas Como era o convívio familiar marido/filhos antes de ser presa?

- 1) Boa, ótima
- 2) “Vivia sozinha dependete cominha Filha”.
- 3) vivia com meus filhos trabalhava cuidava de casa e das crianças fim de semana saia com eles todos os domingos
- 4) “normal com minha família”
- 5) “Ótimo tranquilo”.
- 6) “sou pai mãe de meus filhos por essa rasão ficou difício, meus pais foram tudo na vida dos meus filhos e foi bem”.
- 7) “minha família me amou bastante!”.
- 8) “Meu convívio era bom, sempre com meus filhos e família alsente”.
- 9) “não muito legal. Com a pessoa que foi marido – Quanto aos meus filhos tenho e tento ser a melhor mãe do mundo”.
- 10) “Era estressante eu quase não parava em casa queria só ta na rua na onda curtindo bebendo robando vendendo droga etc”.

Para melhor compreensão é preciso entender as diferentes posições enunciativas ocupadas pelo sujeito que transita entre lugar social, lugar discursivo e posição-sujeito, posto que o sujeito do discurso pode produzir movimentos de des(identificação) no entremeio dessas posições.

Portanto, o lugar que o sujeito ocupa na sociedade é determinante do/no seu dizer. Logo isso reflete sua significação e os possíveis sentidos que podem ser atribuídos ao seu discurso. No entanto, ao se identificar com determinados saberes ou experiências, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva passando a ocupá-la, não mais o lugar de sujeito empírico, mas sim o de sujeito do discurso. Então, para melhor abranger a diferença entre lugar social (sujeito empírico) e lugar discursivo (sujeito do discurso), resgatando a noção de formação social, na qual o sujeito empírico está inscrito. Partindo do conceito de formações imaginárias, assinalado por Pêcheux (1969), que diz que as imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si e ao outro são determinadas por lugares empíricos e institucionais, construídos no interior de uma formação social. Assim, a imagem que a mulher presa constrói de sua convivência familiar antes de ser presa é positiva, já que está determinada pelo lugar empírico, assim atribuído por

uma determinada formação social que podemos inferir como a posição de um indivíduo numa dada sociedade e cultura. Além disso, Orlandi afirma que “o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) e o primeiro lugar que o sujeito participa no mundo é na no seio familiar, e a partir desse lugar de construção de sua subjetividade passa a ocupar sua posição no discurso” (ORLANDI, 1999, p. 17).

Ainda nesse mesmo texto, a autora vai tratar do modo como a “materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares. (GRIGOLETTO, 2007, p. 04).

Dessa forma, um lugar que precisa ser mencionado por exemplo é o papel de mãe desempenhado pela mulher presa como mostram as marcas discursivas nas respostas.

As respostas à segunda pergunta mostraram de forma nítida que há um silenciamento que cerceia as presas quanto ao não nomear o seu delito, houve recorrência de respostas somente pelo número do artigo em que foi enquadrada a maioria por crimes ligado ao tráfico de droga.

2. Foi presa por qual delito?

- 1) “Art. 33 e 35”
- 2) “Fui presa por delito por tráfico de drogas com armas”.
- 3) me envolvi no mundo do dinheiro Facil com drogas por fazer as coisas erradas tipo trafico de drogas lavagem de dinheiro e acusada de fazer parte de facção
- 4) “Droga”
- 5) “Fui presa por 157 33”.
- 6) “associação de trafego de entorpecente”.
- 7) “dinheiro corrupção propina (175) art. 19. Influência”.
- 8) “Fui presa por causa do 33 (droga)”.
- 9) “Artigo 121”.
- 10) “157 roubo majorado”

O silenciamento é uma política do sentido. Assim, “uma distinção no interior mesmo da noção de silêncio nos indica um procedimento analítico significativo” (ORLANDI, 2007, p.72). Em virtude disso, a política do silêncio possui duas formas de existência que estão ligadas ao silêncio constitutivo e ao silêncio local, como explica Orlandi (2007, p.73):

[...] a relação do dito/ não dito pode ser contextualizada sócio-historicamente, em particular em relação ao que chamamos o “poder-dizer”. Pensando essa contextualização em relação ao silêncio fundador, podemos compreender a historicidade discursiva da construção do poder-dizer, atestado pelo discurso. Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos

necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada.

A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo.

Ao não nomear o delito, as apenadas transparecem o silenciamento que cerceia suas vozes ao somente escrever o artigo do código penal. Isso caracteriza um silenciamento político, uma vez que ação torna-se compreensível pelo fato de que as mulheres presas sofrem com muitos tipos de preconceitos, sobretudo, por distinções a sua condição de ser mulher infratora, a omissão de não nomear o delito é muito significativo por si mesmo. Já que também pode ser uma maneira de negação do delito ou mesmo um modo de ocultar o ato infracionário, consequentemente por nunca ser visto socialmente como uma ação a ser praticada por mulheres. O silenciamento que interdita as mulheres presas é muito simbólico e significativo, logo uma forma de ocultar os sujeitos sociais. Portanto as encarceradas passam por mais formas de apagamentos existenciais.

Por mais que haja diferenças entres os regimes: fechado, semiaberto e Aberto e consequentemente diferenças entres as unidades prisionais, ser mulher presa é estar em um Não-Lugar, o sujeito sente-se deslocado por não se identificar com o confinamento no qual é colocado e interditado. Como é notado nas respostas abaixo.

3. O que é ser uma mulher presa na Unidade Prisional do Semiaberto e Aberto Feminino em Manaus?

- 1) “Maravilhoso”
- 2) “...não é muito bom e pouco humilhante mas...”
- 3) “Aqui no Semiaberto e muito melhor do que esta na CDPF (Centro de detenção provisório feminino) e no regime fechado, me sinto mais protegida e samos mais livres não constrangidas pos ninguém e nem andamos algemadas”.
- 4) “A geite tem muito vontade de (ir) para casa”
- 5) “tipo não poder sair mi sinto inferio pra nada agoniação que dentro se senti presa mesmo de não ter liberdade”.
- 6) “foi dificio, mais não foi como ficar no fechado, porque pode (posso) ainda (ver) meus filho essa foi a melhor coisa”.
- 7) “Horriavel você se sente impotente por estar tão perto nós longe da sociedade reflexão profunda”.
- 8) “Uma o mulher sofrida e horrível. Senti saudade da família é horrível”.
- 9) “Bom o tempo que passei no sitema não me senti presa, e sim num centro de recuperação”.

10) “Não é bom e também não é ruim aqui você tem que saber viver pois aqui é cada um por si falta água, não pode entrar comida de casa quando a unidade manda a muitas vezes vem estragada”.

O imaginário construído do gênero mulher nessa unidade prisional, e conseqüentemente a imagem que a mulher presa faz de si mesma é muito negativa, como podemos atestar nas marcas linguísticas escolhidas nas respostas: seis respostas foram com conotações de recusa, negação e repetição da marca linguística *terrível, ruim e sofrida*, descrições do que uma mulher presa passa dentro de uma penitenciária, pois resulta que ser mulher apenada é estar em um Não Lugar, por não ter o sentimento de pertença à uma unidade prisional, nas marcas linguísticas ficou explícito que não é um lugar agradável no qual se acostume, por mais tempo que dure a pena. A produção discursiva ligada a memória na condição específica de mulher presa. Trata-se de retomar, muitas vezes, ressignificando por meio de uma leitura dos vestígios que exibem uma rede discursiva que envolve os sentidos, como assinala Araújo (2018, p. 83):

Ao narrar o que acontece à sua volta, o sujeito baseia-se na memória dos acontecimentos, mas também na singularidade em meio a uma gama de possibilidades que o texto escrito permite operar. Toda memória é um recorte, um deslocamento, uma forma de subjetivar. Desse modo, escrever é um ato que perpassa ações de seleção de informações, de como se deve dizer, em que contexto, de que forma, para apropriar-se da própria vida.

Portanto, a memória é esse recorte que vem por meio do imaginário de um deslocamento que a mulher presa faz baseado na experiência diária da vida sofrida no cárcere, as marcas enunciativas mostraram que não há um reconhecimento do lugar (prisão e toda sua representação) de ser mulher presa, do estado de se estar reclusa, mas não pertencer a aquele ambiente hostil como é descrito pelas presas.

Em seguida as respostas da quarta pergunta exterioriza que a prisão coloca o sujeito em uma situação de Sofrimento de Privação das formas mais diversas, violências simbólicas, físicas e psicológicas tocando na subjetividade do sujeito preso de modo profundo tanto emocional como físico de modo que as marcas discursivas recorrentes foram:

4. Qual foi o momento mais difícil que você passou dentro da penitenciária?

1) Rebelião

2) “O momento que eu passei foi tristeza ficar longe dos meus filhos”.

3) “...fui acusade de jogar com a direção e o comando da CDPF. Me sequestrou e fui humilhada espancada por mais de 20 internas ... foi isso 10 horas de sofrimento”.

- 4) “A rebelião no regime fechada masculino dia 01,07,17”
- 5) “So As Humilhação”.
- 6) “Quando foi pega e o sofrimento”.
- 7) “Principio de rebelião, brigas. A vida mais passa muito na cabeça”.
- 8) “Momento da fome. Das tranca é horrível a saudade”.
- 9) “Quando eu terminava minhas atividades. Quero dizer eu trabalhava dois 04:00 da manhã até as 20:00 da noite”.
- 10) “Quando o meu avô entrou em depressão”.

O sofrimento da privação coloca o sujeito preso em uma situação de vulnerabilidade. É o poder com seus mecanismos de controle agindo sobre o corpo do sujeito que vive o cárcere, conseqüentemente expõe o sujeito a todo tipo de procedimento de punição aqui é nítido ver que se dar de várias formas, a rebelião foi mencionada em algumas respostas, como consequência da sujeição no qual as presas estão expostas, causando traumas em quem passou por uma situação assim, tão arriscada e tenebrosa. A prisão se utiliza do poder por meio da técnica de sofrimento, como expõe Foucault (2014, p. 21):

[...] o poder sobre o corpo, por outro lado, tampouco deixou de existir totalmente até meados do século XIX. Sem dúvidas, a pena não mais se centralizava no suplício como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito. Porém, castigos como trabalhos forçados ou prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra. Consequência não tencionadas, mas inevitáveis da própria prisão? Na realidade, a prisão, nos seus dispositivos mais explícitos, sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico. A crítica ao sistema penitenciário, na primeira metade do século XIX (a prisão não é bastante punitiva: em suma, os detentos têm menos fome, menos frio e privações que muitos pobres ou operários), indica um postulado que jamais foi efetivamente levantado: É justo que o condenado sofra mais que os outros homens? A pena se dissocia totalmente de um complemento de dor físico. Que seria então um incorporal? Permanece, por conseguinte, um fundo “supliciante” nos modernos mecanismos da justiça criminal – fundo que não está inteiramente sob controle, mas envolvido, cada vez mais amplamente, por uma penalidade do incorporal.

Por consequência o sofrimento pela privação vem dessa forma por modernos mecanismos sob controle e causa muito sofrimento ao apenado ficando atestado por ser a experiência que marcou sua vida dentro de uma unidade prisional. O sujeito é colocado em privações o que não deixa de ser um modo supliciante moderno.

No que tange o sujeito desejar cumprir a pena até o final, isso se dá no intuito de alcançar a liberdade, ou seja, o Lugar de Sujeito Livre, o seu estágio anterior de sujeito cidadão e não mais de sujeito preso. Já que mostra as marcas linguísticas posteriormente.

5. O que te faz querer cumprir a pena até o final?

- 1) “Livre, não dever nada a Justiça”.
- 2) “... é ter minha liberdade de voltar é meu sonho e ter a liberdade...”
- 3) “... não quero mais passar por tudo que passei durante esses 2 anos e alguns meses e também minha família que me faz falta meus filhos quero cumpri tudo direito...”
- 4) “Sim por que quero ser livre para sempre”
- 5) “Pra ter minha liberdade mi senti uma mulher e conserta meus erro e mostra pra mi mesma que posso ser uma no (nova) mulher”.
- 6) “andar de cabeça erquida”.
- 7) “Ser limpa aprendendo a lição com á dor”.
- 8) “Pagar a justiça pra poder levar a vida normal de ante”.
- 9) “Pagar pelo erro cometido, e não errar mais”.
- 10) “a minha dignidade de volta”.

As sujeitas anseia por sua liberdade por representar um resgaste do lugar anterior que ocupava, seu lugar social de sujeito cidadão que podia ir e vir e ter acesso a lugares e bens comuns a todos. Quando se é recluso é retirado todo o direito que possuía e podia exercer, pensar o sujeito na Análise do Discurso é lembrar das suas particularidades permitindo entrar com mais força em outra concepção de sujeito, um sujeito clivado, assujeitado, submetido tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às circunstâncias histórico-sociais que o moldam o seu comportamento e dependendo das circunstâncias moldam seus desejos suas pulsões. Diante disso, nos discursos das presas ficam transparecido a vontade por liberdade por seu lugar de sujeito livre novamente.

Na sexta pergunta no que diz a respeito à resistência que é manifestada de várias maneiras com designações a Deus, Família e Liberdade um discurso transversal como podemos ver nas marcas discursivas.

6. O que te faz resistir?

- 1) Confio em Deus.
- 2) “ter paciência”.
- 3) “O que me fez resistir são minhas orações e também penso nos meus filhos quero muito fazer diferente. E mudar muitas coisas da tristeza de estar aqui mas logo chegara minha hora”.
- 4) “A minha familhar”
- 5) “Deus so ele mida foca de ta aque cumpri minha pena saís do que pelo meus filho também”.
- 6) “volta ser uma mulher livre”.
- 7) “Deus, como meu caracter, provar para mim mesma”.
- 8) “Minha força de vontade de mudar e ter meus filhos cada vez mais perdo (perto)”.
- 9) “Eu poder ter minha liberdade, com mais dignidade possível”.
- 10) “a capacidade de que posso mostra pra todos que mudei e que Hoje sou diferente”.

Aqui, a manifestação da resistência pode ser identificada por esses três vieses, que são: Deus como amparo religioso, família como alicerce para prosseguir e liberdade, já que o desejo é o de voltar a condição de sujeito livre, e ao convívio social, sendo que cumprem penas nos regimes semiaberto ou aberto. Além disso, as marcas textuais nessa perspectiva referem-se as manifestações da resistência do sujeito que são chamadas de derivas. Para Souza (2014), são as derivas que permitem aos sujeitos o rompimento com os discursos. Desse abandono pode haver uma reformulação, um fortalecimento ou enfraquecimento de determinados discursos. (ARAÚJO, 2018, p. 51). Nesse caso específico, houve um discurso transversal, um fortalecimento da junção de três discursos diferentes. A resistência veio por meio de um discurso religioso, familiar e libertário, cuja finalidade descreve subjetividades diferentes cada uma tem sua forma de derivar e expor sua resistência. Portanto, com o cruzamento dos três discursos que se atravessaram tendo o mesmo referente que foram identificadas pelas marcas discursivas e resultando, de fato em formas de resistência no cumprimento da pena.

A sétima pergunta abordou a questão de gênero o Lugar da mulher nos dias de hoje, nas respostas há a reprodução do discurso da mulher tradicional. Vejamos as marcas:

7. É difícil ser mulher no mundo de hoje? Por quê?

- 1) Não, a mulher luta e alcança os objetivos.
- 2) “não ou sim por que ela deve ter uma atitude de mudança na vida dela”.
- 3) “para mim sim porque tudo é difícil ainda mais quando estamos nessa minha situação não é fácil apoio. das pessoas fazem ser melhor o meu pensar mais e difícil até com o marido que sempre reclama”.
- 4) “não é difícil ser mulher de hoje por eu sou outra pessoa”
- 5) “E difícil sim mulhe(r) batalhadora que rera (rala) faz tudo nesse mundo faz o que faz ainda não são valorizadas”.
- 6) “ não é difícil ser não, somos abençoado do Senho”.
- 7) “Somos objetos tanto do sistema como de nós mesmos”.
- 8) “Difícil é pq mulher sempre é discriminada”.
- 9) “não é difícil ser mulher. O difícil é não tentar ser você mesma”.
- 10) “Não! Pois Hoje nós Mulheres temos mais respeito e poder”.

O lugar da mulher hoje em nossa sociedade ainda é um lugar de pouca visibilidade, apesar de algumas conquistas como trabalhar fora e assim obter independência financeira. As mulheres presas reproduzem o discurso da mulher tradicional, transitam em formações discursivas (F1) da mulher que luta e vence e na negação da dificuldade de ser mulher nos dias hoje (F2). Ambas as formações discursivas se cruzam e perpetuam o discurso da mulher tradicional. Visto que a metade das sujeitas afirmaram não ser difícil ser mulher nos dias de

hoje, porém em seguida justificam por meio de marcas que como: a mulher luta, sou outra pessoa, somos abençoadas, temos mais poder e respeito, evidenciando assim outros sentidos, como por exemplo “luta” se há uma luta por parte das mulheres como na busca por igualdade é porque de fato não há igualdade, ainda é preciso um embate para poder conquistar igualdade tão desejada, em “sou outra pessoa” aqui os sentidos podem ser múltiplos, porque já não se é a mulher infratora e sim honesta, “somos abençoadas é claramente a filiação ao discurso religioso e conseqüentemente ao discurso da mulher tradicional que trabalha, cuida da casa dos filhos e marido, desempenhando pois seus múltiplos papéis impostos socialmente.

O conselho predominante nas respostas foi para não enveredar pelo crime para não se tornar um sujeito do crime, pois estar na cadeia não é um lugar de sujeito cidadão, vemos que aqui há um discurso moral atravessado de conselho: não seja um sujeito do crime.

8. Que conselho você daria a uma mulher que pensa em enveredar pelo crime?

- 1) Cumprir pelo caminho certo.
- 2) “O conselho que eu daria para meus filhos não seguir o mundo do crime”.
- 3) aconselho para não se envolver porquê e uma humilhação viver no crime ainda mais quando o marido influencia eles dizem que não mais influencia sim ficar pedido favores a mulher como ama ele ela faz e depois já e tardede mais. muitas ainda são abandonada pelo companheiro”.
- 4) “não (é) faico (fácil) por isso falou para data (dada) pessoa do mundo que quer entra no crime”
- 5) “Falaria que isso (isso) não e vida muita humilhação so eu sei o que passei pos não quero que vc passa poriso(por isso) vida do crime ve ta la pra mata vou bar(voltar) trafica cadeia”.
- 6) “eu digo que o crime não compensa faça o certo, pois nossa liberdade e muito importante”.
- 7) “Pense bem nesse lucro custa muito caro Bem Caro”.
- 8) “Não caia na leseira só ilusão”.
- 9) “Lembrar pelo passou dentro de uma unidade Prisional”.
- 10) “que pense duas vezes antes de entrar pois pra sei é difícil as vezes chega ate da morte”.

Nas respostas predominou uma negação para não se enveredar para crime. As justificativas são bem enfáticas com descrições das reais conseqüências que podem acometer aquela pessoa que pense em algum momento da vida cogitar ou mesmo enxergar alguma

vantagem em praticar algum crime, tendo como a mais profunda marca linguística a morte que pode custar a vida. Destaco aqui traço discurso “o crime não compensa, faça o certo”.

A experiência que marca a vida da mulher encarcerada foi ter passado pelo sistema prisional. Antes de entrar para a prisão o sujeito tem o seu lugar na sociedade de sujeito cidadão, ao perder esse lugar simbólico de representações, precisa se exilar de algum modo e encontram amparo na religião, se transformando em um sujeito religioso. Por ser privado de liberdade o discurso que o acolhe é o religioso, como pode ser notado nas marcas linguísticas.

9. Que experiência de vida você passou e que considera que marcou sua vida?

- 1) “Logo que entrei no sistema foi difícil mais aprendi com meus erros e confiar em deus...”
- 2) Foi quando eu conheci (conheci) a palavra da Bíblia sagrada que me trouxe a paz. amor”.
- 3) “... foi essa experiência que passsei no sistema. conheci Jesus me sinto mais diferente tipo falo pouco. mais o que passei não desejo mas passar foram muitas coisas ganhei amizades verdadeiras e falsas. mais eu aprendi a compreender a esperar e a pedir por favor.
- 4) “a minha prisão”
- 5) “Quando fui presa pela primeira vez passei pelo vale da sombra da morte mi batero muito morre e viver Deus conheçri (conheci) todos meus sofrimento”.
- 6) “foi quando foi (fui) presa foi muito sofrimento”.
- 7) “Nós achamos que o mundo nunca chega á nossa porta, más chega, como o conselho dado não vale nada más vale o mais grave pra mim é a frieza”.
- 8) “Na transferência da sete” (Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa)
- 9) “Ter andado com pessoas erradas. Ter ajudado pessoas que não mereciam, mas sem pensar, ou imaginar que rumo iriam levar você”.
- 10) “que na cadeia você tem o segunda chance (chance)de muda e uma briga dentro da unidade que se torne uma rebelião”.

Na perspectiva de futuro, a remissão da pena se torna possível por meio do trabalho e estudo, como foi evidenciado por nove respostas, o que possibilita o resgate do lugar de cidadã, já que o lugar do sujeito preso é um lugar silenciado, interdito e segregado. Uma vez que o lugar do preso é um não lugar para sujeito supostamente livre, pois não há um sentimento de pertença. Logo, Perder esse lugar ocupado antes toca profundamente na subjetividade do preso, sendo que ao ser confinado no sistema prisional brasileiro, perde-se o seu lugar de sujeito livre passando a ser banido de seus direitos mais humanos, habitar em reclusão, portanto é buscar mecanismos de resgate para o estágio anterior.

10. O que você pretende fazer quando sair daqui?

- 1) “Pretendo ir embora pra minha casa e jogar bola e ser feliz e fazer minha faculdade”.
- 2) “trabalhar honestamente e mostrar para sociedade a minha honestidade de mundancia neste mundo da minha liberdade”.
- 3) pretendo voltar a trabalhar cuidar dos meus filhos me batizar numa igreja e voltar a estudar para conseguir um trabalho melhor. fazer uma facilidade (faculdade). e mostrar sim que podemos fazer diferente”.
- 4) “Eu pretendo fazer um curso (curso) gurineira (culinária) para mim ten um retorete (restaurante)”
- 5) “Muda fica perto dos meos filho termina meus estudo trabalha termina minha casa”.
- 6) “eu já estou fora pretendo trabalha nunca mais cometer esse crime. So agradeço a Deus”.
- 7) “Ser mais paciente, uma cidadão de mais valor, como ajudar sem julgar”.
- 8) “Estou com projeto na minha casa de espaço de bronze em nome de Jesus já deu certo”.
- 9) “Bom desde que sair pro trabalho externo eu sempre trabalhei. Como trabalho até hoje e amo cuidar dos meus filhos. Tenho um... Que é Síndrome Dwon (Down) Cuidar deles me torna a mulher mais feliz mundo. Graças a Deus”.
- 10) “terminar meu terceiro ano e pra faculdade!”.

O resultado da pesquisa constata que a posição da mulher presa e filiada ao discurso da mulher tradicional passa por um processo de dessubjetivação na prisão, adotando uma nova conduta que seja aceitável e aprovada socialmente, a fim de mostrar que por meio do trabalho e estudo pode haver uma modificação de comportamento de mulher trabalhadora ao invés de infratora. Logo, os sentidos que podem ser atribuído ao sujeito que vivenciou a segregação e a interdição em sistema prisional é um resgate da sujeita cidadã, livre, vindo por meio de um desejo de liberdade. Portanto, utilizam-se de discursos transversos para descrever as suas formas de resistências, por ser privada de liberdade fica deslocada enquanto sujeita presa e o lugar que encontra acolhimento e amparo é no discurso religioso, um modo de retornar ao seu lugar anterior de sujeito livre. O resgate do sujeito vem por meio da cidadania, internalizado por uma conduta que a sociedade exige de todos. Como descreve Araújo (2018):

Dentro e fora são instâncias que subjetivam a identidade do sujeito. Isso porque quem está “lá fora” legitima a necessidade de haver bom comportamento “dentro” das prisões. O olhar panóptico não está apenas lá fora, ele foi internalizado e vigia o sujeito, de dentro de si mesmo, para produzir valorações sobre si e formas de dessubjetivação. Nesse sentido, para ter uma vida melhor, é preciso vir a ser outro, aproximar-se de uma alteridade que se caracteriza por uma diferença da qual se quer aproximar, que diz respeito ao tipo de cidadão que se almeja ser. (ARAÚJO, 2018, p. 98).

Ademais, a mulher presa assume uma culpa quase religiosa dos delitos que comete, o que pode ser compreendido por meio de uma observação da própria palavra *penitenciária* que deriva da palavra *penitência*, lugar onde se paga os pecados no contexto religioso, o que é reforçado desde seu surgimento, quando foi coordenado pelas freiras. Já havia a finalidade de docilização dos corpos das mulheres presas, uma vez que são reflexo de toda uma história de esquecimento e apagamentos. Por mais que sejam milhares de mulheres que estejam no sistema prisional brasileiro, são os homens que modelam o sistema prisional ainda hoje.

O percurso até aqui trouxe as várias reflexões que foram expostas nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciar essa pesquisa foi um desafio enorme. Abordar o universo prisional feminino foi muito revelador no campo discursivo por toda uma construção de sentido de imensa significação no que tange à subjetividade das sujeitas presas, já que “na perspectiva da análise de discurso, tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflito, reconhecimento, relações de poder, constituição de identidade etc.” (ORLANDI, 2012, p. 22). Por consequência, questões emergiram e nos levam a refletir que a prisão antes de qualquer coisa é um ambiente discursivo que possibilita teorizações sobre o sujeito, o poder, a sociedade, a disciplina, a resistência e seus efeitos.

Goffman (2010) enumera em cinco agrupamentos as instituições totais, na qual classifica no terceiro tipo as cadeias, penitenciárias etc. Mencionando “o que parece ser compartilhado por todas elas suas características comuns”, o que mostra que suas características são de métodos bem específicos, a vigilância na realização de atividades cotidianas realizadas, o sujeito ao ser inserido em um estabelecimento diferente do habitual, sua cultura, seus hábitos, costumes e passam por um processo de mutação de anulação do eu do sujeito preso. A cadeia é o local no qual se mantém o indivíduo sob controle para evitar evasão. Por isso, todo um investimento de modo a dificultar seja com paredes grossas, cercas, grades, vigilância constante. Portanto, demonstrando um grau máximo de restrições, os presos levam uma vida fechada e formalmente administrada. Por isso as instituições totais têm por finalidade excluí-los completamente do mundo originário, a fim de que o interno absorva as regras internas.

Ao abordar a prisão, Foucault (2016) pretendeu mostrar também outra finalidade que ela desempenha. Acima de tudo que ela não surgiu como uma solução, ou como uma sociedade totalmente desconexa da sociedade livre. Se a instituição prisional surgiu é porque antes havia a circulação de um poder que pretendia controlar os corpos sociais. A prisão surge, portanto, como uma heterotopia da purificação vai indo além da regeneração, por meio do trabalho, do estudo, da religião e do confinamento. É necessário atentar para o sujeito como lugar de produção de discursos, como afirma Araújo (2018, p. 80)

[...] considerar o sujeito como lugar de produção de discursos e não como indivíduo totalizante caracteriza uma pesquisa que segue abordagem de cunho discursivo. Isso porque o sujeito discursivo remete a uma noção de subjetivação. No caso, considerando proposições foucaultianas acerca da produção de subjetividade, um marco interpretativo não pode ser negligenciado: o da existência de sujeitos presos, que passam por processos de remição...

As mulheres presas têm esse lugar de produção de discursos com as questões geradas pela sua condição de reclusão que não podem ser mais silenciadas, como vem sendo há muito tempo, o que nos faz refletir os possíveis e reais motivos que levam a controlar os seus discursos. Logo, controlando nossos discursos que as instituições mantêm o poder-saber, controlando os discursos é saber controlar as pessoas.

Numa perspectiva mais contemporânea, Souza (2014, p. 9) traz a seguinte provocação: [...] se o discurso determina o comportamento do sujeito, então existe um determinismo? Não seríamos nós apenas autômatos a repetir os sentidos da ideologia a que pertencemos? O autor responde a esses questionamentos afirmando que não há uma relação de submissão humana natural à ideologia, em que sujeitos aceitariam qualquer ponto de vista de modo mecânico. Na realidade, o que existe é uma determinação histórica, que cria situações de enunciação específicas. O autor acrescenta que “[...] o sujeito não é um assujeitado conformado à língua e condenado a repetir discursos eternamente. Ele resiste, e sua resistência às contingências é da ordem do inconsciente”. Portanto a resistência se manifesta de modo diversos e abrangente, uma força ou mesmo posição exercida pelo sujeito, como mostra Foucault (2016):

[...] qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força. E como onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social. (FOUCAULT, 2016, p. 18).

Vê-se, pois, que o sujeito foucaultiano transita entre dispositivos de dominação e dispositivos de si. Uma vez que se trata de pensar a liberdade para além dos diversos inúmeros níveis de sujeições a que é exposto, o que não exclui o jogo do poder, a liberdade humana nunca é total ou plena. Sua prática se dá pela própria aplicação do meio cultural, em um contexto social de dominação, seja institucional - caso dos sujeitos presos, - político, econômico ou social, advindo, assim, a problemática da formação da resistência que se manifesta em oposição ao sistema que regula toda a sociedade. Após pensar o discurso, o sujeito e suas formas de resistência são emergentes refletir as necessidades do sistema carcerário nos dias atuais. Logo, se faz necessário pensar possíveis soluções a médio e longo prazos para a questão prisional abandonada há muito tempo, esquecida pelos responsáveis em efetuar suas melhorias para uma remissão mais humanizada e realmente efetiva.

Afinal, o cenário pesquisado sobre o sistema prisional feminino não se trata do a abordar somente o sistema. Antes de tudo, é consequência da desigualdade social, econômica e política. Quanto maior for a desigualdade social, mais complexo será o problema estrutural da sociedade. Faz-se necessário um trabalho muito intenso no fortalecimento da cidadania e melhor distribuição de renda. Portanto, enquanto isso não se concretiza, se terá muito trabalho abordando a questão do sistema prisional e muita tinta ainda se discorrerá sobre ele.

Além disso, dentre as contribuições trazidas por esta investigação, menciono a de cunho profissional e humano. Durante o percurso deste trabalho, tive oportunidade de refletir e ressignificar as minhas percepções sobre sujeito e suas formas de resistência, tornando-me muito mais consciente do meu papel de me juntar às vozes das mulheres do sistema prisional. Ao concluir essa pesquisa, desejo que minha voz seja ouvida como um som forte que ecoa a de muitas vozes de mulheres que buscam por uma existência para além do cárcere, como também sensibilize o olhar de toda a sociedade sobre o universo prisional feminino.

É preciso caminhar. Um passo que se dá e já não mais se está no mesmo lugar.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. 7 ed. Rio Janeiro: Graal, 1998.
- AMAZONAS. Governo do Estado do Amazonas - **Secretaria de Estado de Administração Penitenciária** - SEAP, 02 anos. 2016-2017. Disponível em: <http://www.seap.am.gov.br/noticias/livros-da-seap/>. Acesso em 22 jun. 2019.
- ANGOTTI, B. **Entre as leis da ciência do Estado e de Deus: Surgimento dos presídios feminino no Brasil**. Comentários de José Daniel Cesano. 2. ed. revisada – San Miguel de Tucumán, Instituto de Investigaciones história Leoni Pinto, 2018. Livro digital PDF.
- ARAÚJO, T. C. **Remição penal pela leitura e letramento: subjetivação e dessubjetivação do sujeito preso**. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.
- BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. rev., Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 11 ed. São Paulo: Ática, 1999.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisas qualitativas em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ESPINOZA, O. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.
- FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa** dicionário. 7. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 4. ed. Rio Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 2014b.
- FOUCAULT, M. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Tradução Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio Janeiro: Nau, 2005.
- FOUCAULT, M. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...** – um caso de parricídio do século XIX, apresentado por Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisas social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFIMAN, E. **Manicômio, prisões e convento**. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GONÇALVES, D. **Foucault: Da Resistência ao Poder a Prática Refletida**. Dissertação em Filosofia – UFSC, Florianópolis, 2012.

GRIGOLETTO, E. **Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito**. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. (org.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Clara luz, 2007. p. 123-134.

KUHN, T. S. **A estrutura das Revoluções Científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. Coleção Debates, 115.

LIMA, E. M. **Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro**. O Período das Freiras (1942-1955). Rio de Janeiro, OAB/RJ, 1983.

LONGO, L. **Linguagem e Psicanálise**. Rio Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MAZIÈRE, F. **A análise de discurso: histórias e práticas**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MONTEIRO, M. F. C. **Discurso, identidade e agentividade de professores de L2 no PARFOR/AM: um estudo à luz do letramento crítico (LC)**. 2014. 224 f. Tese (Doutorado 116 em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2014.

MENDES, L. A. **Cela Forte**. Apresentação Marcelino Freire, 1.ed. São Paulo: Global, 2012.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (orgs). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de informações – INFOPEN MULHERES** – junho 2014. Disponível em: <http://estaticogl.globo.com/2016/06/23/relatório-do-infopen-junho-2016.pdf>. Acesso em: 05 jun.2016.

ONOFRE, E. M. C; JULIÃO, E. F. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, Mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362013000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 22 jun. 2018.

ONOFRE, E. C. **Escola da Prisão: Espaço de Construção da Identidade do Homem Apresionado?** Artigo, reunião Anual da ANPED. Vol. 29, p. 16, UFSC-2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. 9. ed. Campinas, SP. Pontes, 2010.

ORLANDI, E. P. **A Linguagem e seu Funcionamento: As Formas do discurso**. Revista Aumentada, 2. ed. Campinas, São Paulo, Ponte, 1987.

ORLANDI, E. P. **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas – SP, Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Orlandi, Eni P. *et al.* 4 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. (1969). Análise automática do discurso (AAD-69). *In: GADET & HAK (org.). Por uma análise automática do discurso*. 3. ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 61-161.

PERROT, M. **Minhas Histórias da Mulheres**. São Paulo, Contexto, 2007.

PONTE, J. P. Estudos de caso em educação matemática. **BOLEMA**, Rio Claro, ENESP, 2006, Ano 19, n. 25, p. 105-132.

PRIORI, C. **Violência Cometida pelas mulheres: Práticas e construções discursivas**. *In: Anais do 2º Colóquio Nacional de Gênero e História-2016*, Santa Cruz-Guarapuva. Unicentro-428-439.

QUEIROZ, N. **Presos que menstruam**. 1. ed. Rio Janeiro: Record, 2015.

SARAIVA, F. R. **Novíssimo Dicionário Latino Português**. 10. ed. Rio Janeiro: Livraria Ganier, 1993.

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. *In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 194-217.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisas e Elaboração e Dissertação**. 4. ed. rev. atual.- Florianópolis: UFSC, 2005.

SOARES, B. M.; ILGENFRITZ, I. **Prisioneiras: Vida e violência atrás das grades**. Rio Janeiro: Garamond, 2002.

SOUZA, S. **Conhecendo a análise de discurso: Linguagem, Sociedade e Ideologia**. Manaus: Valer, 2006.

SOUZA, S. **Análise de discurso: Procedimentos metodológicos**. Manaus: Census, 2014.

VARELLA, D. **Prisioneiras**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

YIN, R. **Estudo de caso - planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PERFIL*

1. Nome completo: _____.
2. Idade:_____.
3. Qual a sua cor? _____.
4. Cidade de origem: _____.
5. Tem filhos? () Não () Sim . Quantos ?_____.
6. Estado Civil
() Solteira
() Casada
() Divorciada
() Separada
() Viúva
() Outro. Qual? _____
7. Qual seu grau de escolaridade?
() Ensino Fundamental completo
() Ensino Fundamental incompleto
() Ensino Médio completo
() Ensino Médio incompleto
() Superior completo
() Superior incompleto
8. O crime de que você é acusada já foi julgado? () sim () não
9. Cumpre pena em regime semiaberto? () sim () não
10. Qual a sua religião?
() Católica
() Evangélica
() Espírita
() Outras. Qual? _____
() Nenhuma
11. Foi criada pelos seus pais? () sim () não

* Instrumento elaborado pela pesquisadora Gleycia L.R. dos Santos, com base em Monteiro (2009; 2014).

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO*

1. Como era o convívio familiar marido/filhos antes de ser presa?

2. Foi presa por qual delito?

3. O que é ser uma mulher presa na Unidade Prisional do Semiaberto e Aberto Feminino em Manaus?

4. Qual foi o momento mais difícil que você passou dentro da penitenciária?

5. O que te faz querer cumprir a pena até o final?

6. O que te faz resistir?

7. É difícil ser mulher no mundo de hoje? Por quê?

8. Que conselho você daria a uma mulher que pensa em enveredar pelo crime?

9. Que experiência de vida você passou e que considera que marcou sua vida?

10. O que você pretende fazer quando sair daqui?

APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**UFAM**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Eu, _____, portadora do RG _____ e do CPF _____, declaro que concordo em participar da pesquisa intitulada provisoriamente por **LINGUAGEM, CORPO E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO NA UNIDADE PRISIONAL SEMIABERTO E ABERTO FEMININO EM MANAUS**, que está sendo realizada pela pesquisadora **GLEYCIA LETICIA RODRIGUES DOS SANTOS**, portadora do RG xxxxxx do CPF xxxxxxxxx. Estou ciente de que o objetivo da pesquisa é investigar, a partir da mobilização dos conceitos da análise do discurso francesa materialista, os discursos as mulheres apenadas na Unidade Prisional do Semiaberto e Aberto Feminino. O estudo contribuirá para o campo discursivo dentro das análises que serão feitas, bem como auxiliar na compreensão das vozes dessas mulheres que buscam incessantemente por uma existência a partir de suas próprias experiências no qual os traços femininos possam existir para além do cárcere. Ouvir as vozes do 'sujeito' é essencial par tecer a memória dessas mulheres é uma maneira de resgata-las do silêncio e conhecer as suas importantes histórias referentes a família antes e depois do crime, e suas formas resistência. Eu serei beneficiado(a) pelos seus resultados. Declaro estar ciente de que posso obter esclarecimentos sobre a pesquisa, antes e durante seu andamento, que fui informado de que a coleta de dados envolverá questionários, produções escritas, entrevistas gravadas e análise de documentos. Entendo, ainda, que não sou obrigado(a) a participar, que pesquisa não envolve riscos ou desconfortos, e que posso retirar minha participação a qualquer momento, sem em nada ser prejudicada e sem nenhuma penalização, bastando me manifestar por meio do telefone ou do endereço eletrônico da pesquisadora informado nesse documento. Estou certo de que tenho garantias de que minha identidade não será divulgada nos documentos pertencentes a este estudo, que a confidencialidade dos meus registros está assegurada e que posso ter acesso aos dados coletados a qualquer momento. Assim, autorizo a divulgação dos resultados da pesquisa

na dissertação de mestrado da pesquisadora, em comunicações, artigos, livros, discussões públicas, entre outros e concordo em cooperar com o que necessário for para o seu êxito. Finalizando, reconheço a importância da minha colaboração e declaro que estou recebendo uma cópia deste documento, assinada por mim e pela pesquisadora.

_____ (AM), ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante: _____

1ª. TESTEMUNHA: _____

Data: ____/____/____ RG _____ CPF _____

2ª. TESTEMUNHA: _____

Data: ____/____/____ RG _____ CPF _____

Tendo em vista a declaração do participante acima assinada, eu, **Gleycia Leticia Rodrigues dos Santos**, assumo a responsabilidade total em cumprir as condições de pesquisa descritas, atendendo aos requisitos expostos pelo(a) participante.

Manaus (AM), ____/____/2018

Assinatura da pesquisadora:

Endereço eletrônico: gleycialeticia@gmail.com. Telefone: (92) 99178-5281.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM: Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____ fui informado(a) sobre o que a pesquisadora pretende fazer e por que precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

_____ Data: ____/____/____

Assinatura do participante

Impressão dactiloscópica

